



Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 6 de Maio de 1999 • Preço: 180\$00 (IVA incluído) • N.º 1327 • Director: José Casanova

Contra ventos e marés

Maio chama para a luta



Comemorando ao mesmo tempo os 25 anos do 1.º de Maio em liberdade, os trabalhadores portugueses manifestaram-se em mais de meia centena de cidades do País, numa grandiosa jornada de luta em defesa dos direitos conquistados e contra o pacote laboral. A luta pela paz, condenando a agressão da NATO contra a Jugoslávia, e a solidariedade com o povo de Timor mobilizaram também os participantes que desfilaram e se concentraram ao apelo da CGTP/Intersindical Nacional.

Pág. 5 e Centrais



Maio e os outros

Não falando - e com algum remorso - do que, pelo mundo, mais nos toca as consciências e os sentimentos (a indignação pela bárbara agressão à Jugoslávia ou a expectativa de um remate feliz para Timor que consiga vencer a criminosa opressão indonésia), ficamos, por cá, em Portugal, com dois acontecimentos de relevo para comentar, ao longo de uma semana. O relevo somos nós que o damos ou a generalidade da comunicação social que lhes empresta. E esse relevo, esse modo de o ver e de o comunicar, é naturalmente diverso.

Dir-se-ia que, sentado em frente da televisão, o cidadão comum passou o fim-de-semana em Coimbra, dentro de uma sala vazia de participação mas cheia de palavras e de comentários: era o congresso do PSD. Outro cidadão qualquer, com motivos mais fortes a dar-lhe alento, participou, entre os muitos milhares que o fizeram de Norte a Sul, em dezenas de cidades e em todos os distritos, nas combativas manifestações que celebraram este 1.º de Maio.

Não são dois países que convivam nos mesmos dias do calendário, nem universos paralelos ao gosto da ficção «científica» arrancada a algum «ficheiro secreto». Trata-se, de facto, por um lado, de um país virtual, montado para toda a gente ver e convencer-se de que o importante se passava no interior de um pavilhão deserto na maior parte do horário; por outro lado, de um país real que, arrostando a tempestade e a chuva, veio à rua saudar este 1.º de Maio que celebrava os seus 25 anos em liberdade e combater pelas causas que Abril consagrou no seu projecto.

Que se passou em Coimbra, durante todo o fim-de-semana, para que, lampeiras, as TVs lá se demorassem tanto? O debate de uma nova estratégia que tornasse necessário um congresso? Propostas novas que colocassem ao País a necessidade de uma ponderação? Interrogações sobre o futuro? Caminhos para o desenvolvimento? Sequer a resolução de alguns dos problemas que afligem a maioria dos portugueses?

Nada disso. Tal como em outros congressos do PSD - que os faz aos molhos porque à dúzia sai mais barato -, mais do que em outros já realizados com o mesmo estardalhaço mediático, nada de fundamental se discutiu, nem sequer a arrumação da casa. Tratou-se apenas de vender a imagem de um novo líder, escolhido por antecipação e que ali foi embrulhado numa votação para português ver. O facto de uma mesma maioria que aprovou uma estratégia e um líder, haver, poucos meses depois e desta feita, aprovado a estratégia contrária e outro líder, não parece ter envergonhado os promotores da festa nem ao menos um dos seus participantes.

E agora? As novidades são nenhuma, tirando a rendição do pessoal, ao novo gosto de Barroso. Liberto da AD e do incomodativo Portas, não se livra o PSD das dificuldades em afirmar perante os eleitores uma orientação política substancialmente diferente da que o PS de Guterres vai fazendo vingar. Nem sequer com as novas listas ao Parlamento Europeu conseguem comover alguém, coroando com Pacheco um rol onde se não descortina a competência, tal como, do lado do PS, Mário Soares não esconde, com a imensidão da sua candidatura, a ninharia dos outros candidatos.

Longe de nós a pretensão de ensinar o *padre nosso* ao vigário, de tentar mostrar aos profissionais da informação e a alguns esganiçados repórteres que há mais coisas e muito mais interessantes com que preencher as extensas horas de um longo fim-de-semana. A escolha não foi certamente deles, mas de quem pode e manda formatar o mundo e distribui o produto - uma visão redutora da realidade nacional. Nós sabemos, e muitos milhares de portugueses conosco sabem, que mais vale o testemunho breve de um trabalhador que luta em defesa dos seus direitos e que, celebrando Maio, lança a sua força num projecto de justiça do que dúzias de entrevistas aos barões despedidos e despeitados ou àqueles outros que lhes tomaram os lugares. Que teria valido a pena ir de terra em terra ouvir esses testemunhos que provam que Abril está vivo e não é apenas uma efeméride; que Maio não apenas comemora mas faz o balanço das batalhas, denuncia as armadilhas do poder, apela para novas lutas.

Em Lisboa, no Porto, em cidades grandes e pequenas, em todos os distritos do País, os trabalhadores saíram às ruas e, num largo e verdadeiro diálogo em que ouviram discursos e levantaram as suas vozes, manifestaram a disposição de continuar a lutar pelo projecto de Abril. Falou-se de questões muito concretas, de problemas muito sentidos, de realidades muito vivas. Deram-se exemplos de vitórias, denunciaram-se perigos, definiram-se caminhos, demonstraram-se esperanças, revelou-se determinação.

No centro das preocupações e na mira das lutas está o pacote laboral - esse presente envenenado da política de direita.

«Se mantivermos a chama desta luta», afirmou o coordenador da CGTP/IN, «não deixaremos passar a revisão da lei das férias e do conceito de retribuição, não permitiremos que os objectivos do diploma do trabalho nocturno sejam uma realidade por via da contratação colectiva. Não permitiremos que o trabalho a tempo parcial se transforme numa forma de trabalho normal que levaria à redução do salário e ao aumento da precariedade e que constituiria um pretexto para o patronato resistir à necessária redução dos horários de trabalho».

Apelando à convergência de todas as lutas em curso e à realização, em 16 e 17 de Maio, de várias iniciativas sectoriais que dêem «expressão forte ao descontentamento dos trabalhadores e às suas propostas e justas reivindicações», Manuel Carvalho da Silva não deixou de falar de outras frentes em que os trabalhadores se empenham, não apenas na defesa dos seus direitos sociais e laborais, mas também na frente política: intervindo nas eleições europeias «por uma Europa com dimensão social»; nas eleições legislativas, «apoiando aqueles que quiserem decididamente estar com os trabalhadores». E, dando voz às muitas vozes que pelo País se levantaram e às palavras inscritas em muitos cartazes nas manifestações, não deixou de afirmar a solidariedade dos trabalhadores portugueses para com o povo de Timor; nem o seu repúdio pela agressão da NATO à Jugoslávia. A favor da paz.

De facto, uns celebraram Maio. Os outros não.



O Dia do Trabalhador é comemorado por todo o País

RESUMO

28 Quarta-feira

O Bispo Ximenes Belo e a ONU alertam que com a actual situação de violência não há condições para a realização do referendo em Timor ■ Mário Soares afirma que por enquanto só é candidato a eurodeputado mas admite que aceitaria ser presidente do Parlamento Europeu ■ Vuk Draskovic, vice-presidente jugoslavo, é exonerado ■ Um míssil da NATO atinge subúrbio da capital da Bulgária ■ Acusação pede pena de morte para o dirigente do PKK, Abdullah Ocalan, acusado de traição e atentado contra a integridade territorial da Turquia.

29 Quinta-feira

O PCP requer a realização de uma sessão especial na Assembleia da República, com a presença de António Guterres, para debater o novo conceito estratégico da NATO ■ Manuel Carrascalão abandona Díli por razões de segurança, enquanto Aná Gomes, chefe da secção de interesses de Portugal na Indonésia, defende julgamento dos responsáveis dos massacres ■ Ataques da NATO atingem várias pontes de acesso à província sérvia do Kosovo e as imediações de uma refinaria de petróleo a noroeste do Kosovo ■ Milhares de pessoas desfilam em várias cidades do Peru, protestando contra a política do Presidente Alberto Fujimori, a pobreza e o desemprego.

30 Sexta-feira

Durão Barroso pede mudanças no partido para mudar o país no Congresso do PSD em Coimbra ■ Dezenas de pescadores boicotam a entrada de peixe importado na lota da Figueira da Foz e protestam contra a falta de aumentos salariais ■ A população de Díli que seja contra a integração está ameaçada de morte pelas milícias ■ A organização humanitária Médicos sem Fronteiras denuncia deportações no Kosovo ■ Ataques da NATO sobre Belgrado fazem três mortos e 40 feridos.

1 Sábado

A CGTP celebra o 1.º de Maio com palavras de ordem contra os bombardeamentos da NATO, o pacote laboral e a violência em Timor ■ João Prouça, secretário-geral da UGT, desafia o Governo, nas comemorações do Dia do Trabalhador, a lutar contra a violação da legislação laboral ■ Onze corpos são descobertos pela polícia indonésia numa vala comum em Ermera, localidade que tem sido palco de ataques de milícias pró-integracionistas contra apoiantes

da independência ■ Os três soldados americanos detidos em Belgrado há mais de um mês são libertados ■ Ataque da NATO atinge um autocarro a sul de Pristina provocando a morte de 23 pessoas ■ As manifestações do 1.º de Maio são marcadas em toda a Europa pela contestação à guerra nos Balcãs.

2 Domingo

Durão Barroso é eleito líder do PSD no XXII Congresso do partido ■ Num almoço comemorativo do 25.º aniversário do 25 de Abril em Tomar, Carlos Carvalhas garante que nada vai mudar no PSD com a eleição de Durão Barroso ■ As milícias pró-integracionistas intensificam as acções de intimidação contra dirigentes e colaboradores de organizações não governamentais timorenses e estrangeiras em Timor-Leste ■ O líder da maioria republicana no Senado americano, Trent Lott, apela ao reatamento dos esforços políticos para encontrar uma solução para o Kosovo ■ Um jovem engenheiro de 22 anos, David Copeland, é inculpaado de assassinio nos atentados racistas em Londres.

3 Segunda-feira

Nas comemorações dos 150 anos da Associação Industrial Portuguesa, António Guterres anuncia que a gestão dos fundos vai ser concentrada no Ministério da Economia no âmbito do próximo Quadro Comunitário de Apoio ■ Na sessão comemorativa do Dia Mundial da Liberdade de Imprensa, Diana Andringa critica as fraquezas da liberdade de imprensa face ao poder económico ■ O Governo angolano tem quatro meses para efectuar profundas reformas económicas, sob pena do Banco Mundial suspender os projectos financiados em Angola ■ Bombardeamento aéreo da NATO em Savine Vod provoca 17 mortos e 43 feridos ■ Em Leipzig, um dos oito neonazis acusados da tentativa de homicídio de cinco operários portugueses em 1998 confessa o crime e pede desculpas à viúva de Nuno Fontinha.

4 Terça-feira

Debate sobre touros de morte na Assembleia da República sem conclusões ■ Xanana Gusmão apoia a assinatura do acordo entre Portugal e a Indonésia mas considera fundamental uma presença permanente da ONU no território ■ O Presidente João Bernardo Vieira marca para 28 de Dezembro as eleições legislativas e presidenciais na Guiné-Bissau ■ Violentos tornados em Oklahoma e Kansas, nos EUA, provocam 45 mortos e centenas de feridos ■ O Conselho de Ministros alemão aprova o envio de mais 600 militares para a Macedónia e Albânia.

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português
Rua Socorro Pereira Gomes, 3
1600 - 196 Lisboa - Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:
Rua Socorro Pereira Gomes, 3 - 1600 - 196 Lisboa
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:
Editorial «Avante!», SA - Av. Almirante Reis, 90, 7.º-A,
1169-161 Lisboa.
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matriculada: 47058.
NIF - 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial «Avante!», SA - Av. Almirante Reis, 90, 7.º-A,
1169-161 Lisboa
Tel. (01) 815 34 87/815 35 11
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:
Até às 17 horas de cada sexta-feira.
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DEL TAPRESS

Delegação Lisboa:
Tapada Nova
Cape Rota - Linhas - 2710 Sintra
Telef. (01) 924 04 47

Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B Lu. 227 - 4470 Maia
Telef. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7.º-A 1169-161 Lisboa
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 - Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90, 7.º-A 1169-161 Lisboa
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 - Fax: 815 34 95

Composição e Impressão
Heska Portuguesa, SA
Campo Raso
2710 - 139 Sintra
Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS*

PORTUGAL (Contínente e Regiões Autónomas)	EXTRA-EUROPA
50 números: 8 100\$00; 25 números: 4 200\$00	50 números: 30 600\$00
EUROPA	GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE e MACAU
50 números: 21 850\$00	50 números: 23 000\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____

Morada _____

Código Postal _____ Telef. _____

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

O que aí vem

Não era necessário esperar pelo Congresso do PSD para, a pouco mais de um mês das eleições para o Parlamento Europeu, se saber o que aí vem.

De facto, o que aí vem da banda do PS, do PSD e do CDS-PP é toda uma espectacular ficção política fundada numa amnésia galopante, todo um maremoto de palavras reciprocamente agrestes vocacionadas para soterrar a doçura das convergências, todo um sofisticado programa de ilusionismo eleitoral concebido para aprisionar os cidadãos e as suas escolhas no estrito quadro das aparências ditadas pelas etiquetas, pelos floreios semânticos, pelos antagonismos verbais e pelos "duelos" individuais. Todos agora empolados ao extremo para disfarçar a devastadora realidade das sólidas sintonias passadas e das actuais semelhanças de política e de propostas.

Fazem parte deste jogo viciado coisas como o discurso de Durão Barroso no Congresso do PSD e a sua especial insistência no tema de que o Governo do PS «não decide» (pura ingratidão porque o Governo do PS, em matérias fulcrais, se farta de decidir - embora

pessimamente - com o apoio, os votos e o aplauso do PSD). Ou como as frechadas do dr. Portas contra o seu querido parceiro de há um mês, ou ainda os arrufos éticos do dr. António Vitorino e de António José Seguro face ao estilo de pré-campanha do PSD.

E foi para encher este saco tão cheio de gritaria politiquêira como vazio de política alternativa que o dr. Pacheco Pereira, que enquanto intelectual detesta a política-espectáculo e fustiga todos os truques que a corporizam e enquanto político os cultiva esmeradamente um a um, lá esteve também no Congresso do PSD a debitar umas frases deliberadamente pensadas para os telejornais do dia e para os jornais do dia seguinte. Com destaque para o muito inovador desafio para uma debate a dois com o dr. Mário Soares, prova suprema e definitiva de como estima e acarinha o pluralismo e de como respeita e preza o quadro político-partidário realmente existente.

Uma vez que, talvez para não prejudicar a "emoção" da corrida eleitoral, entraram em súbita hibernação aquelas dezenas de comentadores e jornalistas que dantes passavam a vida a escrever as coisas mais cruéis e radicais

sobre as semelhanças entre o PS e o PSD, lá teremos de nos contentar com a honestíssima confissão feita na passada segunda-feira, aos microfones da TSF, por António Capucho, de que em matéria de política europeia, entre PSD e PS, há apenas umas "nuances".

E. para o mesmo efeito, lá teremos também de nos contentar com a afirmação do director do «Público» de que «em muitas áreas, o que faz a diferença entre a esquerda e a direita é precisamente o estilo», embora lamentemos que o teclado lhe tenha puxado para escrever "esquerda" quando o que seria verdadeiro e pedagógico seria escrever "PS".

É contra este vendaval de futilidade política que quer tornar as "nuances" e o "estilo" no alfa e no ómega do debate eleitoral, que nos cumpre erguer uma barreira de lucidez e indignação e partir, com audácia, para um grande apelo à inteligência dos eleitores, com palavras claras sobre os problemas do povo e do país, com propostas fortes para um melhor Portugal e um novo rumo para a Europa.

■ Vítor Dias

Entrevista a Maio

Pergunta - Bom dia, 1.º de Maio! Gostaria de lhe fazer uma entrevista para o «Avante!».

Maio - Escusas de estar tão cerimonioso, camarada. Trata-me por tu e vamos ao que interessa. Mas a primeira pergunta faço eu: não tens aí um guarda-chuva sobressalente? É que estou aqui na Alameda desde as seis da manhã e, além da chuva, tenho receio que o João Soares ainda por cima mande abrir a Fonte Luminosa em minha honra.

P - Cabemos os dois debaixo do meu guarda-chuva camarada. Posso começar? Tu representas hoje aqui o Dia do Trabalho...

M - Sim. E é necessário ver o que isso significa. Represento também um dia de trabalho por cada trabalhador. Não sei se te lembras daquela passagem de Marx, em o «Capital», em que o operário se dirige ao patrão dizendo-lhe que a mercadoria que lhe vendeu, isto é, a sua força de trabalho, se distingue de todas as outras mercadorias pelo facto do seu uso criar valor, e maior valor do que ela própria custa. Diz-lhe até que ele está constantemente a pregar-lhe o evangelho da poupança e da abstinência, quando o que lhe interessa a ele, trabalhador, é economizar o seu único bem, que é a sua força de trabalho.

P - Marx chega a referir-se à mais-valia como «o horror civilizado do trabalho a mais». Pedia-te que comentasses este conceito recordando uma frase da escritora indiana Kamala Markandaya. Diz ela: «Trabalho sem esperança é como néctar numa peneira.» Concordas?

Maio - Sim e não. Repara, o trabalho foi criado pelo homem e para o homem. É um sonho do qual me orgulho, com todas as suas variações criativas. Talvez seja a mais complexa e a mais bela realidade da vida,

porque permite em cada momento transformar o mundo. O trabalho é um captador de sonhos humanos, na medida em que altera com a sua realização o minuto anterior da face da Terra. Nesse aspecto, a peneira não existe, porque o que se criou dá um valor acrescentado à própria vida. O mal está na apropriação do trabalho. Aí vemos a exploração geradora de injustiças. Aquele que acabou de construir a grande novidade - a da mudança - não consegue fruí-la, porque o capital já se encarregou de lha roubar. E, sendo pobre, fica vendo quantos ricos alimenta. Aí sim, escam-se-lhe das mãos, como de uma peneira, os mais belos valores que inventou.

P - Já no século passado dizia Sismondi sobre as rendas...

Maio - Ah! Estás a falar da célebre referência às «rendas de Bruxelas», requinte do vestuário da época, e que pressupunham, como dizia Sismondi, senhores do salário, para as usar, e servos do salário, para as fazer.

P - Hoje as «rendas» de Bruxelas são outras...

M - Tu o dizes, camarada. Em vários sentidos, até com a metamorfose da moeda que temos pela frente na Europa...

P - És uma espécie de calendário lutador, vens logo a seguir à liberdade de Abril. Além do trabalho, que direitos significas?

M - Oh! Serei sempre a linguagem inacabada dos que lutam, dia a dia, por um futuro melhor. Sempre que o imaginares, passa a palavra. Quantas vezes puderes, fala de todos os ramos de saber humano dos que trabalham. E da sua obra.

■ Aurélio Santos

EUA/NATO sem rei nem roque

A Cimeira de Washington "comemorativa" do 50.º aniversário da NATO confirmou as preocupações e alertas antes lançados pelo PCP. E avolumou-os até. As razões que levaram o PCP a promover uma campanha de esclarecimento sobre a real natureza e objectivos da NATO reforçaram-se. A luta pela dissolução desta aliança imperialista tornou-se ainda mais actual e premente.

Numa rara manifestação de arrogância imperial, a NATO/EUA proclamou solenemente perante o mundo que doravante se reserva o direito de intervir pela força das armas lá onde arbitrariamente considerar necessário fazê-lo. À revelia da ONU e da OSCE. Sem consideração pelos mais elementares princípios do direito internacional, como o da soberania dos Estados. Sem mais limites quanto à área e razões de intervenção que aqueles que ela própria determine. Ao deixar de definir-se como uma aliança explicitamente defensiva, ao dotar-se de um "conceito estratégico" ofensivo, ao alargar-se e reforçar-se com novos membros, ao insistir na doutrina da "dissuasão nuclear" a NATO pretende constituir-se como o núcleo duro e polícia de choque de uma nova ordem mundial totalitária. O que acarreta enormes perigos para a paz e a segurança internacional e para a liberdade dos povos. Incluindo da própria Europa, onde a guerra já regressou.

A NATO tem sido desde a sua fundação um instrumento de hegemonia dos EUA sobre os seus aliados europeus. Com vicissitudes e contradições. Incentivando a militarização da União Europeia mas frustrando sistematicamente quaisquer ingénuas veleidades de "autonomia" desta face aos EUA. É o que acontece com a Cimeira de Washington que consagra as teses atlantistas de uma "entidade de segurança e defesa europeia" como pilar europeu da NATO, sob a égide norte-americana. Tal não podia deixar de causar inquietação e alarme, incluindo entre sectores que defendem concepções federalistas e têm pugnado pelo desenvolvimento da U.E. como bloco político-militar rivalizando com os EUA pela repartilha do mundo. É de facto intolerável que orientações e decisões que afinal competem à U.E. sejam tomadas pela NATO sob a batuta de Washington com os governos "socialistas" da Europa acorados diante da "megapotência". Se é assim que esperam "apaziguar" os apetites do imperialismo norte-americano na Europa e no mundo era bom que não esquecessem as lições da História.

Mas a questão é ainda mais funda. O que está em jogo é a resposta aos grandes desafios do nosso tempo. Trata-se da defesa dos interesses do grande capital, das grandes corporações transnacionais. Trata-se de, em nome da "estabilidade", optar por soluções intervencionistas agressivas para impedir o desenvolvimento e triunfo de processos e revoluções libertadoras. Trata-se de dinamitar o sistema de relações internacionais fundado na derrota do nazi-fascismo, erguer uma "nova ordem" que legitime o uso da força bruta face aos que resistem e lutem contra as trágicas consequências da "globalização" imperialista neoliberal e por um mundo melhor. É isto que afinal explica essa "incompreensível unanimidade" verificada em Washington entre governos e famílias políticas na sua aparência muito diversas, mas tão semelhantes nos interesses de classe que representam.

À luz do direito internacional e da Carta da ONU as decisões da Cimeira da NATO de Washington têm forçosamente que considerar-se ilegais. Desde o desaparecimento da URSS e do socialismo como sistema mundial que os EUA e outras grandes potências se propuseram refazer o sistema internacional de alto a baixo em função de nova correlação de forças. É isso que está em marcha a tiro de canhão como na Jugoslávia. É isso que temos de continuar a combater com energia, unindo todos quantos seja possível unir, na luta pela paz, pelo fim da guerra na Jugoslávia, pela dissolução da NATO.

■ Albano Nunes



Foto: Jorge Caria

A luta - não arreda pé

E se a NATO bombardear o reactor nuclear de Belgrado?

R. Adzic, físico do Instituto de Ciências Nucleares da Jugoslávia, divulgou através da Internet um alerta para o perigo real de a NATO bombardear o reactor nuclear de Belgrado e para as graves consequências que daí podem resultar para os Balcãs e para toda a Europa.

Reproduzimos o texto dessa mensagem, bem como os contactos para eventual envio de mensagens de solidariedade e apoio.

«Algo que receamos pode aconte-

cer, parece muito provável. Posso confirmar agora que esperamos que

mas agora temos esta informação como uma séria ameaça das autori-

mas uma quantidade significativa de urânio enriquecido e de combustível

está também localizado em vários laboratórios de investigação. Receio que possa ocorrer um grande desastre. Na pior das hipóteses, nenhum país dos Balcãs ou mesmo da Europa estará a salvo. Isto para não falar na catástrofe ecológica. Continuo com esperança que este desastre possa ser evitado, a menos que já seja tarde de mais. Agradeço que divulguem o mais possível a possibilidade desta eventual tragédia. Deus os abençoe.»



a NATO bombardeie o Instituto de VINCA. Nos últimos dias recebemos este aviso,

dades ao mais alto nível.

O nosso reactor não está a trabalhar há mais de 15 anos,

não utilizado continuamente no seu interior. Material altamente radioactivo para diversos fins

Maioria quer a TAP sob bandeira nacional



Segundo o «Barómetro DN/TSF/Markttest», 77,2% dos portugueses afirma que a TAP deve continuar uma empresa maioritariamente nacional, independentemente dos encargos que isso possa acarretar. Esta sondagem surge na altura em que a crise na TAP se adensa, nomeadamente com o resultado da comissão arbitral que mediou o conflito entre os pilotos e a empresa, atribuindo àqueles remunerações que, além de atirarem para o dobro o rendimento destes profissionais, implicaria um aumento imediato de encargos na

ordem dos 20 milhões de contos/ano. Recorde-se que a crise conduziu à substituição pelo Governo, esta semana, da direcção da TAP encabeçada por Manuel Ferreira Lima.

Morre poeta Ovídio Martins

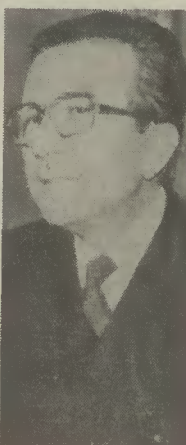
O poeta cabo-verdiano Ovídio Martins faleceu quinta-feira passada em Loures, aos 70 anos, após doença prolongada, tendo sido cremado, seguindo as suas cinzas para Cabo Verde. Militante histórico do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), Ovídio Martins é um dos mais importantes poetas cabo-verdianos, tendo a sua poesia sido emblemática na luta pela libertação de Cabo Verde, como assinala um comunicado da embaixada cabo-verdiana em Lisboa. A poetisa são-tomense Alda do Espírito Santo também o

classificou como «um poeta destemido desde as primeiras horas», assinalando que a sua poesia incidiu principalmente «sobre o problema das ilhas e da fome e sobre questões que levaram, de facto, a população de Cabo Verde a ter uma vida de necessidade absoluta e de emigração», concluindo que a sua morte constituiu «uma grande perda tanto para Cabo Verde como para os PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa) e mesmo no quadro da CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa)».

Pedida prisão perpétua para Giulio Andreotti

A Procuradoria Geral de Perugia (Itália) pediu prisão perpétua para o senador vitalício Giulio Andreotti, por alegadamente ter mandado assassinar há uma década o jornalista Mino Pecorelli, ligado à maçonaria e à

Mafia. O colectivo tomou esta posição na sequência de 40 horas de deliberações, ao longo de sete audiências no âmbito do processo em curso contra o antigo primeiro-ministro desde Junho de 1996. Andreotti - 80 anos, sete vezes chefe do governo e 21 vezes ministro, considerado o mais proeminente político italiano da ala democrata-cristã desde a II Guerra Mundial - é acusado de ter dado a ordem de morte do jornalista, abatido a 20 de Março de 1979. Esta ordem terá sido directamente transmitida ao seu «braço direito» e co-arguido no processo, o ex-senador Claudio Vitalone, para quem foi pedida a mesma pena. O jornalista assassinado dirigia a revista *O.P.* e, de acordo com a acusação, tinha a intenção de publicar documentos comprometedores para Andreotti, demonstrando que recebera comissões ilegais de uma grande empresa siciliana de construção civil, a «Italcasse».



14ª MARCHA A BASE MILITAR DE ROTA

OTAN NO, BASES EXTRANJERAS FUERA DE LA PENINSULA IBERICA

DOMINGO 9 de mayo de 1999
Puerto de Santa Maria (Cádiz)
Parque Calderón, 12:00 h.

OTAN NO, BASES EXTRANJERAS FUERA DA PENINSULA IBERICA



Realiza-se no próximo domingo, dia 9 de Maio, uma grandiosa marcha contra a base militar da NATO em Rota, Espanha, exigindo igualmente a saída de todas as bases militares estrangeiras na Península Ibérica. Trata-se da 14.ª edição da já célebre «Marcha contra a Base Militar de Rota», realizada anualmente, com o pormenor de este ano a iniciativa protesta também contra a agressão militar da NATO à Jugoslávia e exigir o fim imediato dos bombardeamentos. Numerosas organizações de Espanha participam nesta iniciativa, que conta também com uma representação portuguesa, organizada pelo Conselho Português para a Paz e a Cooperação, esperando-se a participação de muitos milhares de pessoas. A Marcha partirá do Porto de Santa Maria, em Cádiz, estando a concentração prevista para as 12 horas no Parque Calderón.

Furacões nos EUA matam e destroem

Violentos furacões abateram-se sobre os Estados norte-americanos de Oklahoma e Kansas no início desta semana, provocando pelo menos 30 mortos e a destruição de muitas dezenas de habitações, além de vastos estragos materiais nos locais e estruturas mais diversas. Tratou-se de uma das mais violentas catástrofes do género ocorridas este século

nos EUA, que os sofisticados serviços meteorológicos do país não conseguiram avaliar em toda a sua trágica dimensão, o que agravou as consequências do desastre sobretudo no que toca a perda de vidas, cujo pesado balanço de cerca de 30 vidas ainda é provisório, temendo-se que suba para números mais dramáticos no rescaldo da tragédia.

Durão Barroso à frente do PSD

Em mais um Congresso (o segundo, só este ano), o PSD elegeu Durão Barroso para novo líder do partido, após a demissão de Marcelo Rebelo de Sousa há

cerca de um mês. A lista de Durão Barroso foi a única que se apresentou a escrutínio, o que fez do novo líder um vencedor antecipado. Todavia, a sua eleição contou apenas com cerca de 60% dos votos dos congressistas, havendo mais de 40% que se abstiveram, numa reserva com evidente significado político. Quanto ao novo líder, não perdeu tempo e «varreu» do topo da direcção do partido a generalidade dos apoiantes de Marcelo Rebelo de Sousa, substituindo-os por outros que, por sua vez, tinham sido arredados por este. Quanto às promessas do novo líder, são as do costume: «relançar» o PSD para «um projecto de poder».



«Primeiro, a NATO e as suas brilhantes cabeças pensantes enfiaram-nos num sarilho político e numa expedição militar amadorística. Agora, enfiados num vespeiro sem fundamento nem saída à vista, entretêm-se a rever retroactivamente as regras do direito internacional a que devemos a paz. Perderam o juízo e vamos pagar por isso por muitos e maus anos.»

(Miguel Sousa Tavares - «Público», 30.04.99)

«Os senhores Clinton e Blair nada fizeram para exigir aos seus amigos de Jacarta o fim imediato dos massacres em Timor. Devem estar à espera que Guterres eleve o moral de Portugal com mais uns F-16 e alguma tropa para o Kosovo.»

(António Ribeiro da Silva - «Diário de Notícias», 30.04.99)

«De organização defensiva que foi durante meio século, a NATO tornou-se oficialmente uma aliança militar que se propõe intervir pela força fora das suas fronteiras, com ou sem o acordo das Nações Unidas. É um retrocesso de civilização.»

(Francisco Sarsfield Cabral - «Público», 01.05.99)

«Os políticos do «grande centro» que hoje governa a Europa são uma das gerações mais ineptas e mediocres deste século. Perdem mais tempo a dar à língua e a dominar o céu da boca do que a produzir ideias (e coragem) para disputar aos EUA o céu da guerra.»

(Alfredo Barroso - «Expresso», 01.05.99)

«(...) a continuação do cerco à Sérvia, sem fim à vista, obedece a uma lógica que transcende a propalada motivação humanitária: senão, já as condições para a rendição jugoslava teriam sido suavizadas, permitindo a aceitação por Milosevic, e períodos de tréguas para instalação de corredores humanitários seriam possíveis.»

(Paulo de Almeida Sande - «Diário de Notícias»)

«Na Sérvia, os mísseis atingem eslavos e, indirectamente, centenas de milhares de kosovares. No resto do mundo, sofre a cooperação económica entre os dois grandes blocos económicos. E com os americanos no comando, os alvos são os interesses europeus. Mesmo com danos colaterais...»

(idem)

«Tenho a certeza de que, mais meses, mais ano menos ano, teremos novamente a responsabilidade do poder político em Portugal.»

(Eurico de Melo, no Congresso do PSD - dos jornais)

«Que diabo, parece que neste Congresso está tudo grosso!»

(Alberto João Jardim - Presidente da Mesa do Congresso do PSD - das televisões)

«Senhor presidente, estamos em Coimbra, não estamos na Madeira, estamos em Portugal!»

(António Gonçalves, delegado, no Congresso do PSD - das televisões)

TRABALHADORES

Apesar da chuva, contra ventos e marés

Maio deixou bem clara determinação de lutar

Na Alameda Afonso Henriques o sol mostrou-se, dia 1 de Maio, apenas por alguns minutos, quando Carvalho da Silva falava da necessidade de acabar com os bombardeamentos e devolver a paz aos Balcãs. Mas a chuva não impediu que milhares de trabalhadores viessem para as ruas de Portugal reafirmar que estão prontos a defender os seus direitos e lutar pela vida melhor a que têm direito.

O coordenador da CGTP começou a sua intervenção considerando que «somos uns sortudos», apesar do mau tempo que encharcava sapatos, camisolas e bonés, desde que o desfile partira do Largo do Martim Moniz. E lembrou que «hoje há milhares de trabalhadores em Timor que são massacrados e reprimidos», situação que se repete em muitos outros cantos do Mundo.

«Continuar o projecto de

pectivo subsídio, para o direito universal à Segurança Social e à saúde, a um ensino público e gratuito para todas as crianças e jovens, que se avançou para a proibição do despedimento sem justa causa, para a conquista do subsídio de desemprego».

Valorizando o empenho dos trabalhadores portugueses na vida e acção dos seus sindicatos, Carvalho da Silva salientou os resultados dos combates traba-



Em Lisboa, milhares de trabalhadores desfilaram desde o Martim Moniz até à Alameda, sob chuva constante e intensa, gritando com energia palavras de ordem contra o pacote laboral, pela paz, por Timor e pela «CGTP, unidade sindical» (ver também págs. 16 e 17)

Abril» foi o objectivo que marcou o discurso de Carvalho da Silva, no comício dos 25 anos do 1.º de Maio em liberdade. O dirigente da Intersindical Nacional apontou, em vários aspectos, a actualidade da revolução de Abril e a importância do Dia do Trabalhador de 1974, quando «os trabalhadores portugueses, beneficiando da experiência da organização clandestina na Intersindical, desde 1970, entraram determinados pelas portas da liberdade, para afirmar a dimensão da democracia», e conquistaram «a liberdade sindical e os direitos sindicais, o direito de reunião e de manifestação, o direito à greve, o direito à negociação colectiva, o direito à constituição das comissões de trabalhadores, o direito à intervenção organizada dos trabalhadores ao nível das empresas, a garantia de participação nos órgãos e organismos do Estado». E «foi a partir dessa força expressa no 1.º de Maio que se avançou para a institucionalização do salário mínimo nacional, para a generalização do pagamento do 13.º mês, para o direito a um mês de férias e res-

dos ao longo do último ano - «apesar de todas as pressões impostas pela precariedade do trabalho e apesar da repressão que aumenta nas empresas» - em defesa do emprego, pela redução dos horários de trabalho, na denúncia do pacote laboral, na defesa da Segurança Social, por salários e condições de trabalho melhores.

O projecto de Abril mantém particular actualidade, notou o sindicalista, «quando vivemos uma situação de ameaças à paz e às liberdades, não apenas em

algumas regiões localizadas, mas também numa dimensão que começa a ter contornos globais». «O 25 de Abril foi também feito para que o povo de Timor tivesse direito à liberdade, tivesse direito à paz e pudesse construir, em democracia, o seu futuro», disse Carvalho da Silva, saudando a numerosa delegação de timorenses que participou no 1.º de Maio da CGTP. Considerou «extremamente grave» que a Europa esteja a ser «vítima dos interesses belicistas do grande capital» e que a Nato se tenha

tornado «uma força universal agressora, sem qualquer respeito pelas instâncias políticas internacionais» e «uma ameaça à estabilidade, não apenas na Europa, mas também em todo o Mundo».

No «projecto sempre renovado do 25 de Abril», a CGTP inclui a luta «contra as profundas injustiças que se mantêm» na sociedade, quanto à distribuição da riqueza e ao baixo nível salarial dos trabalhadores portugueses, quanto a um modelo de desenvolvido que tem por marca o desemprego e o emprego desqualificado, quanto

ao aumento da precarização. Entre os «novos e velhos problemas» a que «é preciso dar combate», Carvalho da Silva apontou ainda a não redução dos horários de trabalho, as baixas pensões de reforma e o escândalo das pensões dos sinistrados do trabalho, a exploração de mão-de-obra infantil. É, assim, necessário «lutar pela solidariedade, pela formação de novas solidariedades contra a exploração e contra novas fronteiras que este sistema capitalista, na sua expressão actual, procura cavar entre os trabalhadores e os povos».

Assume particular gravidade, neste contexto, o pacote laboral do Governo e do patronato mais retrógrado. Referindo-se às propostas de lei sobre o conceito de retribuição, férias e trabalho a tempo parcial, o coordenador da CGTP repudiou que, «para além das situações já escandalosas de aumento da precariedade, se pretenda empurrar mulheres para fora do trabalho valorizado, eliminar o descanso cada vez mais necessário dos trabalhadores e esvaziar os futuros sistemas públicos e universais de Segurança Social».

Os dois actos eleitorais que vão ter lugar em Junho e em Outubro levaram Carvalho da Silva a lembrar que os trabalhadores devem pedir aos partidos contas das promessas feitas e compromissos quanto ao futuro. Lembrou que ainda está por concretizar a aproximação dos salários portugueses à média europeia; por outro lado, o Governo responde aos compromissos que Guterres assumiu com o patronato, em 1995, e abandona as promessas feitas aos trabalhadores.

Nos próximos tempos, «vamos continuar a lutar com confiança e determinação, chamando os trabalhadores a mais participação, a mais mobilização, dando continuidade e aumentando as reivindicações que hoje se manifestam em muitas empresas e sectores», afirmou o dirigente da Inter, anunciando que «entre 17 e 26 de Maio vamos dar expressão forte ao descontentamento dos trabalhadores e às suas propostas e justas reivindicações, realizando iniciativas sectoriais e regionais que façam convergir todas as lutas em curso».



TRABALHADORES

Greve a mais de 80 por cento Ferroviários aguardam novas propostas

Continuam greves e lutas noutros sectores, com destaque para os pescadores do arrasto costeiro, paralisados desde o princípio de Abril, exigindo salários mais justos e mais estáveis, e que esta semana endureceram as formas de luta.

A greve na CP, Refer e EMEF, na passada sexta-feira, constituiu uma forte demonstração da mobilização dos ferroviários em torno das suas reivindicações, afirmou a Comissão Executiva da federação sindical do sector. Para a FSTFP/CGTP, durante esta semana as administrações deveriam avançar com «propostas que possibilitem a assinatura de um acordo a breve prazo».

A greve de 24 horas, no dia 30 de Abril, afectou a circulação ferroviária em todo o País, com destaque para a área do Porto, refere uma nota da federação, apontando uma adesão de 80 por cento dos trabalhadores, que levou à supressão dos comboios de mercadorias e de muitas centenas de comboios de passageiros (nomeadamente no médio e longo curso), bem como ao encerramento das oficinas de manutenção e reparação de material circulante. A FSTFP informou ainda que muitas estações foram encerradas e que «a Refer, para assegurar o comando de circulação, teve de recorrer aos inspectores, que foram substituir trabalhadores em greve».

Os ferroviários exigem que as administrações respeitem o direito de negociação colectiva, não aceitam a imposição de um pseudo-acordo subscrito por estruturas que não os representam e cujo conteúdo liquidaria direitos conquistados por lutas de gerações. Reclamam ainda melhores salários e garantias de estabilidade no emprego.

Também no dia 30, estiveram em greve os trabalhadores dos serviços centrais da Direcção-Geral dos Serviços Prisionais, com uma adesão de 91 por cento, segundo o Sindicato da Função Pública do Sul e Açores, que aponta como motivos da luta o pagamento de retroactivos devidos pela alteração das carreiras da Administração Pública,

em Dezembro de 1998, a atribuição de um subsídio de risco e o fim das nomeações de funcionários vindos dos tribunais para funções na DGSP.

Os pescadores do arrasto costeiro continuam a greve iniciada há quase um mês e, depois da «caldeirada» de dia 27 frente à Assembleia da República, realizaram acções de protesto em lotas. Os pescadores exigem um valor digno para o salário-base (actualmente é de 25 contos e, no acordo recentemente firmado com a associação patronal por duas estruturas da UGT, seria aumentado em dois mil escudos!) e um aumento da quota de pescado (que não é alterada há 30 anos, apesar de ter havido redução das tripulações). «Não temos nada a ver com o raio de negócio que foi feito», disse ao «DN» de segunda-feira o coordenador da Federação de Sindicatos da Pesca, Frederico Pereira.

Os trabalhadores da Gás de Portugal decidiram suspender a greve convocada para anteontem, depois de na segunda-feira, em reunião no Ministério da Economia, a administração da GDP e o Governo terem subscrito com a Fequimetal e o SIESI um protocolo em que assumem compromissos quanto à garantia de emprego e salvaguarda dos direitos e vínculos laborais de todos os funcionários da Gás de Lisboa, da Driftal e da Carbolis. A greve, previnem as organizações sindicais, poderá ser retomada a todo o momento, se os compromissos assumidos não forem cumpridos.

No calendário de lutas para os próximos dias inscrevem-se ainda a greve de 24 horas convocada para dia 3 no sector das limpezas industriais, contra o processamento de aumentos salariais de 2,7 por cento à revelia das negociações entre a associação patronal APEL e o STAD/CGTP; as greves nos Transportes Urbanos de Coimbra (motoristas de agente único, de 3 horas, nos dias 3 e 7, e de 18 horas, no dia 11); as greves de dias 10 a 14, na Higiene e Salubridade da CM da Amadora; e a greve de amanhã no Entrepósito Lisboa (com um protesto hoje de manhã frente à holding).

Indignação na Telecom

Os administradores da Portugal Telecom não acharam necessário que se aplicasse a si próprios a obrigação legal que faz com que os trabalhadores tenham que esperar até 20 de Maio (depois do pagamento dos dividendos, a 19) para receberem a parte dos lucros que lhes foi distribuída. Com indignação, a Comissão de Trabalhadores da PT divulgou o conteúdo de uma nota interna de 29 de Abril, ordenando que fossem transferidos mais de 68 mil contos para as contas bancárias dos «sete magníficos», relativos a prémios de gestão no exercício findo.

A CT questiona os «critérios de absentismo» utilizados para estes prémios, que são atribuídos a cem por cento. Critica ainda, no comunicado que anteontem distribuiu, a diferença «imoral» entre a contenção de custos imposta aos serviços e o esbanjamento da «romaria à sacrossanta Telesp Celular» de São Paulo, no Brasil, onde durante esta semana se encontram dezena e meia de pessoas, entre administradores e acompanhantes.

Justiça na Riopelle

Conceição Monteiro, despedida pela Riopelle na sequência do incêndio na Fiação C, em Novembro de 1996, retomou o seu trabalho, na semana passada, depois de o Supremo Tribunal de Justiça ter recusado o recurso interposto pela empresa e ter ordenado a reintegração da trabalhadora. De acordo com a decisão judicial, Conceição Monteiro será indemnizada em todos os seus direitos, recuperando todos os vencimentos relativos ao período decorrido desde o despedimento – informou a União dos Sindicatos de Braga, afirmando-se confiante em que outras decisões semelhantes se seguirão a esta.

A trabalhadora apresentou-se na Riopelle no dia 27, acompanhada pelo coordenador da USB/CGTP, que também é membro da comissão sindical da empresa.

Unicervi

A reabertura da Unicervi, em Palmela, com duas dezenas de trabalhadores - depois de ter emitido notas de despedimento para 55 funcionários e ter levantado processos disciplinares e 70 - é apenas mais um estratagemas da empresa para despedir o maior número de pessoas e pagar o mínimo valor de indemnizações. A denúncia foi feita anteontem ao «Correio de Setúbal» por uma dirigente do CESP/CGTP, que voltou a exigir resposta para várias dúvidas em relação à situação da empresa e ao papel do Governo e da Centralcer.

Braga

A Direcção do Sporting de Braga «iludiu os treze trabalhadores suspensos do Bingo», acusou sexta-feira o Sindicato da Hotelaria do Norte. No dia 27, foi prometido o pagamento de metade do vencimento de Março, ainda em atraso, mas no dia 30 a Direcção apenas pagou cerca de um terço, apresentando recibos que não correspondem ao valor dos cheques. «A indignação dos trabalhadores aumenta cada vez mais, pois não é com cerca de 30 contos que vão fazer face aos encargos diários e pontuais a que estão sujeitos», alerta o sindicato, admitindo que durante esta semana possam ser definidas acções de protesto.

PCP

Gondomar Gestão PSD agrava problemas

Gondomar é o concelho mais pobre da Área Metropolitana do Porto e cada vez mais um dormitório do Grande Porto, onde aumenta a exclusão social, as bolsas de pobreza e a insegurança, considera em conferência de imprensa a Comissão Concelhia de Gondomar do PCP.

O atraso e o subdesenvolvimento em que o concelho se encontra são, segundo os comunistas, da inteira responsabilidade do PS e do PSD cujas políticas, seja no Governo, seja na autarquia, não têm contribuído para o desenvolvimento económico e social, acentuando problemas antigos.

Entretanto, indiferente ao bem-estar dos gondomarenses e aos pequenos e médios comerciantes, o PSD incentiva a política do betão armado e a proliferação das médias e grandes superfícies, apenas preocupado em assegurar grandes lucros à especulação imobiliária e à grande distribuição.

Na opinião do PCP, o Governo PS não «morre de amores» por Gondomar e evita fazer investimentos mas o Executivo camarário do PSD não pode continuar a justificar com isso a sua incapacidade, já que não tem assumido

uma postura reivindicativa nem seguido uma gestão autárquica que contribua para a diminuição das assimetrias existentes.

Em tempo oportuno, o PCP denunciou a situação preocupante dos Centros de Saúde - instalações inadequadas, mau atendimento, falta de profissionais de saúde, entre outros problemas - mas Valentim Loureiro e o PSD procuraram subestimar as propostas do PCP, afirmando não ser necessário um hospital para Gondomar e contentando-se com pequenas obras e a construção de mais um ou dois Centros de Saúde.

Por seu lado, o PCP vai continuar a insistir na construção de um hospital de primeira linha para Gondomar, na construção de Centros de raiz em Baguim do Monte, Foz do Sousa, Jovim, Rio Tinto, São Pedro da Cova e Valbom e na reclamação de mais

profissionais de saúde para os Centros que já existem.

Quanto às acessibilidades, apesar da construção da Via Rápida Porto-Gondomar e da repavimentação das Estradas Nacionais 108 e 209 - investimentos da Administração Central -, os comunistas consideram que, para Gondomar passar a constar no mapa rodoviário nacional, são necessários novos investimentos.

Aliás, por proposta do PCP, a Assembleia da República vai promover, no final do mês, uma audição parlamentar sobre o atraso na construção das acessibilidades no distrito do Porto, depois de já ter proposto que a alteração do Decreto-Lei que define o sistema de metro ligeiro da Área Metropolitana do Porto, de forma a contemplar a linha de Gondomar na primeira fase.

Mas a Câmara de Gondomar não pode esquecer que tem a «obrigação de resolver os problemas caóticos das estradas e arruamentos municipais», definir rapidamente o trajecto definitivo do metro e insistir para que seja lançado o concurso necessário à sua construção.

Marco de Canaveses PCP inaugura CT

Com a participação de muitos comunistas e outros democratas, e a presença de Ilda Figueiredo, cabeça de lista da CDU ao Parlamento Europeu, a organização do PCP de Marco de Canaveses escolheu o 25.º aniversário do 25 de Abril para a inauguração do seu primeiro Centro de Trabalho.

João Lima, coordenador da Concelhia do PCP do Marco, na sua intervenção, realçou a importância para o Marco de Canaveses de, a partir de agora, ter uma casa aberta ao debate de ideias para defender a sua terra, a democracia e os ideais de esquerda. Precisamente no Marco, disse, onde, hoje, «estes ideais são cada vez mais neces-



Com CT no Marco, a esquerda ficou mais forte

sários e onde existem injustiças e atentados à democracia que urge alterar».

Ilda Figueiredo, por sua vez, afirmou que com o novo espaço de debate criado pelos comu-

nistas em Marco de Canaveses a esquerda passou a estar mais forte, considerou a inauguração do Centro de Trabalho do PCP como a melhor forma de comemorar os 25 anos do 25 de Abril.

CAMARADAS FALECIDOS

António Damião Judas

Depois de longo período de doença, faleceu em Bruxelas, no passado dia 5 de Abril, com 66 anos de idade, o camarada António Damião Judas. Emigrante há mais de 35 anos, era membro da organização do Partido na Bélgica, onde foi grande activista e dirigente associativo.

António Gabriel Pires

Faleceu, no passado dia 27 de Abril, com 75 anos de idade, o camarada António Gabriel Pires, pequeno agricultor. Militante do Partido desde 1974, residia em S. Justa, Couço.

João Quinze Reis

Com 83 anos de idade, faleceu, no passado dia 26 de Abril, o camarada João Quinze Reis, residente em Foros de Lagoiços, Couço. Era militante do PCP desde o 25 de Abril de 1974.

Joaquim Garcia

Vítima de grave doença, faleceu no dia 30 de Abril o camarada Joaquim José Marques Garcia, de 41

anos, licenciado em Economia. Nascido no Bairro da Bica, a cuja população estava intimamente ligado, integrou a Junta de Freguesia de S. Paulo, durante três mandatos e no Outono passado foi eleito presidente do Marítimo Lisboa Clube. Activista do movimento associativo popular desde muito jovem, era militante activo do Partido desde 1975, fazendo actualmente parte do organismo de direcção da Zona Centro da Cidade de Lisboa.

Maria Lourenço

Com 79 anos de idade, faleceu no dia 30 de Abril, após prolongada doença, a camarada Maria Lourenço, natural de S. Miguel Rio Torto, Abrantes. Militante do Partido desde Abril de 1974, foi fundadora do MDM no Lavradio e do actual Grupo Coral e Musical do Lavradio. Era sócia de várias Colectividades e Associações da Freguesia do Lavradio.

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

Carlos Carvalhas em Tomar

PS e PSD ensaiam diferenças formais

As instalações da Sociedade Recreativa Vilanovense, em Vila Nova Paialvo, receberam no domingo passado cerca de duas centenas e meia de comunistas e democratas independentes, num almoço promovido pela Comissão Concelhia de Tomar para comemorar o 25.º aniversário do 25 de Abril. Entre os presentes, para além do secretário-geral do PCP, destacavam-se os principais eleitos da CDU no concelho. Na ocasião, usaram da palavra Custódio Ferreira, da Comissão Concelhia do PCP e Presidente da Junta de Freguesia de Paialvo, e Carlos Carvalhas que (numa alocução de que a seguir se transcrevem extractos), alertou para a «versão “oásis” do PS» sobre a política nacional e a necessidade de «uma viragem à esquerda», abordou as eleições para o Parlamento Europeu e denunciou a hipocrisia internacional em relação aos massacres de Timor e à guerra na Jugoslávia.



A prestação de contas dos deputados da CDU ao PE é garantia de uma luta empenhada na futura legislatura, disse Carlos Carvalhas em Tomar

(...)

Ao ouvirmos o Primeiro-Ministro falar das delícias das suas políticas e de como temos no País indicadores de crescimento superiores às médias europeias na versão “oásis” do Governo, é caso para nos interrogarmos em que país é que estamos.

A crise na agricultura e nas pescas em que agricultores e pescadores são votados ao abandono e o crescente défice da Balança Comercial a mostrar a subalternização do nosso aparelho produtivo certamente que não fazem parte desse “oásis” versão PS, que o Governo agora nos descreve.

A sucessiva diminuição da percentagem do rendimento Nacional que vai para os trabalhadores, o aumento do trabalho precário e do subemprego, as baixas pensões e reformas, certamente que também não fazem parte do tal “oásis”.

Do mesmo modo não entrarão na versão PS do “oásis” português, a situação no ensino privado e público, as filas de espera nos hospitais, os hipermercados de droga e a crescente insegurança em muitas zonas urbanas e até mais.

Como não entrará ainda nesse “oásis” a crise na Justiça, em que para a opinião pública o que fica cada vez mais é que os grandes senhores do dinheiro vão sempre em paz e os pilha-galinhas para os calabouços e que os processos que envolvem altas figuras políticas, como é o caso da JAE e da Universidade Moderna ficam na gaveta do esquecimento.

Portugal precisa de uma nova política, de uma viragem à esquerda e não do neoliberalismo ou dum cavaquismo em rotação, quer seja na versão PS quer seja na versão PSD.

As eleições para o Parlamento Europeu

A CDU apresenta-se a estas eleições com um reconhecido património de intervenção, de trabalho e de propostas em defesa dos interesses nacionais e de uma Europa de paz e cooperação, aberta ao terceiro mundo e aos povos e culturas do Sul.

A prestação de contas dos deputados da CDU ao Parlamento Europeu fala por si e são uma garantia real de uma luta empenhada na futura legislatura para assegurar mais e melhor desenvolvimento para Portugal, mais eficácia e equidade na aplicação dos fundos, mais emprego e mais direitos numa Europa que queremos social, solidária e de coesão.

A luta pelo emprego com direitos, pela redução do horário de trabalho em toda a União Europeia, a defesa da nossa agricultura e das nossas pescas, a luta por um desenvolvimento equilibrado com uma efectiva dimensão social e ambiental, a luta pelo aprofundamento da democracia nas instituições europeias e por uma aproximação sistemática dos centros de decisão aos cidadãos, são as grandes linhas prioritárias de intervenção.

(...)

Ontem, no Congresso do PSD, o cabeça de lista às eleições europeias disse que conhecia as ideias de Mário Soares sobre a Europa e que eram más. E são de facto.

Mas não apresentou nenhuma diferença, nenhuma proposta sobre a Europa ou sobre Portugal enquanto membro da União Europeia.

Foi um discurso de retórica e mais retórica para esconder que entre o PSD e o PS não há diferenças essenciais sobre a política europeia. Ambos os partidos (PS e PSD) estiveram e estão de acordo com a PAC que tem arruinado os nossos agricultores, em que se paga para não se produzir, ambos estiveram de acordo com a política comum de pescas que pagou para se abater a nossa frota pesqueira. E tanto o PS como o PSD estão de acordo com a política neoliberal ao serviço do capital financeiro. Como também estão com a guerra nos Balcãs e com a NATO.

Agora com a nova liderança no PSD os defensores do “Bloco Central” e do rotativismo vão encenar de novo a bipolarização entre o PS e o PSD. Mas tirando as questões de estilo, da linguagem e formais, o PSD vai continuar no essencial com a mesma política que nas questões fundamentais também não se distingue da do Partido Socialista.

No dia 13 de Junho os portugueses vão votar em Partidos, vão escolher os 25 candidatos que representarão Portugal no Parlamento Europeu. E para que um novo rumo para a Europa tenha mais força, para que a paz, a justiça social e progresso tenham mais força é necessário reforçar a CDU.

(...)

Timor e a hipocrisia internacional

Perante os massacres, os assassinatos e a intimidação generalizada que se verifica em Timor, a chamada comunidade internacional continua a “verter lágrimas de crocodilo” e a formular votos pios numa clara posição de Pilatos, isto é, numa clara postura de quem tem dois pesos e duas medidas para avaliar as situações.

É aliás sintomático que a Inglaterra continue a vender armas à Indonésia...

Nós manifestamos o maior repúdio face a toda a hipocrisia e reiteramos a nossa solidariedade para com a luta do povo Timorense.

Nós entendemos que o “Acordo” para uma consulta referendária, a ser assinada por Portugal no dia 5 de Maio, deve assegurar como exigência mínima, a segurança e tranquilidade das populações e o consequente desarmamento das milícias a favor da integração.

As declarações recentes de membros da resistência, o apelo de D. Ximenes Belo, mais avolumou as nossas preocupações, tanto mais que alguns países (EUA, Inglaterra...), pelas suas posições práticas o que revelam é estarem interessados em “desembaraçarem-se de um problema” através de um acto formal, com a cobertura da ONU sem quaisquer regras ou requisitos mínimos. Portugal pelas suas responsabilidades históricas, políticas e éticas não o pode consentir.

Um debate necessário e urgente

As posturas de arrogância de quem não tem que dar contas a ninguém, de quem tem a exclusividade dos interesses nacionais mais uma vez vieram ao de cima com a reunião do Conselho do Atlântico Norte, que aprovou um novo conceito estratégico da NATO, que tem gravíssimas consequências para o presente e para o futuro da Europa, a situação internacional e o papel da ONU em relação à paz e à segurança mundiais e que tem profundas incidências sobre as políticas externas e de defesa de Portugal.

O Governo português na sua habitual postura seguidista aceitou tudo isto pela calada como se tivesse ido a Washington beber um simples copo de água mineral...

Não informou a Assembleia da República, não informou o povo português do que estava em apreço na reunião do passado fim-de-semana em Washington para celebrar o 65.º aniversário da NATO. Afinal não se tratou de nenhuma comemoração, mas de um verdadeiro conselho de guerra em que se alterou a natureza jurídica, a NATO passou a ser ofensiva e punitiva, a área geográfica da sua intervenção – todo o hemisfério norte, e a legitimidade jurídica, pode desencadear acções à margem da ONU. Isto é, na prática e com cobertura jurídica a NATO intervirá segundo o livre arbítrio dos EUA.

A NATO passa a ser “polícia do mundo”, a mando dos EUA, com a marginalização da ONU e o seguidismo da Europa. É uma vergonha para a Europa que se coloca assim num papel de subordinação em relação aos EUA aceitando o papel de “subpolícia” para a Europa.

Tal alteração viola os artigos 5.º, 6.º e 7.º do Tratado do Atlântico Norte. Por tudo isto, o mínimo que se exigia, no plano democrático, ético e de respeito pelas instituições, era que, chegado a Lisboa, o Sr. Primeiro-Ministro se apressasse a informar a Assembleia da República a favorecer um amplo debate sobre matéria de tão graves incidências para o país.

Procurando que o tempo “amoleça” a indignação e a reprovção de tais comportamentos, o Sr. Primeiro-Ministro lá do seu “Olimpo”, ao contrário do que fez a maioria dos governantes europeus, diz que só irá à Assembleia da República em 19 de Maio.

Por isso o PCP requereu que com urgência fosse agendado na Assembleia da República um debate alargado com o governo sobre a adopção do nosso conceito estratégico da NATO.

(...)

Não à guerra

Depois de mais de um mês de bombardeamentos, o saldo que se tem é o das mortes, feridos e enormes destruições num país soberano.

A operação dita humanitária teve como consequência prática multiplicação dos refugiados do Kosovo de origem albanesa.

Os falcões da NATO intensificaram os bombardeamentos e recusam dar qualquer chance à paz.

Os alvos civis são cada vez mais visados. Aliás, quando se ataca serviços públicos, como a televisão, serviço tão intimamente ligado

à vida privada e quotidiana dos cidadãos, não se pode continuar a dizer que se faz a guerra a um regime e não a um povo.

As diversas propostas de paz têm sido arrogantemente recusadas por Clinton, que fala como patrão da NATO exigindo na prática a rendição incondicional.

É a postura que tiveram desde o início. Muitos comentadores afirmam que em Paris se podia ter chegado a um compromisso se os EUA em conivência com o UCK, não tivesse apresentado ulteriormente um anexo B ao acordo com cláusulas notoriamente inaceitáveis por Belgrado, como eram os artigos 6, 8 e 10 que precisavam que as tropas da NATO podiam deslocar-se com todo o seu equipamento “livremente”, sem quaisquer limites de acesso em todo o território da República Federal da Jugoslávia.

Nós condenamos todas as atrocidades; as praticadas contra os albaneses no Kosovo, contra os sérvios na Kraina, as praticadas na Bósnia e na Croácia e as praticadas contra os povos da Jugoslávia pelos bombardeamentos da NATO. E repudiamos o cinismo dos que continuam a falar em “efeitos colaterais”, em “erros técnicos”, para disfarçar a destruição e a morte.

Esta guerra é uma derrota e uma vergonha para a Europa e é uma afronta ao Portugal de Abril.

O governo português continua a envolver crescentemente o país na guerra e ao contrário do que já afirmaram outros governos, o Primeiro-Ministro ainda não rejeitou formalmente qualquer intervenção terrestre de tropas portuguesas numa invasão da Jugoslávia. É uma posição inaceitável.

Reiteramos que a posição que prestigiaria Portugal e defenderia a causa da paz, da Europa e de Timor, por parte de Portugal era não a da subserviência aos EUA e à NATO, mas uma opinião autónoma, nomeadamente de mediador, que se batesse por um acordo político que assegurasse o fim dos bombardeamentos, o regresso pacífico do sacrificado povo de origem albanesa ao Kosovo, com uma larga autonomia no quadro do respeito pela soberania e integridade territorial da Jugoslávia. A paz é um bem precioso e não é juntando a guerra à guerra que se resolve os problemas.

(...)



CDU com trabalhadoras

Ilda Figueiredo e Manuela Cunha, candidatas da lista CDU ao Parlamento Europeu, acompanhadas por mais de três dezenas de militantes bancárias e da Função Pública da ORL, promoveram, no dia 29 de Abril, acções de distribuição do folheto «Igualdade de direitos, uma condição de progresso» junto das trabalhadoras destes sectores.

No programa das candidatas, destinado a contacto com as mulheres, são ainda de destacar os encontros com delegados(as) sindicais das empresas do concelho de Sintra Damsung, Delfey, Sinipal e Multicircuitos, onde foram colocados os principais problemas das mulheres nestes sectores - intensos ritmos de trabalho, precariedade de emprego, ausência de condições de higiene e segurança, entre outros - e o encontro com a Comissão Nacional de Mulheres da CGTP-IN, no qual foi possível a troca de opiniões sobre os problemas das mulheres portuguesas e a União Europeia.

Para finalizar esta jornada, teve lugar uma sessão em Alhos Vedros, Setúbal, com uma centena de pessoas, na sua grande maioria trabalhadoras da empresa Kansas.

SETÚBAL Polícia interpela activistas

As comemorações do 25 de Abril em Setúbal - marcadas por um vastíssimo conjunto de iniciativas muito diversificadas - tiveram a manchá-las «índícios de uma postura de atentado às liberdades democráticas e ao direito de expressão».

De facto, militantes do PCP e activistas de movimentos unitários foram interceptados no Barreiro e em Setúbal por elementos de forças policiais que lhes pediram a identificação, quando procediam à colocação de pendões do PCP alusivos ao 25 de Abril ou pichagens contra a guerra na Jugoslávia.

Lembrando a prontidão com que murais e inscrições da JCP no distrito são apagados, a Direcção da Organização Regional de Setúbal do PCP repudia estas atitudes e diz que espera das instâncias governamentais e do Governador Civil de Setúbal (do PS) a mesma firme condenação, «caso não se trate de uma orientação concertada».

ALCOCHETE Patronato exorbita

A política do PS, de continuidade da política do PSD, apenas tem servido para manter ou agravar os problemas do País, sendo que hoje 30% dos portugueses são pobres. A Comissão Concelhia de Alcochete do PCP, lembrando que os efeitos nefastos da política laboral do Governo também se fazem sentir no concelho, solidariza-se com a luta dos trabalhadores, designadamente da RIOCOPA e da ORMIS.

Na RIOCOPA, por exemplo, apesar dos incentivos financeiros que recebeu do Estado no âmbito do PEDIP, a laboração tem estado suspensa e os trabalhadores, com 15 dias de salário de Março por receber, continuam sem saber o que o futuro lhes reserva. Por sua vez, na ORMIS subsiste a discriminação salarial (não cumprimento dos contratos colectivos de trabalho), a precariedade no emprego e o incumprimento da legislação laboral. E, «como se não bastasse», despediu sem qualquer fundamentação legal duas trabalhadoras membros da comissão de trabalhadores e delegadas sindicais.

ALVITO Deputado visita concelho

Com o objectivo de aprofundar o conhecimento da realidade local, o deputado, do PCP, Rodeia Machado deslocou-se recentemente ao concelho de Alvito, onde visitou a Cooperativa de Ensino, o agrupamento de Escolas do 1.º Ciclo de Jardins Infantis e a Santa Casa da Misericórdia. Antes, porém, acompanhado de António João Zacarias, da Direcção da Organização Regional de Évora, e de membros da Comissão Concelhia do Alvito, apresentou cumprimentos da Câmara Municipal e na Junta de Freguesia. Ainda de manhã, encontrou-se com a Direcção da Associação dos Bombeiros Voluntários e com a Direcção da Escola Profissional, cujas instalações igualmente visitou, e, à tarde, deslocou-se à Quinta da Beira (Mansão de S. José) e visitou a Casa do Povo e o Centro Social e Paroquial de Vila Nova da Baronia e a Associação do Grupo de Canto Coral Alentejano.

Das visitas efectuadas ressaltou a necessidade de reforço do apoio domiciliário e assistência médica aos idosos mas, também, no que respeita ao ensino, o bom trabalho que aí se está a fazer, indo Rodeia Machado inquirir o Governo sobre alguns problemas colocados.

ÉVORA Campanha de Fundos avança

Um plenário concelhio de quadros discutiu em Évora a Campanha Nacional de Fundos, estabelecendo as metas a atingir em cada organização e definindo os responsáveis pela coordenação da campanha em cada organismo.

Já nos últimos dois meses, com vista à angariação de fundos, a Comissão de Sede de Évora promoveu um conjunto de convívios e dinamizou a comemoração do aniversário do Partido com a participação de 300 pessoas. Entretanto, a Comissão Concelhia editou uma rifa da Páscoa, para venda nas organizações, que rendeu mais de 300 contos.

De referir é, contudo, o facto de esta organização ter atingido, até ao início de Abril, 14% da meta estabelecida para o concelho (3000 contos) - uma parte proveniente da venda de cupões e outra, maior, da realização de iniciativas -, sendo que, até finais de Julho, se propõe atingir 50% da meta.

PENICHE José Costa dá nome a largo

Por proposta dos autarcas da CDU, um largo de Peniche passou no dia 25 de Abril a ter o nome de José da Costa (Zé Padeiro), militante do PCP já falecido que esteve preso pela PIDE.

Justa homenagem a todos os que lutaram pela liberdade e pela democracia em Portugal, a iniciativa contou com a participação de muitos populares, autarcas e vários dirigentes do PCP.

Ilda Figueiredo em Bragança

A convite da Comissão Distrital de Bragança do PCP, Ilda Figueiredo, cabeça de lista da CDU ao Parlamento Europeu, visitou o distrito de Bragança, no passado dia 26 de Abril.

A visita começou logo de manhã com contactos na Feira de Mirandela com os agricultores e comerciantes. Nesta acção foram inúmeros os agricultores e produtores de gado que se identificaram com as posições do PCP relativamente aos problemas existentes no sector e às soluções possíveis, donde se destaca a urgência de uma nova política para a agricultura nacional.

Ilda Figueiredo, que era acompanhada por mais dois candidatos ao Parlamento Europeu, Armando Carvalho, dirigente nacional da CNA, e Maria do Loreto, engenheira silvicultora, ambos de Trás-os-Montes, almoçou com apoiantes num restaurante da cidade de Mirandela e à tarde encontrou-se com a Coordenadora da Sub-Região de Saúde de Bragança, com a Direcção do Instituto Superior Politécnico de Bragança e respectivas Escolas Superiores do Campus Universitário, visitando demoradamente as suas instalações, e com a Direcção do NERBA - Núcleo

do Ensino Superior e da importância estratégica para Bragança da criação da Universidade contando com o actual IPB, da

reconhecida postura política e cívica, são ainda personalidades destacadas tanto no movimento associativo agrícola como na área



Ilda Figueiredo acompanhada de Maria do Loreto José Brinquete e Armando Carvalho

Empresarial de Bragança para conhecer as actividades e objectivos das instituições.

Ao fim da tarde, realizou-se uma conferência de imprensa, na sede do PCP em Bragança, para fazer um balanço dos contactos, onde Ilda Figueiredo se referiu ao resultado da visita efectuada e às linhas gerais da sua candidatura. Demoradamente abordou os problemas da agricultura, da saúde no meio rural do Nordeste e da necessidade de construir novos Centros de Saúde de raiz,

urgência de um forte investimento público no distrito como factor fundamental para o necessário desenvolvimento, com vista à fixação das populações e combate à desertificação.

Por parte da Comissão Distrital de Bragança do PCP, José Brinquete disse que os comunistas transmontanos consideram um factor muito positivo e motivo de orgulho para Trás-os-Montes o facto de a lista da CDU ao Parlamento Europeu ter dois candidatos da região que, a par da sua

científica. Recordar-se que Armando Carvalho é um destacado dirigente agrícola, conhecedor em profundidade deste sector, nomeadamente dos problemas agrícolas de Trás-os-Montes e Alto Douro, e a eng.ª Maria do Loreto, para além de professora agregada e Presidente do Conselho Científico da Escola Superior Agrária do IPB, é uma destacada cientista na área das folhosas, onde se releva todo o trabalho que tem desenvolvido relativamente ao castanheiro.

Projecto imobiliário da Margueira Município e populações têm de ser ouvidos

A Direcção da Organização Regional de Setúbal e a Comissão Concelhia de Almada do PCP estão em desacordo com o projecto imobiliário conhecido para a «reconversão urbana do Estaleiro da Margueira», mandado elaborar pelo Fundo de Investimento Margueira Capital, uma sociedade anónima que «não tem quaisquer competências legais» para decidir sobre matérias de ordenamento

do território e definição do uso do solo.

Quando, em 1996, o Governo PS retirou a área da Lisnave do PDM (Plano Director Municipal), o PCP manifestou a sua oposição a esta decisão, por violar uma competência municipal ao nível do Ordenamento do Território e do Planeamento Urbanístico, e a Câmara de Almada interpôs um recurso ao Supremo Tribunal Administrativo, ainda a

decorrer. Com base nestes mesmos pressupostos, os comunistas exigem o respeito pelas competências municipais ilegalmente retiradas, afirmando que não aceitarão a concretização de qualquer projecto que marginalize a população de Almada e os seus órgãos autárquicos sobre o futuro dos 49 hectares de terreno onde se encontra o Estaleiro da Lisnave, «sob pena de não ser salva-

guardada a continuação do desenvolvimento equilibrado e integrado do concelho».

Ao mesmo tempo, a DORS manifesta o seu total apoio às opiniões expressas pela Câmara Municipal de Almada, no sentido da elaboração de «um estudo global e profundo, que perspetive uma estratégia para o reequilíbrio da base económica do concelho, após a desactivação do Estaleiro da Lisnave».

Distrito de Braga Prossegue demagogia do Governo

«Haja limites para a demagogia», pede a Direcção da Organização Regional de Braga, aludindo às declarações da ministra do Ambiente, na sequência de outras recentemente proferidas pelo ministro da Economia sobre a inexistência de desemprego no Vale do Ave, e depois do primeiro-ministro, comparando o comércio de Braga com o de Paris.

A ministra do Ambiente aponta, até ao final do Verão, o fim dos efluentes poluidores do Ave, por efeito do funcionamento do Sistema de Despoluição do Vale do Ave, embora saiba que este sistema (SIDAVE) está longe de abranger a Bacia do Vale do Ave, foi mal calculado e projectado e é insuficiente para responder ao conjunto dos caudais dos efluentes poluidores, quer urbanos quer industriais.

Por outro lado, apesar de se tratar de um Sistema integrado, verifica-se uma descoordenação «inadmissível», nomeadamente entre os diferentes ministérios e as próprias autarquias, o que debilita a eficácia do seu funcionamento e põe em causa a concretização dos seus objectivos.

Os comunistas lembram ainda que os atrasos e insuficiências do projecto radicam fundamentalmente nas «insignificantes participações financeiras» do Orçamento do Estado aprovadas pela maioria PS e esperam que, depois do Verão, a ministra «assuma totalmente o que disse e tire daí as devidas consequências».

Dinis Miranda homenageado

A Câmara Municipal de Redondo vai, no próximo dia 15 de Maio, atribuir o nome de Dinis Miranda a um largo em Montoito, onde será colocado um busto seu, prestando, assim, merecida homenagem à sua memória.

Natural da vila de Montoito, concelho de Redondo, Dinis Fernandes Miranda nasceu em 21 de Abril de 1929 e faleceu em Fevereiro de 1991. Militante do PCP desde 1946, dedicou toda a sua vida à causa dos trabalhadores, do povo, da liberdade e da democracia.

Ainda muito jovem, Dinis Miranda conheceu as duras condições do trabalho do campo, nas ceifas, na azeitona, na lavoura e noutros trabalhos agrícolas. Conheceu o horário de sol a sol, as jornadas de miséria, a exploração dos agrários na sua terra, que deixou em 1957 para ir trabalhar para o Porto.

Doze anos da sua vida foram passados nas cadeias fascistas, de onde saiu após o 25 de Abril. Integrou a Comissão Política do PCP entre Novembro de 1976 e Dezembro de 1988 e, durante algum tempo, foi presidente da Assembleia Municipal de Redondo.

Associando-se a esta justa homenagem, a Comissão Concelhia de Redondo do PCP convida as organizações e militantes do Partido a participarem «neste acto de justiça, no ano em que se comemoram 25 anos de liberdade».



Estatística

Portugal é o país da União Europeia que menos gasta em despesas sociais (segurança social e saúde), destinando por cidadão apenas cerca de metade da média dos Quinze, segundo indicam os dados do Eurostat relativos a 1996. Os cálculos foram feitos em paridade de poder de compra (PPC), método que tem em conta as diferenças de preços entre os países, e mostram que Portugal são gastos 2.533 ppc, valor muito abaixo da média comunitária de 5.120 ppc. O Luxemburgo é o país que mais gastos efectua na área social, com 8.297 ppc. Em termos de percentagem do Produto Interno Bruto (PIB), o nosso país ocupa a penúltima posição, com 21,6%, à frente da Irlanda que dedica apenas 18,9% do PIB para a área social, e atrás da Espanha que ainda assim dispende 22,4%. Estes números são substancialmente mais elevados nos países nórdicos com a Suécia (34,8%); Dinamarca (33,6%) e Finlândia (32%). A média dos Quinze é de 28,7%. Entre 1990 e 1996 as despesas sociais na União Europeia em relação ao PIB subiram de 25,4% para 28,7%. Em Portugal, esta evolução foi de 15,5% em 1990, para 21% em 1993, atingindo os 21,6% em 1996.

Moratória

A União Europeia fez aprovar na Comissão dos Direitos Humanos das Nações Unidas uma moratória sobre as execuções, no intuito de abolir definitivamente a pena de morte.

A resolução foi aprovada com 30 votos a favor, 11 contra e 12 abstenções. O texto apela a que a pena de morte seja aplicada somente aos crimes mais graves e depois de um julgamento final realizado por um tribunal competente, independente e imparcial. Os países são ainda incitados a excluir da punição capital as mulheres grávidas, menores, pessoas que na altura do crime tivessem menos de 18 anos, pessoas que sofrem de doenças mentais, condenados por crimes não violentos de carácter financeiro, ligados à prática religiosa ou à expressão de convicções.

Entretanto, a representante dos Estados Unidos deixou claro que o seu país continuará a permitir a pena de morte enquanto a opinião pública for a favor. Para além dos EUA, votaram contra a China, o Japão, a Indonésia e o Ruanda, entre outros.

Galileo

A União Europeia vai concretizar um sistema global de navegação por satélite denominado Galileo, que será compatível com o sistema norte-americano GPS. O projecto conta com a participação da Rússia e utilizará satélites estacionados em órbita a cerca de 20 mil quilómetros de altitude. Actualmente apenas funcionam o GPS (EUA) e o GLONASS da ex-União Soviética. O Galileo estará operacional em 2008, permitindo à Europa tornar-se independente neste domínio. A Comissão Europeia vai financiar o projecto com 750 milhões de euros (cerca de 1500 milhões de contos), a que se somam mais 500 outros milhões de euros da Agência Espacial Europeia.

Última sessão em Estrasburgo debate estatuto único

A última sessão do Parlamento Europeu, a decorrer desde segunda-feira em Estrasburgo, inscreveu na sua agenda o debate do projecto de estatuto para os eurodeputados, aprovado por unanimidade pelo Conselho de Ministros no passado dia 26 de Abril.

Apesar de, à hora do fecho da redacção, não serem ainda conhecidos os resultados da votação, o conteúdo do projecto suscitou desde logo a oposição dos três deputados do PCP, que na passada sexta-feira, qualificaram-no como «mais um passo no caminho federal».

Em conferência de imprensa, em que participaram Joaquim Miranda, Sérgio Ribeiro e Honório Novo, ficou claro o seu desacordo com a proposta de nivelamento da remuneração dos deputados, no valor de cerca de 1.150 contos, ou seja mais cerca de 450 contos para os deputados portugueses.

Segundo afirmaram, os vencimentos em causa devem ter como referência os níveis salariais dos respectivos países, particularmente os de outros eleitos representantes do povo. Por outro lado, denunciaram «a duplicidade dos governos, em especial do português, que promovem o salário único para os seus deputados no

PE ao mesmo tempo que alertam para os riscos de uma aproximação, por cima, dos salários dos trabalhadores do espaço da União Europeia, a pretexto da defesa da competitividade».

Os eurodeputados do PCP tornaram público que iriam votar contra o projecto, responsabilizando o governo português pela adopção de um texto que além do mais dá passos na federalização das relações internacionais no âmbito da União Europeia, neste caso em matéria fiscal, através da criação de um imposto sobre os rendimentos que passa a reverter para os cofres da União.

Para o PCP, o projecto foi apresentado como um contributo para a transparência e moralização da vida política, mas não passa de uma reacção demagógica à comunicação social e à pressão da opinião pública. Os deputados comunistas desafiaram ainda os outros eleitos e candidatos ao Parlamento Euro-



O PCP está contra o salário único para os eurodeputados

peu a tomarem posição sobre este assunto.

Timor-Leste

Nesta última sessão, o Parlamento Europeu irá ainda adoptar uma resolução sobre a situação em Timor-Leste, para a qual o Grupo Confederal da Esquerda Unitária (GUE/NGL) apresentou uma proposta de texto, em que exige a libertação imediata e incondicional de Xanana Gusmão e apela à concretização

urgente da presença da ONU no território.

O Grupo condena os massacres e as acções criminosas perpetrados por grupos paramilitares pró-integracionistas, em conluio com a polícia e o exército indonésio, cuja passividade e cumplicidade provocaram a morte de um número indeterminado de pessoas.

O clima de terror e intimidação é visto com preocupação já que pode comprometer a democraticidade da consulta popular prevista

para o início de Agosto. Neste sentido, os deputados subscritores, em que se incluem Joaquim Miranda, Sérgio Ribeiro e Honório Novo, reclamam que as autoridades indonésias interrompam imediatamente o apoio militar e logístico aos grupos paramilitares, que procedam ao seu desarmamento e dissolução e que reduzam drasticamente a sua presença militar no território de Timor-Leste, condição mínima para realização de uma qualquer consulta à população.

CDU/França abre campanha

O Encontro da CDU França, realizado no passado domingo, em Paris com a presença de candidata Ilda Figueiredo, marcou o arranque da campanha eleitoral da Coligação naquele país. Os participantes aprovaram uma resolução que defende um novo rumo para a construção europeia, e coloca o combate ao desemprego e a criação de postos de trabalho como a primeira prioridade.

A Coligação apela ao voto dos emigrantes comprometendo-se a lutar pela real liberdade de circulação dos trabalhadores e dos cidadãos e pelo desenvolvimento dos direitos cívicos e políticos dos emigrantes. «O voto na CDU será um voto na luta pela adequação dos serviços consulares, pelo reforço na coordenação dos serviços de segurança social, pelo apoio real ao movimentos associativo, por uma maior intervenção na área da formação profissional e linguística, pela criação de serviços de apoio aos emigrantes que desejem regressar a Portugal, por um maior investimento do Estado português no ensino da língua e da cultura portuguesa», lê-se no documento saído do Encontro.

Depois de um período de pré-campanha que se iniciou em 27 de Fevereiro, o calendário de iniciativas da CDU/França promete uma campanha dinâmica até às eleições. Já no próximo dia 16 de Maio, realiza-se na capital fran-



cesa uma jornada de propaganda; em Nemours, dia 22 de Maio, tem lugar um debate com Porto de Honra; em Nanterre, dia 29 de Maio, é promovida conjuntamente pela CDU e pelo PCF, uma Festa no Parque André Malraux; outra Festa ao ar livre terá lugar em Montargis, no dia 30 de Maio; e o encerramento da campanha está previsto para o mesmo dia, em Champigny, com um encontro-festa organizado conjuntamente com o PCF.

Entretanto, o programa eleitoral da CDU e o documento Mais CDU em defesa dos emigrantes serão distribuídos através de uma operação postal, directamente nos mercados e nas grandes empresas onde trabalham número significativo de portugueses. A CDU/França irá editar ainda um documento com fotografias das personalidades que apoiam e apelam ao voto na Coligação, bem como se empenhará na campanha de fundos para fazer face às despesas com as campanhas eleitorais.

Os direitos das mulheres no Parlamento Europeu

A Comissão dos Direitos da Mulher do Parlamento Europeu, formada só após uma insistência de vários anos, tem assumido um papel importante de interlocutor não só junto de Organizações de Mulheres no espaço europeu como junto das respectivas comissões nos parlamentos nacionais. A sua acção continuada e persistente junto das instituições comunitárias permitiu que nos últimos anos fosse dada uma atenção crescente às temáticas relacionadas com a situação das mulheres e à integração do princípio de *mainstreaming* (igualdade de oportunidades entre homens e mulheres) em todas as políticas comunitárias.

Quase em final de mandato, o Parlamento Europeu decidiu arrumar a casa de outra maneira reduzindo o número das suas comissões. Se em algumas situações a resolução do problema era pacífica, noutros casos mostrou-se mais complicada e foi o que se passou com a Comissão dos Direitos da Mulher. A proposta inicial era a da sua eliminação passando as suas competências para o âmbito da Comissão do Emprego e Assuntos Sociais.

Esta sugestão teve de imediato a oposição dos seus membros. Numa altura em que o Tratado de Amsterdão estabelece a igualdade como uma das «missões» da Comunidade, reforçando e alargando a base jurídica necessária ao cumprimento desse objectivo, seria injustificável a extinção da referida Comissão.

No entanto, na Conferência de Presidentes (órgão constituído pelo presidente do PE e pelos presidentes de todos os grupos políticos) apenas a Esquerda Unitária Europeia, onde se integram os deputados do PCP, e os Verdes se opuseram claramente a esta solução.

Entretanto, começou um grande movimento de pressão por parte do Lobby Europeu de

Mulheres, de diversas organizações de mulheres dos vários países e no interior dos próprios grupos políticos. Designadamente, a coordenadora socialista para a temática das mulheres chegou a escrever à presidente do seu grupo manifestando-se contra uma possível eliminação da Comissão.

Toda esta movimentação resultou finalmente na decisão tomada pela Conferência de Presidentes da manutenção da Comissão dos Direitos da Mulher e da Igualdade de Oportunidades, que viria a ser ratificada na sessão plenária do passado dia 15 de Abril.

A Comissão passou assim a ter competências relativas à definição, evolução e aplicação dos direitos da Mulher na União e à promoção destes direitos em países terceiros; à realização de todas as políticas e programas destinados às mulheres; ao acompanhamento e aplicação dos acordos e convenções internacionais relacionados com os direitos da mulher (Organização das Nações Unidas, Organização Internacional do trabalho, etc.); à política de informação e aos estudos relativos às mulheres; à política de igualdade incluindo a igualdade entre homens e mulheres no que se refere às suas oportunidades no mercado de trabalho e ao tratamento no trabalho; ao controlo concomitante da execução das despesas em curso pelas quais é responsável, com base em relatórios periódicos fornecidos pela Comissão.

Os deputados do PCP no Parlamento Europeu opuseram-se igualmente a uma tentativa de última hora que visava dar a esta Comissão um estatuto de subalternidade, no que foram igualmente bem sucedidos.

Valeu a pena lutar. As mulheres da Europa ficaram a ganhar.

■ Fátima Garcia



VII Legislatura

Deputados comunistas prestam contas

Leis da República

com origem em projectos de lei do PCP

Lei n.º 12/97

Isenção de Alvará aos Bombeiros

Interpretando as justas aspirações dos Bombeiros portugueses, o Grupo Parlamentar do PCP apresentou um projecto de lei que visava essencialmente a isenção de requerer alvará às Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários e outras entidades que detêm corpos de bombeiros, sendo também extensivo à Cruz Vermelha Portuguesa.

Estas entidades, que desde há muito desenvolvem uma acção meritória e justamente reconhecida de apoio à população, estavam obrigadas a requerer alvará para uma actividade que sempre detiveram e desenvolveram.

O projecto do PCP que veio a ser aprovado por unanimidade, tal era a justeza do seu objectivo, contempla as seguintes matérias:

- Isenção dos Bombeiros e Cruz Vermelha Portuguesa de requererem alvará para o transporte de doentes em ambulância.

- Aplicação de normas e critérios nas vistorias e fiscalização às ambulâncias de transporte de doentes pelas entidades da tutela, tendo em vista a sua permanente qualidade e eficiência.

Lei n.º 15/97

Contrato a Bordo das Embarcações de Pesca

O Grupo Parlamentar do PCP apresentou em 1996 um projecto de lei que visava criar as condições para um verdadeiro regime jurídico do contrato de trabalho a bordo das embarcações de pesca, ou seja, a aplicação a todos os trabalhadores do sector, da Lei Geral do Trabalho, com as especificidades próprias da actividade da pesca e que, no essencial, foi traduzido na lei aprovada na Assembleia da República (Lei n.º 15/97).

A lei aprovada, sem prejuízo de algumas críticas do PCP a certas formulações finais do texto e ao facto de não consagrar questões relacionadas com a Segurança Social, define um conjunto de orientações fundamentais para a valorização e dignificação dos trabalhadores da pesca:

- A aplicação da Lei Geral do Trabalho na elaboração dos contratos de trabalho e a redução obrigatória a escrito.

- A duração e organização do tempo de trabalho, horários e turnos.

- Os dias de descanso, os feriados e as férias.

- A nível dos deveres e garantias, ficou definido quais são os deveres do armador, do marítimo, bem como as garantias do trabalhador e a transmissão de empresa armadora ou da embarcação, garantindo a defesa dos direitos dos trabalhadores da pesca.

- A forma da composição salarial, assente no princípio geral e no conceito de retribuição e as formas da sua aplicação.

- Assistência e segurança a bordo. Nestas matérias, as questões principais têm que ver com a segurança a bordo, com as formas de assistência em caso de doença, o seguro por acidente de trabalho, indemnização em caso de perda do navio por naufrágio e o repatriamento.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

PCP no Conselho da Europa

Opção pela guerra está condenada ao fracasso

O fim imediato da guerra de agressão e dos bombardeamentos contra a Jugoslávia foi exigido pelo deputado comunista Lino de Carvalho em Estrasburgo, na passada semana, no decorrer da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, em que reiterou uma solução política que respeite a soberania e a integridade territorial daquele país e simultaneamente a autonomia do Kosovo, com observância dos direitos das minorias nacionais e do regresso pacífico dos refugiados às suas terras e às suas casas.

Na intervenção que proferiu na qualidade de deputado do PCP que integra o Grupo Unitário para a Esquerda Europeia, Lino de Carvalho lançou um apelo ao Conselho da Europa para que «não se junte às vozes da guerra», nem se «alie aos sectores mais extremistas e radicais», sublinhando simultaneamente que é dever deste órgão «contribuir para uma solução política e pacífica para a questão do Kosovo».

Questionando o papel das instituições europeias neste momento histórico, o deputado do PCP lembrou, nomeadamen-

te, que a sua demissão ou, pior ainda, o seu apoio à guerra, «estão a pôr em causa a justificação da sua própria existência», comprometendo ao mesmo tempo de modo irremediável o seu prestígio «aos olhos da opinião pública europeia e mundial».

Entendendo que a estratégia de guerra constitui «uma opção condenada ao fracasso», uma vez que é evidente que não resolveu nenhum dos problemas que alegadamente se dizia querer resolver, antes os agrava, para Lino de Carvalho a «explicação central» para esta agres-

são reside na resolução do senado norte-americano de 30 de Abril de 1998.

Foi nesse momento e local, recorda, que foram definidos os conceitos estratégicos que pautam hoje a intervenção das forças militaristas no teatro de guerra: «uma NATO a actuar como organização ofensiva fora das suas fronteiras»; «uma NATO a intervir no Sudeste da Europa para evitar o aparecimento de qualquer potência regional que possa questionar a hegemonia de denominação americana»; «uma NATO liderada pelos EUA e a servir de instrumento para o alargamento da sua influência a Leste»; «uma NATO a cercar a Rússia».

Não hesitando em reconhecer que existe um «problema de relacionamento étnico no Kosovo e de respeito pelos direitos das minorias», Lino de Carvalho fez questão de observar, porém, não ser esse um caso único, como atestam a expulsão dos sérvios da Kraji-

na, a perseguição movida aos curdos na Turquia ou o genocídio de que é vítima o povo de Timor-Leste.

«Por que é que só se actua no Kosovo? Ou, de futuro, vão resolver-se à bomba todos os problemas humanitários e de minorias existentes?», inquiriu Lino de Carvalho, para quem resulta claro que «a política de dois pesos e duas medidas é cada vez mais intolerável».

Deputados apelam à paz

Uma intervenção activa do Conselho da Europa no sentido de vir a ser encontrada «uma solução política que ponha fim à guerra» na Jugoslávia, tal foi o apelo deixado pela delegação portuguesa à Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, em declaração subscrita pelos seus membros presentes na semana transacta em Estrasburgo. Nesse sentido, de acordo com o documento por si subscrito, os deputados manifestam-se favoráveis à «deslocação de uma missão de informação do Conselho da Europa à Jugoslávia».

Assinada, entre outros deputados, por Alberto Martins (PS), Lino de Carvalho (PCP) e Mota Amaral (PSD), a declaração refere ainda que, «sem prejuízo de opiniões diferenciadas dos seus membros sobre as razões da guerra e sobre a natureza do regime jugoslavo», a delegação portuguesa sente a «mais profunda preocupação pela situação de guerra que se vive na Jugoslávia», apelando por isso «ao fim da guerra e a uma solução política que garanta os direitos humanos».

A delegação portuguesa presente à Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa tomou ainda posição relativamente à situação em Timor-Leste, numa outra declaração onde expressa a sua «indignação pelo comportamento da Indonésia», apelando simultaneamente a «uma acção determinada da ONU que ponha termo à violência contra os timorenses e assegure a manifestação da expressão livre da sua vontade quanto ao futuro do território».

Deixado pelos deputados portugueses foi ainda o seu apelo unânime ao Conselho da Europa para que «intervenha no plano internacional com o objectivo de ser encontrada uma solução política que respeite as decisões da ONU e a vontade do povo timorense».



A resolução do problema do Kosovo passa pelo diálogo e a negociação e não pela agressão militar

Novo conceito estratégico da NATO

PCP exige explicações

O Grupo Parlamentar do PCP solicitou hoje uma semana o urgente agendamento de um debate sobre o novo conceito estratégico da NATO. Este pedido, formalizado por Octávio Teixeira em carta dirigida ao Presidente da Assembleia da República, justifica-se plenamente face ao que a bancada comunista considera ser a «inaceitável» situação criada pelo facto de a Assembleia da República ter sido mantida à margem das decisões tomadas na reunião do Conselho do Atlântico Norte, com a participação de chefes de Estado e de Governo.

Dessa reunião efectuada nos dias 23 e 24 de Abril, em Washington, resultaram novas orientações da NATO que, na opinião do Grupo comunista, comportam «gravíssimos reflexos» a nível internacional e sobre o papel da ONU, e que não podem deixar de ter incidências profundas sobre as políticas externa e de defesa de Portugal.

A presença do Primeiro-Ministro na Assembleia da República para prestar uma informação

completa sobre a situação, incluindo os seus reflexos sobre os interesses nacionais, constitui, assim, na perspectiva do PCP, um primeiro passo para «colmatar este défice».

O Secretário-Geral do PCP, Carlos Carvalhas, afirmou nesse mesmo dia em S. Bento que o novo conceito ao prever operações de agressão militar, sem que nenhum dos países membros da NATO tenha sido alvo de qualquer ataque, viola os artigos 5.º e 6.º do Tratado, isto é, os artigos que definem a natureza defensiva da Aliança no sentido de manter a paz.

As operações militares fora dos mecanismos ou da alçada da ONU constituem ainda, no entender do dirigente comunista, uma violação do artigo 7.º. Significa isto que o novo Conceito Estratégico, explicou, «além de inaceitável do ponto de vista político, também do ponto de vista jurídico não pode vigorar, sem uma revisão do Tratado que, de qualquer forma, violaria sempre a própria Carta das Nações Unidas».

Áreas urbanas de génese ilegal Melhorar a Lei para prosseguir a reconversão

Aprovados na generalidade faz hoje uma semana, baixaram à Comissão para debate na especialidade os quatro projectos de lei que preconizam alterações à actual legislação sobre as áreas urbanas de génese ilegal (AUGI's), visando a sua melhoria. Todos os diplomas passaram sem votos contra.

Os textos legislativos do PCP e do PS recolheram, para além dos votos das duas bancadas, o apoio do PEV, optando PSD e PP pela abstenção. O do PP recebeu apenas os votos favoráveis dos seus deputados, perante a abstenção de todos os restantes. Igual sentido de voto marcou o projecto do PSD, apresentado à última da hora, acolhendo apenas os votos favoráveis da sua bancada, enquanto todas as outras optaram pela abstenção.

Trata-se, agora, em sede de discussão na especialidade, de encontrar as soluções justas e adequadas que, como frisou no debate o deputado comunista Joaquim Matias, «correspondam ao interesse, à necessidade e à urgência» com que as populações, as autarquias locais e em particular os moradores destas áreas aguardam a revisão da lei vigente (Lei 91/95). Registe-se que esta realidade abrange só na Área Metropolitana de Lisboa cerca de 20 a 25 por cento da sua população, isto é, um universo entre 400 mil a meio milhão de cidadãos.

Dar corpo a uma lei consensual como foi conseguido há quatro anos atrás exige, pois, o empenho de todas as bancadas, tanto mais que existem algumas diferenças significativas entre os vários diplomas que a busca de

um texto comum tem necessariamente de aproximar e superar.

O próprio debate da passada semana acabou por evidenciar algumas dessas diferenças. São sobretudo visíveis no que se refere ao projecto de lei do PCP, pelo qual perpassam - distinguindo-o dos restantes - três questões de princípio.

A estas singularidades se referiu detalhadamente Joaquim Matias, referenciando, desde logo, a «recusa de soluções de aparência populista» que implicariam anular directa ou indirectamente os planos municipais de ordenamento do território, desrespeitando simultaneamente toda a legislação que hoje visa proteger o ambiente e os recursos naturais (como a REN) ou os solos agrícolas (RAN), para não falar da própria segurança das populações, nos casos em que as edificações se situam em leitos de cheia ou em solos geologicamente instáveis.

«Estas soluções não conduziriam à defesa dos interesses das populações e em particular dos residentes nestas áreas», advertiu o parlamentar do PCP, antes de concluir que, «ao contrário, seriam os defensores de interesses especulativos dos solos a beneficiar de um tal facilitismo de legalização de qualquer maneira e sem princípios».



O ordenamento e a qualidade de vida do meio urbano são hoje uma realidade em muitos bairros (na foto, Alto da Casa Branca, S. João da Talha)

Recusar a demagogia

Decididamente rejeitada pela bancada comunista foi ainda aquilo que Joaquim Matias qualificou de «atitude de aparência simpática, mas no fundo eleitoralista» que consiste em atirar para os municípios responsabilidades que não lhes cabem, nem levam em conta as suas atribuições, capacidades e recursos financeiros e humanos.

Recusando tal caminho, Joaquim Matias foi peremptório ao afirmar que as «indispensáveis participações e contribuições do poder central e das autarquias não devem sobrepor-se nem condicionar a necessária intervenção empenhada dos proprietários e comproprietários, que estes quatro anos da Lei 91/95 já provaram ser determinantes».

Outro capítulo em que são

notórias as diferenças nos quatro projectos de lei diz respeito às formalidades burocráticas. Tanto o rubricado pelo CDS/PP, como o do PSD, «não permitem soluções expeditas e desburocratizadas», enquanto o do PS revela uma posição tímida e recuada.

Entendendo que tais formalidades, estas sim, são fortemente impeditivas do andamento dos processos, a bancada comunista, pela sua parte, defende o seu aligeiramento, propondo, por exemplo, a «aprovação de planos de pormenor com audiência prévia à decisão municipal ou dispensa de vistorias sem utilidade prática».

A clarificação dos processos de registo de alvará e de divisão de coisa comum, ou seja, a clarificação da intervenção das instituições que prosseguem o pro-

cesso de gestão urbanística na autenticação do acordo de uso e no registo do alvará de loteamento, constitui outra das preocupações da bancada comunista vertida no articulado do seu projecto de lei. Trata-se de obviar a que largas dezenas de processos já aprovados, como tem sucedido até aqui, continuem a aguardar em longa espera nas conservatórias e nos notários devido a interpretações destas entidades que na prática conduzem à actual paralisação.

Consensual entre todas as bancadas parece ser o alargamento do prazo de vigência da lei, amplamente justificado, na opinião de Joaquim Matias, «face ao elevado número de situações existentes, às centenas de milhares de pessoas envolvidas e à complexidade das formalidades requeridas».

Melhorar a Saúde



Três projectos de lei do PCP na área da Saúde preenchem hoje a ordem do dia da

sessão plenária. Garantir a prestação de cuidados de saúde de qualidade, dotando para o efeito o Serviço Nacional de Saúde (SNS) do financiamento suficiente, tal é o objectivo que preside ao diploma que define a Lei-Quadro do Financiamento do SNS. O aperfeiçoamento dos mecanismos de gestão e administração dos serviços públicos de saúde, por outro lado, constitui um dos propósitos visados com o projecto de lei que estabelece a Lei-Quadro da Administração e gestão democrática dos centros de saúde, hospitais e sistemas locais de saúde. Com a apresentação de um «programa de redução dos gastos com medicamentos» - objecto do terceiro diploma -, a bancada comunista pretende introduzir medidas racionalizadoras que travem o aumento de despesas com medicamentos, impedindo simultaneamente o favorecimento ilegítimo dos grandes interesses económicos que absorvem grande parte dos recursos do SNS.

Código de Expropriações



Está em vias de ser concretizada uma melhoria significativa no Código de Expropriações no

que toca, sobretudo, ao enquadramento do interesse público. Um novo regime foi discutido e aprovado na generalidade, na passada semana, baixando à comissão especializada onde se espera que nele venham a ser introduzidos novos aperfeiçoamentos.

As razões que justificam este novo texto legal prendem-se nomeadamente com o facto de o Código vigente ter revelado desde a primeira hora ser um «grave entrave à capacidade realizadora do poder local», como observou no debate o deputado comunista Pimenta Dias.

Muitas obras e investimentos ficaram por fazer, recordou, devido a um regime jurídico «completamente insensível à necessidade de equilíbrio entre a concretização do conceito constitucional da justa indemnização dos respectivos proprietários e o interesse público subjacente a uma expropriação».

Na prática, as dificuldades burocráticas e a morosidade, bem como os elevados valores das indemnizações - foi ainda Pimenta Dias a lembrá-lo -, funcionaram como um verdadeiro travão à concretização pelos municípios de infra-estruturas básicas e de equipamentos nos seus territórios.

Com o novo Código, tendo em conta os princípios que o enformam, opera-se uma simplificação do processo de expropriação por utilidade pública, bem como uma clarificação das regras reguladoras do cálculo da indemnização.

Associativismo juvenil Garantir direitos vencer entraves

Deverá ser hoje votado o projecto de lei do PCP que garante aos jovens com idade inferior aos 18 anos o livre exercício do direito de associação. Debatido faz hoje oito dias, o diploma prevê que os menores com idade não inferior a 14 anos possam associar-se sem necessidade de autorização prévia, garantindo simultaneamente a sua participação de pleno direito na gestão das associações juvenis.

Trata-se, como salientou no debate o deputado comunista Bernardino Soares, de eliminar injustificadas restrições de direitos, conferindo ao associativismo juvenil a dignidade que merece. Para tanto - e este é o principal objectivo visado com a presente iniciativa legislativa - procura-se vencer os actuais entraves no plano legal e burocrático que se colocam à actividade das associações, nomeadamente quanto à sua constituição, legalização e gestão corrente.

Nesse sentido, o projecto avança com a alteração das regras e dos procedimentos necessários à criação de associações juvenis, propondo, concretamente, que após o acto de constituição, «este seja depositado juntamente com os estatutos no Instituto Português da Juventude que procederá aos trâmites subsequentes, cabendo-lhe igualmente apoiar técnica e financeiramente o processo de constituição».

Com este novo sistema, segundo Bernardino Soares, haverá seguramente um aumento de associações juvenis legalmente constituídas e um acréscimo da sua capacidade de intervenção, o que não poderá deixar de se traduzir num «aprofundamento da democracia participativa».

Guarda conjunta do poder paternal

Acolheu o voto unânime dos deputados o projecto de lei do PS sobre a guarda conjunta dos filhos em caso de divórcio e separação judicial de pessoas e bens. Trata-se de uma alteração ao Código Civil que, em síntese, erige a guarda conjunta em regra, transformando em excepção a atribuição do poder paternal a um dos progenitores.

Até aqui, recorde-se, o Código estabelecia que a regra é a da atribuição do poder paternal a um dos progenitores, sendo a guarda conjunta, a fixar por acordo, a excepção.

Para a bancada comunista, que defende que a guarda conjunta é a solução ideal para que a criança continue a ter a companhia dos dois progenitores, esta alteração encerra claramente um sentido positivo, que poderá repercutir-se na mudança de mentalidades.

A realidade sociológica, na sua enorme complexidade,

aconselha, porém, como salientou a deputada comunista Odete Santos, que a guarda conjunta, embora sendo a regra, «continue a depender de acordo», não podendo o juiz impô-la.

Isto porque, explicou, uma tal solução comportaria o risco de uma «maior conflitualidade, quiçá de mais "raptos" quando não agradasse a um dos progenitores», causando «fracturas na sociedade» e seguramente em prejuízo do interesse dos menores.

Daí que a bancada comunista entenda que, em sede de especialidade, a redacção do n.º 1 do artigo 1906.º do Código Civil careça de clarificação no sentido de que a guarda comum só por acordo possa ser estabelecida.

Deve igualmente ser especificado, segundo Odete Santos, o conteúdo da guarda comum, «pelo menos no que toca ao local de residência e à partilha de algumas tarefas da vida cor-

rente do menor», como seja o levar e trazer os filhos da escola, sob pena de, não se fazendo essa clarificação, seguindo as práticas e estereótipos correntes, continuar tudo a cargo da mãe.

Para Odete Santos, há que explicitar igualmente, no acordo da guarda comum, a forma como os encargos financeiros vão ser repartidos, nomeadamente com a subsistência e a educação dos filhos, por forma a evitar, igualmente, que tais encargos recaiam sobre as mães.

«Ao estabelecer a guarda comum devem ambos os progenitores agir de boa-fé, e nenhum deles pode transformá-la numa armadilha para se desresponsabilizar das suas obrigações para com as crianças», afirmou Odete Santos, para quem esta solução «deve ter como pano de fundo a estabilidade do menor a todos os níveis».

Família – Estudo INE

Em Portugal, as mulheres com níveis educacionais mais elevados têm os filhos mais tarde, mas a maior parte dos novos pais tem menos de 29 anos, o ensino básico e está empregada. Estes dados do Instituto Nacional de Estatística (INE) constam de um estudo agora divulgado sobre a temática da maternidade, da paternidade e, necessariamente, da família em Portugal, que permite identificar as principais tendências. Em vésperas do Dia da Mãe, o estudo refere que mais de metade das mães adolescentes são inactivas e que as obrigações familiares com as crianças são a «principal condicionante indicada pelas mulheres para trabalharem a tempo parcial». Constata ainda que as famílias menos numerosas têm aumentado a sua importância relativa. Contudo, o desejo de ter dois filhos é maioritariamente manifesto em todas as idades. As famílias monoparentais representam 12 por cento do total das famílias com crianças a cargo e os agregados familiares com maior proporção de alojamentos sem saneamento básico e sem electricidade e gás são constituídos por casais com três ou mais jovens menores de 17 anos a cargo. As receitas provenientes do trabalho por conta de outrem são a principal fonte de rendimento dos agregados familiares com crianças a cargo.

Empresários algarvios solidários com Timor-Leste

A Confederação dos Empresários do Algarve (CEAL) apelou às autoridades portuguesas para que não permitam a perseguição e morte em Timor-Leste e que o referendo naquele território «seja uma forma de legitimar a ocupação indonésia». Para os empresários algarvios, «em nenhuma circunstância poderá suceder que Portugal concorde com um qualquer referendo fantoche que sirva para a Indonésia validar a ocupação. Numa terra sem lei como é hoje Timor, onde os que defendem a liberdade morrem e só há espaço para os que são contra a independência, no actual quadro o referendo só serviria para condenar para sempre o povo timorense a subjugação sem lhe dar a oportunidade de optar em liberdade», sustenta a CEAL.

Acidentes de trabalho

Portugal é o único país europeu em que os acidentes de trabalho são geridos por empresas privadas e não estão integrados no sistema de Segurança Social, disse, no Porto, Luís Machado, coordenador da Associação Nacional dos Deficientes Sinistrados do Trabalho (ANDST). O responsável falava durante uma conferência de imprensa em que a associação analisou as consequências da nova legislação que rege as reparações dos acidentes de trabalho, aprovada pelo Governo a 1 de Março, que considera «fortemente penalizadora para os sinistrados com menores rendimentos». «Ao aprovar esta lei, que vem substituir a que está em vigor desde 1965, o Governo mostrou muita generosidade com as seguradoras e muito pouca compreensão com os sinistrados», disse Luís Machado, que qualifica como mercantilista a filosofia que preside à nova legislação. A ANDST defende que as compensações pelos acidentes de trabalho devem ser geridas pelo Estado, através da Segurança Social, como em todos os outros países europeus e conforme as recomendações efectuadas já em várias ocasiões pelo Comité Europeu de Peritos em Acidentes de Trabalho.

Além da alteração da filosofia da legislação aprovada, que poderá entrar em vigor até ao final do ano, a ANDST defende a criação, em cada distrito, de centros de avaliação de incapacidade que integrem equipas pluridisciplinares e substituam as peritagens isoladas, aos quais devem estar associados um banco de próteses e outras ajudas técnicas. A ANDST defende também a implementação de centros regionais de recuperação funcional e reabilitação (neste momento existe apenas um, no Alcoitão, Estoril), e propõe que o futuro quadro legal dos acidentes de trabalho contemple garantias ao sinistrado, principalmente o grande incapacitado, de uma ocupação compatível com a sua capacidade residual de trabalho.

Criminalidade diminuiu

A criminalidade global desceu 5,5 por cento em 1998 - relativamente ao ano anterior - tendo os crimes violentos e graves registado uma diminuição de 11,6 por cento, revela o relatório anual de Segurança Interna agora divulgado. Em 1998, os casos de violação baixaram 26 por cento, os homicídios dolosos consumados 11 por cento, o roubo por esticção também 26 por cento, e os furtos em residências 11 por cento. O relatório destaca também que os assaltos a bancos diminuíram 31 por cento. Por outro lado, manteve-se ao longo do ano um elevado número de participações relacionadas com conflitualidade interpessoal e intrafamiliar, particularmente por parte das mulheres jovens. Segundo os dados do relatório, a delinquência juvenil e grupal desacelerou nas grandes cidades, mas verificou-se ao mesmo tempo uma tendência de transferência do centro para a periferia urbana, onde foi reforçado o policiamento.

Saramago honoris causa

José Saramago, Nobel de Literatura 1998, será investido doutor *honoris causa* pela Universidade de Las Palmas em Junho, por ocasião do décimo aniversário da instituição. Juntamente com Saramago, cujo título foi concedido em Dezembro passado, depois da entrega do Prémio Nobel, serão investidos *honoris causa* o académico da língua espanhola Manuel Alvare, a título póstumo, o artista Cesar Manrique, grande divulgador da ilha de Lanzarote (Canárias), onde actualmente reside o escritor português. A celebração do décimo aniversário da Universidade de Las Palmas começa hoje, quinta-feira, com a inauguração de um ciclo de conferências, que ao longo do mês de Maio irá reunir destacadas personalidades da ciência e da cultura.

Marcha da Rota Por uma Península Ibérica neutral

A XIV Marcha da Rota, que tem lugar no próximo domingo, dia 9, sob o lema «Por uma Península Ibérica neutral, desnuclearizada e sem bases militares estrangeiras», é uma iniciativa pela paz a merecer particular destaque.

Mais de 10 mil pessoas, incluindo meio milhar de portugueses, é a adesão esperada para domingo, em Cádiz, Espanha, pela organização de uma marcha em defesa da paz na Jugoslávia e contra a presença da NATO na Península Ibérica.

Em conferência de imprensa conjunta realizada segunda-feira em Lisboa, na sede do Conselho Português para a Paz e Cooperação (CPPC), elementos da organização da iniciativa condenaram a intervenção da NATO nos Balcãs, classificando-a de «golpe de Estado contra o direito internacional levado a cabo pelos EUA».

Esta será a 14ª Marcha da Base da Rota (base militar norte-americana em Cádiz), com a particularidade de contar pela primeira vez com a adesão de organizações portuguesas, entre movimentos ecologistas, de defesa da paz e dos direitos humanos.

Carlos Almeida, da direcção do CPPC, informou que «pelo menos 400 pessoas do Porto, Algarve, Alentejo, Setúbal e Lisboa já estão inscritas» e deverão sair da capital em autocarros, no sábado, com destino a Cádiz para participar na marcha.

A iniciativa pretende juntar a opinião pública ibérica para se manifestar contra «a escalada armamentista e militarista protagonizada pela NATO», uma organização que, como foi denunciado, «tem vindo a substituir a sua estratégia defensiva pela ofensiva».

Pretende-se igualmente criticar os governos de ambos os países por «se terem submetido totalmente às directivas da NATO, sem qualquer apoio popular».

Cristóbal Orellana, porta-voz da organização espanhola, dirigiu um convite a todos os cidadãos portugueses para que participem na marcha, exprimindo «um não à guerra e à OTAN (NATO), uma ferramenta militar do ocidente que deve ser dissolvida».

Os organizadores desta iniciativa manifestam-se contra a existência de bases militares da NATO no mundo - um total de 26 - e em particular em Espanha e Portugal.

De salientar que a Base da Rota é uma importante base militar estratégica dos EUA em território espanhol, que tem sido utilizada em variadas agressões militares a outros países, como foi o caso do Iraque e agora da Jugoslávia.

Outras iniciativas

Cerca de quadro dezenas de sindicalistas, militantes de partidos de esquerda e independentes subcreveram um abaixo-assinado, a circular em Ponta Delgada, em que se responsabiliza as acções militares «pela morte de civis sérvios e kosovares e pela existência de milhares de desalojados».

Os promotores desta iniciativa organizaram entretanto uma vigília junto ao consulado dos Estados Unidos, com cartazes apelando a «um ponto final» nos bombardeamentos da Aliança Atlântica à Jugoslávia.

Em Montemor-o-Novo, os eleitos da Assembleia Municipal aprovaram uma moção em que se exige o fim imediato da guerra e a retirada da NATO da Jugoslávia, a saída de Portugal da guerra e da NATO e a extinção desta organização, uma solução política negociada «assente no respeito dos direitos da população do Kosovo, no respeito

dos direitos das minorias étnicas e da integridade territorial da Jugoslávia.

Na moção sublinha-se a alteração da estratégia da NATO como uma «ameaça que acarreta graves perigos para os povos e para a paz mundial».

O Plenário de Sindicatos da Federação dos Sindicatos de Hotelaria e Turismo, aprovou igualmente uma moção contra a guerra, manifestando-se profundamente chocado com o ataque da Nato à Jugoslávia e «o sofrimento desumano que está a ser infligido à sua população» e exigindo o fim imediato da guerra e o retomar de negociações políticas.



A exigência de paz esteve também presente nas manifestações do 1º de Maio

Jornadas de esclarecimento contra a reforma da PAC

A Confederação Nacional da Agricultura - CNA e Associadas Regionais, vão realizar até 16 de Maio uma Jornada de *esclarecimento e mobilização*, através de contactos directos com os agricultores. Seguir-se-á depois, a curto prazo, uma nova jornada de *protestos e movimentações* de agri-

cultores contra os acordos da reforma da PAC.

Esta uma decisão assumida pela direcção nacional da CNA, conjuntamente com dirigentes regionais, em reunião realizada dia 2 de Maio em Coimbra.

Em causa estão os recentes acordos da «Reforma da PAC»,

que a Confederação denuncia como uma «pesada derrota, para a agricultura e para o país, que ameaça de sentença de morte a lavoura nacional».

A CNA avança algumas exigências concretas, nomeadamente no que respeita às ajudas ao rendimento e outros apoios europeus

ao desenvolvimento rural. Sempre na perspectiva de um apoio prioritário às explorações agrícolas familiares.

Destaque mereceram ainda as graves crises na suinicultura e produção leiteira, sectores para os quais a CNA continua a reclamar do governo apoios urgentes.



A agricultura familiar é a mais atingida pelos acordos da reforma da PAC

O 25 de Abril no Brasil

No quadro das comemorações da revolução de Abril e do 1.º de Maio, vão-nos chegando algumas informações soltas. Um pouco do muito que aconteceu por todo o país e que, pela sua dimensão, não é viável reflectir nas páginas do «Avante!».

Aqui damos notícia da forma como a comunidade portuguesa no Brasil assinalou os 25 anos da revolução.

Por iniciativa do Centro Cultural 25 de Abril, as comemorações dos 25 anos da revolução encerraram com um acto solene, que contou com a presença do cônsul geral de Portugal em São Paulo e com a participação de António Cândido, Prémio Camões, pensador de esquerda que apoiou a luta contra o regime fascista.

Mais de duas centenas de pessoas participaram nesta iniciativa, que contou com a presença do Partido Comunista do Brasil, do Partido Comunista Brasileiro e do Partido dos Trabalhadores. De par de António Cândido, intervieram representantes do PS, do PSD e do PCP. Alexandre Pereira, representante do PCP, destacou a participação activa e permanente dos comunistas portugueses em todo o desenrolar dos acontecimentos que conduziram à conquista da democracia em Portugal. Como parte das comemorações, foi lançado um concurso de redacção sobre o tema «A revolução dos cravos», dirigido aos alunos do curso médio. Vai ainda realizar-se um festival de cinema português.

Congresso da JCP: resultado do sorteio

Já é conhecido o resultado do sorteio das rifas do VI Congresso da JCP. O prémio - um bilhete INTER-RAIL - coube ao nº 09796. O feliz contemplado deverá dirigir-se à JCP, telefonando para a sua sede - (01) 7930973.

Escolas mostram projectos de educação

Divulgar as actividades desenvolvidas pelas escolas na área da educação cívica e trocar experiências entre a comunidade educativa e outros agentes, é o objectivo da iniciativa *Mostra de Projectos Escolares* que decorre entre dia 6 (hoje) e 11 de Maio, no Pavilhão Paz e Amizade, em Loures. Pelo recinto do Pavilhão vão passar os projectos e animações de 2300 alunos e 220 professores de 57 estabelecimentos de ensino: escolas do ensino básico, jardins de infância, instituições particulares de solidariedade social e associações de pais. Danças ciganas e cabo-verdianas, ateliers, dramatizações, apresentações de contos, teatro, além de um espectáculo da companhia *Tocá Rufar* (dia 11), são algumas das actividades do programa da presente edição do evento.

Festa Verde em Almada

Estudantes de Almada vão vender produtos hortícolas num mercado ao ar livre que se realiza a 12 de Maio, depois de a chuva ter estragado a festa prevista para a semana passada. O mercado ao ar livre integra-se na terceira edição da "Festa Verde", um projecto promovido pela Câmara do abrigo do Plano de Acção Cultural da Comunidade Educativa do Concelho. O plano envolve 1300 crianças e jovens de todos os graus de ensino, com projectos escolares nas áreas da horto-floricultura, culinária, olaria e azulejaria. Se o estado do tempo assim o permitir, ao longo da manhã, os mais pequenos irão pôr à venda em 29 bancas, e a preços convidativos, produtos hortícolas, compotas, flores, peças de artesanato em barro ou feitas com plantas secas, trazidos das hortas, dos jardins e "ateliers" de cerâmica e culinária das suas escolas. O mercado vai ficar instalado no Largo Gabriel Pedro, junto ao tribunal, mas no jardim e no centro paroquial, os alunos mais velhos, sobretudo das escolas secundárias, vão orientar "ateliers" de jardinagem, pintura, desenho, jogos tradicionais, artes circenses, olaria e azulejaria. Paralelamente, estarão patentes uma mostra temática sobre os viveiros do Alto do Índio e jardins do concelho e uma exposição de espantalhos feitos por alguns dos alunos das escolas participantes. Para animar o recinto do Largo Gabriel Pedro, as crianças dos infantários e escolas primárias irão apresentar num palco improvisado vários espectáculos de dança e teatro.

Aprendizes de contar

Mais de 150 contadores, amadores ou profissionais, e "amantes" de contos participaram, nos dias 29 e 30 de Abril, no primeiro encontro Nacional de Aprendizes de Contar realizado no "mundo dos sonhos" da Biblioteca José Saramago, em Beja. A iniciativa, aberta a "miúdos e graúdos", foi organizada pela Câmara Municipal de Beja e apoiada pelo Instituto do Livro e das Bibliotecas, Região de Turismo Planície Dourada (RTDP) e outras entidades. Os participantes na iniciativa, de dois dias, puderam aprender mais sobre temas como: "O Conto: um ritual feminino", "O Conto maravilhoso de tradição oral", "Crescer pelos contos", "O ambiente nos contos", entre outros. O Encontro recebeu também a recta final da Estafeta Palavras Andarilhas, uma estafeta de contos, que partiu de Beja a 7 de Abril e percorreu o país de Norte a Sul.

CDU/Madeira protesta

A CDU/Madeira protestou contra a posição tomada pela direcção dos Bombeiros Voluntários de Câmara de Lobos, que discrimina, desvaloriza e impede a integração de mulheres no quadro daquela instituição. A CDU/Madeira, junto com a JCP/Câmara de Lobos, lamenta que uma instituição daquela natureza e com a importância que tem para a sociedade local, discrimine claramente as mulheres e condena tal atitude da direcção dos bombeiros, cujo presidente é um destacado membro do PSP/Madeira. «É vergonhoso que quase no fim deste século, e 25 anos passados sobre o 25 de Abril, as mentalidades e as formas de estar de certas instituições, de grande importância para a sociedade, ainda não tenham evoluído. Atitudes como esta só impedem o desenvolvimento e o progresso das sociedades ditas democráticas», comenta a CDU/Madeira.

Barreiro apoia educação musical

A Câmara Municipal do Barreiro informa que se encontram abertas as candidaturas para o concurso público de atribuição de oito bolsas de estudo Fernando Lopes-Graça, até ao dia 1 de Outubro, no Sector de Música do Departamento de Educação e Cultura. As bolsas de estudo, no valor de 150 contos cada, visam apoiar financeiramente a frequência dos jovens nos estabelecimentos de ensino oficial de música da área de Lisboa e Setúbal. Segundo o regulamento, o candidato deve ter mais de 25 anos, residir no concelho do Barreiro e estar matriculado para o ano lectivo de 1999/2000, em qualquer dos referidos estabelecimentos de ensino. As bolsas a atribuir contemplam diversas áreas, tais como instrumentos de sopro, instrumentos de cordas, piano, cravo ou órgão barroco, canto, percussão ou ciências musicais. Desde 1987, a autarquia vem atribuindo bolsas Fernando Lopes-Graça aos jovens do concelho, no âmbito do Projecto de Animação e Dinamização da Actividade Musical.

Jovens comunistas em vigília de solidariedade com Timor

Uma vigília convocada pela Juventude Comunista Portuguesa reuniu, frente ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, em Lisboa, vários jovens que quiseram manifestar a sua solidariedade com o povo de Timor-Leste.

A iniciativa, que decorreu no fim da tarde de terça-feira, teve também como objectivo a divulgação dos pontos que a JCP considera essenciais para uma solução democrática e pacífica do problema de Timor.

Em carta dirigida ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, com as suas reivindicações, os jovens comunistas afirmam acompanhar «com grande preocupação e pesar os novos desenvolvimentos em Timor-Leste», sublinhando que «as mortes, a repressão e a violência exercidas sobre o povo timorense são uma afronta ao projecto libertador da Revolução de Abril».

A JCP defende como fundamental, para o processo de autodeterminação e independência de Timor-Leste, «um empenhamen-

to real do regime indonésio». O que só será de tomar a sério se forem cumpridas algumas condições fundamentais.

Para os jovens comunistas, estas condições incluem o desarmamento imediato das milícias populares, «propositadamente armadas pelo governo indonésio», a libertação de Xanana Gusmão e de todos os presos políticos timorenses e ainda a oportunidade, para os timorenses, de participar «na definição do processo de autodeterminação».

A direcção da JCP considera que «assume também extraordinária importância uma tomada de posição por parte do governo português, no seio da ONU e da UE, no sentido da autodeterminação e independência de Timor-Leste». E conclui: «nada

menos que esta posição pode ser exigido».

assumir o seu papel de guardião do Direito Internacional».

Na moção, em que se considera importante «desenvolver a ideia de tolerância e paz no seio da nação maubere», sem descurar o direito à legítima defesa, exige-se a libertação dos presos políticos timorenses e indonésios e a liberdade de associação e manifestação.

Os sindicalistas decidiram «lançar a ideia de um amplo movimento por Timor», que amplifique a onda de indignação que se faz sentir por todo o mundo.

Sindicatos da Hotelaria aprovam moção

Face às notícias divulgadas sobre o massacre de Liquiçá, o Plenário de Sindicatos da Hotelaria e Turismo aprovou uma moção, em que se exige do governo português «empenhamento na defesa internacional da causa de Timor» e da ONU que «saiba



Os jovens comunistas estão preocupados com o terror em Timor-Leste

Oeiras e Amadora

CDU denuncia privatização da água

Estão em curso negociações para a privatização da gestão e exploração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento - SMAS, em Oeiras e Amadora. Um processo, questionado pela CDU, e em que estão envolvidos os presidentes das duas autarquias.

Em comunicado à população do Concelho de Oeiras, a CDU refere alguns números, que testemunham da envergadura do negócio em causa - a facturação anual da água fornecida atinge os 21 milhões de contos, verba que, somando-lhe taxas diversas, das tarifas de utilização às dos resíduos, ascende aos 30 milhões de contos.

Face a este balanço, a questão coloca-se: «Então, porquê a privatização?»

Em causa estará, antes do mais, a pressão dos privados, naturalmente interessados num negócio claramente lucrativo. Por parte do presidente da autarquia, o interesse estaria na obtenção, para as despesas da Câmara, de «uns bons milhões de contos».

A CDU de Oeiras sublinha, entretanto, que «com esta privatização, os consumidores do concelho de Oeiras na da têm a ganhar» e lembra as elevadíssimas tarifas praticadas em Mafra e Setúbal, autarquias que também entregaram o fornecimento de água a privados.

Em Mafra, paga-se mesmo, actualmente, a água mais cara do país.

Denunciando situação idêntica, a CDU da Amadora refere

um estudo, ainda não divulgado e feito à revelia da Câmara, que indica que os SMAS têm um lucro anual de 1,5 milhões de contos e em que se sustenta uma proposta de concessão a privados daquele serviço público por um período de 30 anos.

Em comunicado entretanto divulgado, a CDU da Amadora coloca mesmo dúvidas «quanto

à legitimidade democrática detida por partidos que, nos seus programas eleitorais, nem pela rama abordaram tão radicais soluções e que, estando eleitos para um mandato de quatro anos, se aprestam para comprometer, através de uma concessão/privatização e ao longo de trinta anos», serviços essenciais e estratégicos.

CDU/Madeira apresenta projecto de apoio a idosos

O grupo parlamentar da CDU/Madeira apresentou na Assembleia Legislativa Real da Madeira um projecto de resolução para a criação de uma Universidade para a Terceira Idade.

Uma proposta que tem em conta o facto de as estruturas existentes para apoio à população idosa não estarem adaptadas a «acolher alguém que quer continuar a ser útil e a sentir-se válido».

Com este projecto, a CDU/Madeira pretende que «seja constituído um centro de recepção de ensinamentos para que aqueles que são portadores de conhecimentos, principalmente aposentados licenciados, possam contribuir para o enriquecimento cultural de outros que pretendem manter a sua agilidade mental».

A CDU lembra que «cabe ao Estado um papel fundamental na política de terceira idade», criando condições adequadas para que os idosos «se sintam plenamente integrados e activos na vida da sociedade».

No quadro do «Ano Internacional das Pessoas Idosas», a CDU/Madeira apresentou também um projecto de decreto legislativo regional que defende um «sistema de atendimento prioritário ao idoso, a ser aplicado em todas as zonas de atendimento público, tendente a proporcionar melhores condições de inclusão social e realização pessoal».

No projecto lembra-se a necessidade de encarar a «nova realidade da evolução demográfica da nossa sociedade» e de «fazer face ao número crescente de idosos».

A CDU sublinha que «tendo em conta que a maioria deles já contribuiu, e muito, durante a sua vida activa para aquilo que hoje somos, e que pretendem continuar a ter uma participação efectiva na vida da comunidade, cabe-nos contribuir no sentido de minorar os seus problemas e dificuldades».

Linha de Sintra Comissão de Utentes propõe melhorias

O aumento dos títulos de transporte para o Areeiro, a necessidade de abrigos e mais bancos para a estação da Amadora, a segurança de pessoas e bens, o alargamento dos horários para a Estação do Oriente e o cumprimento da Lei do Ruído, foram as questões colocadas pela Comissão de Utentes da Linha de Sintra (CULS), em reunião com a Unidade de Suburbanos da Grande Lisboa.

A CULS manifestou, em particular, a sua discordância face ao aumento nos passes combinados e nos bilhetes para o Areeiro entregando, simultaneamente, um abaixo-assinado contra este aumento, subscrito por 1.500 utentes.

A instalação de sinalização acústica e sonora para o Rego, Cacém e Barcarena, para evitar «mais perdas de vidas nesta Linha», foi outra das propostas da CULS.

A Comissão de Utentes sublinhou ainda a necessidade de «respeitar os cidadãos que residem perto das estações equipadas com instalações sonoras», cumprindo-se escrupulosamente o volume de ruído e os seus horários.

EUA atacam Iraque...

Sete civis iraquianos morreram num ataque da aviação norte-americana no norte do Iraque na passada sexta-feira, informou um porta-voz militar citado pela agência noticiosa do Iraque (INA).

No bombardeamento foram mortas também 250 cabeças de gado e um tractor ficou destruído, acrescentou a mesma fonte. Na véspera, segundo o governador de Mossul, os aviões norte-americanos efectuaram bombardeamentos no mesmo sector, destruindo prédios num bairro residencial da cidade e ferindo vinte pessoas.

A versão norte-americana divulgada a partir de Incilik, na Turquia, é diferente: fontes militares disseram que aviões F-15 e F-16 bombardearam instalações de radar e de defesa antiaérea na região de Mossul, situada na zona de exclusão aérea, no norte do Iraque. «Agindo em legítima defesa», os aparelhos largaram bombas sobre instalações de radar e de defesa antiaérea, a sul e a nordeste de Mossul, precisou o comunicado militar norte-americano, segundo o qual todos os aviões deixaram sem incidentes o espaço aéreo do norte do Iraque após os ataques. Os danos causados às forças armadas iraquianas estão a ser avaliados, diz ainda o comunicado.

...e "suavizam" sanções

O Governo dos EUA decidiu aliviar as sanções económicas contra o Irão, a Líbia e o Sudão na semana passada, depois de uma comissão norte-americana declarar que a venda de alimentos e medicamentos «não melhora de modo substancial a capacidade militar de um país ou a sua habilidade para apoiar o terrorismo» e que um embargo aplicado durante muitos anos «priva os agricultores e as empresas norte-americanas da possibilidade de vender os seus produtos». Sob a pressão das indústrias americanas impedidas de negociar com grandes mercados, Bill Clinton reverteu a posição assumida até então e afirmou mesmo que «os alimentos não deveriam ser um instrumento de política exterior, salvo nas circunstâncias mais extremas», acrescentado que o

Nicarágua

Protestos alastram aos transportes

Depois dos estudantes, agora é a vez dos camionistas, dos taxistas e dos motoristas dos transportes públicos se juntarem aos protestos contra o Governo liberal de Arnoldo Alemán. Na base das suas exigências está a descida do preço do gasóleo - o mais caro da América Central - de cerca de 67 escudos por litro para 44 escudos. A greve dos transportes já começa a afectar a economia nacional.

Segundo os relatos de testemunhas, Manágua é uma cidade que muda conforme as horas do dia. Os cerca de 5 mil polícias que patrulham as ruas da capital para proteger as principais instituições e centros económicos parecem

desaparecer depois do anoitecer perante os muitos grupos de manifestantes que invadem a cidade.

São erguidas barricadas e voam cocktails molotov artesanais entre as duas partes. Na madrugada de sábado, Pablo

Alberto Morales, de 17 anos, transformou-se na segunda vítima dos confrontos, ao ser morto com uma pistola automática quando manifestantes apedrejavam uma camioneta que ostentava um símbolo do presidente.

Nesse dia, os camionistas denunciaram a detenção ilegal de 20 dirigentes sindicais e da Frente Sandinista de Libertação Nacional. Daniel Ortega, o líder dos sandinistas, acusou o Governo de ter «imposto um estado de sítio» e avisou que «não se vai negociar sob ameaças», acrescentando que o seu partido está a procurar mecanismos legais para destituir Alemán.

Na véspera, o Presidente anunciou a intenção de mobilizar «os mecanismos legais necessários para que prevaleça a institucionalidade e a tranquilidade», uma declaração que foi interpretada pela oposição como uma ameaça para instaurar o estado de emergência.

No 1.º de Maio, em Manágua, vários milhares de pessoas manifestaram-se contra a política do Governo, acusando-o de estar a organizar grupos paramilitares para acabar com os protestos. Na ocasião, Daniel Ortega defendeu que «o povo tem todo o direito à insurreição» e afirmou que «a Frente Sandinista não hesitará em tomar as armas para defender a institucionalidade».

Estudantes assinam acordo

Os estudantes, o Conselho Nacional das Universidades e o Governo assinaram um acordo durante o fim-de-semana que fixa o orçamento do Ensino Superior nos próximos três anos e que inclui o compromisso das autoridades em procurarem apoios internacionais para projectos universitários.

Os representantes estudantis consideraram o acontecimento como uma «vitória universitária», depois de várias semanas de protestos e reivindicações com base na exigência de que seis por cento do Orçamento de Estado lhes seja destinado, como está consagrado pela Constituição. No entanto, a questão que esteve na base da disputa - a discussão sobre se os empréstimos e as doações internacionais também devem ser considerados nesse valor - não foi clarificada.

Daniel Ortega partilha uma opinião diferente e define o acordo como uma simples promessa condicionada às gestões internacionais. «Estocolmo não é uma arca de dinheiro que possa resolver os problemas da Nicarágua», afirmou o líder sandinista, referindo-se à reunião do Grupo Consultivo sobre a doação empréstimos para a reconstrução do país depois da passagem do furacão Mitch que se realiza no fim do mês.

Convenção de Otava EUA «apoiam» mas não assinam

Os EUA «apoiam fortemente os esforços internacionais» para a proibição das minas antipessoal, mas não estão dispostos a assinar a Convenção de Otava sobre essa matéria antes do ano 2006, por alegadas razões de segurança.

A afirmação é do representante de Bill Clinton para a Desminagem Humanitária Global, Donald Steinberg, que participou no passado fim-de-semana em Moçambique na primeira reunião dos Estados Parte da Convenção de Otava sobre a Proibição do Uso, Armazenamento, Produção e Transferência de Minas Antipessoal. Segundo Donald Steinberg, os EUA não podem assinar a Convenção nesta altura» devido às «preocupações» norte-americanas com «as questões de segurança em todo o mundo, incluindo a Coreia».

Recorda-se que este tipo de armamento, utilizado praticamente em todos os conflitos regionais, vítima sobretudo a população civil. Em Moçambique, por exemplo, onde a guerra de libertação nacional terminou em 1975 e os posteriores confrontos entre o governo da Frelimo e a Renamo cessaram em 1992, estima-se que permaneçam no terreno cerca de dois milhões de minas que continuam a matar e mutilar a população.

Apesar da crescente consciência internacional da necessidade de conjugar esforços para fazer face a este flagelo - designadamente através da interdição deste tipo de armamento, como consagra a Convenção de Otava, já ratificada por 72 países - os EUA condicionam a sua adesão ao projecto à capacidade técnica de encontrar uma alternativa para as minas. «O presidente dos EUA afirmou que iremos assinar a Convenção no ano 2006 se pudermos encontrar alternativas para as minas terrestres que utilizamos e estamos vigorosamente à procura dessas alternativas», disse Steinberg em Maputo. Dito por outras palavras, os norte-americanos propõem-se manter a produção e utilização das minas antipessoal até estarem em condições de utilizar novas armas, igualmente «eficazes». Até lá, e embora o representante norte-americano garanta que a produção «baixou drasticamente» a ponto de ter deixado de ser «uma indústria comercialmente viável», os EUA persistem nos engenhos de morte que continuam a matar mesmo, ou sobretudo, nos tempos de paz.

Alegadamente, os norte-americanos já tomaram uma série de «medidas importantes» compatíveis com os objectivos da Convenção de Otava, mas até encontrarem as tais «alternativas» de que fala Clinton são os restantes países que são incentivados a aderirem às convenções internacionais sobre armas convencionais. Até ao ano 2003, os EUA não se propõem alterar a sua política nesta matéria, embora garantam que a sua produção de minas se destina a substituir as que, armazenadas, perderam entretanto a validade; depois dessa data, e até 2006, dizem que «apenas» as utilizarão na Coreia. Que novo engenho de morte a longo prazo se prevê que sairá então da indústria de guerra norte-americana? «Acreditamos que estes passos, juntamente com a desminagem humanitária no mundo, constituem uma abordagem razoável e prática do que é a crise humanitária por causa das minas», disse Steinberg em Maputo, aparentemente convicto de que os 27 milhões de dólares concedidos a Moçambique desde 1993 para projectos de desminagem, assistência técnica, formação e reabilitação de vítimas de minas antipessoal bastam para abrandar as críticas à hipocrisia norte-americana. Resta saber para quem é que «a abordagem» é «razoável e prática». Não certamente para as futuras vítimas.

EUA

Armas de fogo contestadas

A convenção anual da Associação Nacional de Armas de Fogo (NRA) provocou muitos protestos nos EUA, especialmente por se realizar na mesma cidade onde onze dias antes ocorreu o massacre do Instituto Columbine. Apesar das pressões, a reunião não deixou de se fazer, embora tenham sido canceladas exposições, vendas de armas e festas.

«A NRA quer ficar bem com a opinião pública, mas quando tudo isto passar, voltará a fazer pressão para introduzir as suas leis», acusa um representante do grupo Handgun Control, Brian Morton.

A associação, liderada pelo actor Charlton Heston, defende que o uso de armas só deve estar vetado a criminosos condenados e a doentes mentais. De acordo com a segunda emenda da Constituição, todos os americanos podem possuir

arma, direito que a NRA defende desde 1871.

«O Mayor disse que não viríamos. Mas, eu fui voluntário de guerra, fiz um par de recados para este país no Vietname e digo ao Mayor que somos livres para viajar. Não vínhamos? Já cá estamos!», afirmou Charlton Heston perante 2500 sócios da organização.

Mais de três mil pessoas manifestaram-se em Denver, empunhando cartazes com frases como «Os portadores de armas têm uma frustração fállica» ou «Charlton Heston: mau actor, má peruca, más ideias, mau momento».

«A NRA não é bem-vinda aqui. Devem ir-se embora. É uma organização que explora os medos das pessoas e vem inflamar a situação», afirmou Ted Pascoe, um dos organizadores do protesto.

«Os Estados Unidos não é a

mesma sociedade que há cem anos, quando era necessário o uso de armas para nos defendermos», disse Jacqueline Ehwa, mãe de uma das vítimas do massacre, ao jornal El País. «Estamos aqui porque no Colorado está-se a tentar aprovar uma lei que permite andar pela rua com armas escondidas por baixo do casaco e porque querem levantar todos os limites locais para a compra de armas», declarou outro manifestante.

Num país com uma população de 260 milhões de pessoas, existem 192 milhões de armas de fogo nas mãos de particulares. Outros 40 milhões pertencem às forças de segurança. No Colorado, por exemplo, quase metade dos habitantes possui legalmente uma ou mais armas. Segundo a Handgun Control, no ano de 1996 cerca de 9400 pessoas morreram baleadas nos EUA.

Grécia na corrida aos armamentos

O governo grego vai despende cerca de 5.000 milhões de dólares, nos próximos dez anos, na compra de mais de 50 caças-bombardeiros F-16 aos EUA, 15 aviões Mirage 2000-5 de fabrico francês, e 60 a 90 aviões do programa «Eurofighter».

A decisão foi anunciada sexta-feira passada pelo primeiro-ministro grego, Costas Simitis, no âmbito do programa de renovação do sistema de defesa da Grécia, divulgado durante uma reunião do Conselho de Defesa e dos Negócios Estrangeiros.

«Entre 70 a 80 por cento dos aviões do «Eurofighter» serão co-fabricados na Grécia», precisou o primeiro-ministro grego, confirmando assim a adesão do país àquele programa em que participam a

Espanha, Itália, Grã-Bretanha e Alemanha a partir do ano 2005.

Diversos analistas consideram que o moderno «Eurofighter» constituirá um elemento de vantagem sobre a Turquia, que não dispõe deste avião, o que dará supremacia aérea a Atenas sobre Ancara.

Segundo a Lusa, Costas Simitis afirmou que o contrato para a compra dos F-16 à empresa norte-americana Lockheed Martin será acompanhado por «importantes compensações». Estas encomendas vão «permitir desenvolver a indústria de armamento do país», sublinhou Simitis, acrescentando que «com estas decisões, asseguramos que a longo prazo as forças armadas serão tão fortes que ninguém jamais ter coragem de atacar o nosso país».

Defender à bomba os direitos humanos

O presidente do IG Metal de Dresden, Ralf Konstanz, constatava que «depois de seis semanas de bombardeamentos está claro que com a guerra não se protegem nem os direitos humanos nem se obtém a paz». Em Göttinger, o ministro Trittin dos «Verdes», apesar de se ter distanciado da destruição de alvos civis, foi assobiado pelos membros do seu partido por se manter ainda num governo de guerra. O espaço começa a ficar apertado para aqueles que tentaram disfarçar a sua submissão aos Estados Unidos com o dístico da «defesa dos direitos humanos». Na grande manifestação da DGB em Düsseldorf, em que a direcção local daquela central também apoiou o fim dos bombardeamentos, um sindicalista turco da IG Metal dizia: «aqueles que são pela defesa dos direitos humanos à bomba, se fossem consequentes, deveriam exigir o bombardeamento de Telavive para fazer regressar os quatro milhões de palestinianos expulsos e exilados no Líbano, ou o despejar de toneladas de bombas sobre Ancara para que os três milhões de curdos – a quem os generais turcos com a conviência e as armas da NATO arrasaram as aldeias e incendiaram as casas e os campos – possam deixar os bairros da lata de Istambul ou Diarkebyr e voltar às suas terras». Em todas as comemorações do 1.º de Maio, de Munique a Rostock (só nesta última cidade 40.000 manifestantes), as organizações pacifistas apelaram à participação na grande manifestação pelo «Fim da Guerra» que terá lugar em Berlim no próximo sábado dia 8, aniversário da libertação do fascismo. Será certamente a maior manifestação pela paz realizada na Alemanha nos últimos vinte anos desde o movimento contra o estacionamento dos mísseis de cruzeiro Pershing II.

1.º de Maio na Alemanha Lafontaine condena política alemã e da NATO nos Balcãs

Aplaudido entusiasticamente por cerca de 12 000 pessoas nas celebrações do 1.º de Maio organizadas pela DGB em Saarbrücken, Oskar Lafontaine condenou, perante centenas de jornalistas vindos de toda a Alemanha, os bombardeamentos contra a Jugoslávia e toda a política até agora seguida pela Alemanha e pela NATO nos Balcãs. A mesma hora, em Ludwigshafen, e apesar de falar para um auditório de convidados, o ministro da Defesa, Scharping, muito protegido pela polícia, era recebido aos gritos de «Assassino! Assassino!».

Lafontaine, que de toda a evidência, entre outros motivos, se terá demitido inesperadamente de ministro das Finanças e de dirigente do partido para não ficar na história como o primeiro presidente da social-democracia alemã a desencadear uma guerra, criticou abertamente a política belicista do governo Schröder ao afirmar que «se o objectivo das operações militares era proteger o povo do Kosovo, a actual situação não faz sentido».

Analisando a política da Alemanha e da NATO nos Balcãs e o seu papel no desmantelamento da Jugoslávia, o ex-líder social-democrata afirmou que «o reconhecimento dos Estados que faziam parte da Jugoslávia foi um erro» cometido pela manipulação «dos conceitos de liberdade e de autodeterminação». «Liberdade e autodeterminação não têm nada a ver com exclusão e divisões entre povos e etnias. Aqui reside o erro desta política... Por isso foi um erro forçar o reconhecimento de tantos pequenos Estados só por se tratarem de povos e de etnias diferentes.» Aliás, Lafontaine não o disse, mas o desmantelamento da União Soviética levado a cabo por Ieltsin resulta da mesma estratégia, com o apoio dos Estados Unidos e da Alemanha, a qual chegou a exigir a criação de uma «República do

Volga» só para os cidadãos de sangue ariano descendentes de alemães que habitam o território da antiga URSS. Foi neste contexto que o neofascista Manfred Roder pôde ainda recentemente proferir uma conferência na Academia de Bundeswehr sobre «a ajuda humanitária aos alemães de Königsberg (Kaliningrad) e da Prússia Oriental». Dividir para reinar é a tática do imperialismo.

Bombardear significa assassinar e matar

«Também foi um erro ter-se apoiado a expulsão dos sérvios da Krajina pelos croatas com a ajuda dos bombardeamentos da NATO», prosseguiu Lafontaine. «Seria falso fazer crer que só determinados povos na Jugoslávia têm sido vítimas de expulsões territoriais. Os sérvios também têm sido expulsos das regiões que habitavam.» E, respondendo àqueles que exigem guerra total, Lafontaine pergunta: «Ouço com frequência que a NATO tem de salvar a cara; o que significa salvar a cara perante a miséria dos que sofrem com esta guerra? Não posso compreender que a morte de mulheres e crianças seja designada pela linguagem oficial como 'danos colaterais'. Quem utiliza esse tipo de linguagem tem de tomar



Cresce a onda de condenações à agressão da NATO

consciência. Se as suas próprias mulheres e crianças fossem mortas deste modo também falariam de 'danos colaterais'? Ainda não há muito tempo dizia-se "bombardeamos posições sérvias". E eu pergunto: quem é que se encontrava nessas posições? E por que é que vocês se recusam a chamar as coisas pelo nome e a dizer que bombardear significa assassinar e matar pessoas?»

Na segunda parte da sua intervenção Lafontaine acusa a «ideologia do neoliberalismo» e o seu «papaguear por parte de muitos social-democratas e dirigentes sindicais» de ser responsável pelo desemprego e a miséria que se vive na Europa e no mundo. Por se tratar da crítica mais exaustiva feita até hoje por um social-democrata à orientação defendida por Schröder e a chamada 'terceira via' blairista, dedicar-lhe-emos num dos próximos números do «Avante!» uma análise mais detalhada.

Mas não foi só em Saarbrücken. Por toda a Alemanha e em quase todas as grandes cidades as manifestações do 1.º de Maio constituíram uma demonstração indelmentável de que os trabalhadores e o povo alemão, apesar da propaganda americana, rejeitam não só cada vez mais a guerra da NATO contra a Jugoslávia (segundo as últimas sondagens 55 a 60 por cento são pelo fim dos bombardeamentos), mas também a guerra do capital contra o emprego e o direito dos povos a uma vida condigna. Em Berlim, onde 40.000 pessoas participaram em várias manifestações simultâneas (DGB, PDS, Autónomos e curdos), o presidente do sindicato IG Medien, Detlef Hensche, exigiu igualmente o fim dos bombardeamentos. O mesmo foi feito em Potsdam pelo ministro-presidente do Brandeburgo, Manfred Stolpe (SPD), o qual conta com o apoio de outros chefes de governo dos Lander de maioria social-democrata.

Belgas contra a guerra

Desde o início dos bombardeamentos da NATO nos Balcãs que o Governo belga proibiu todas as manifestações de protesto. Claro que era necessário encontrar um pretexto e o aniversário da NATO veio mesmo a propósito. Para que tudo ficasse a condizer e como «não brincam em serviço», a sua sede foi bem defendida envolvendo o seu perímetro com arame farpado.

Ai daquele ou daquela que tentasse furar esta proibição! A organização «Mulheres pela Paz» decidiu entregar um protesto no Ministério da Defesa; para apoiar a delegação destacada, cerca de 40 mulheres resolveram concentrar-se num jardim próximo e, aproveitando um dos raros dias de sol bruxelense, sentaram-se calmamente, sem barulho, aguardando o regresso das suas companheiras. Pouco tempo depois estavam cercadas pela polícia e a ordem era de detenção.

Uma outra organização convocou também uma concentração. Pois nem do «Metro» saíram em liberdade. A polícia aguardava no cais e de seguida foi conduzindo os manifestantes para um cais celular, onde os deteve várias horas para identificação.

Os protestos foram muitos e foi requerida a inconstitucionalidade desta medida. As autoridades belgas tiveram de render-se.

Os resultados foram imediatos. Várias ONG's convocaram uma concentração nacional para dia 2 de Maio, contra a guerra, por uma solução política de paz sob os auspícios da ONU e da OSCE, contra

todas as formas de violência, e de solidariedade com todas as vítimas.

No sábado, dia 8 de Maio, um desfile promovido pelo Partido Comunista belga antecede um comício internacional, que contará com representantes de Partidos da Esquerda Unitária Europeia.

Finalmente, também os pacifistas belgas poderão manifestar-se.

... e também espanholas

Cinco mulheres do movimento «Mulheres contra a Guerra» encontraram uma forma original de protestar contra os bombardeamentos da NATO contra a Jugoslávia: despiram-se no átrio principal do Ministério das Finanças, em Madrid, onde se encontravam dezenas de pessoas à espera de apresentar a declaração do Imposto sobre Rendimentos (IRS).

Apoiadas por outras 30 mulheres do mesmo movimento, as cinco activistas, que tinham pintadas no corpo palavras de ordem a favor da paz, cobriram-se de tinta vermelha e espalharam no chão vísceras de animais para simbolizar a morte e destruição da cultura que o conflito no Kosovo está a provocar. O incidente durou cerca de 15 minutos, findos os quais as mulheres se vestiram e abandonaram o edifício escoltadas por elementos da segurança.

■ Rui Paz

Irão «sofreu muitos abusos por parte de várias nações ocidentais». Recorde-se que ainda no Verão passado os EUA bombardearam uma fábrica de produtos farmacêuticos sudanesa como represália dos atentados contra as embaixadas americanas no Quênia e na Tanzânia.

Jornalistas mortos

Pelo menos 19 jornalistas foram mortos em 1998 em todo o mundo e uma centena deles foi condenada a penas de prisão por «delitos de imprensa» em 25 países, anunciou em Bona a associação «Repórteres sem Fronteiras». Apesar de permanecerem elevados os riscos da actividade jornalística, regista-se uma melhoria da situação em relação a anos anteriores, já que em 1997 o número de jornalistas mortos ascendeu a 26, contra 51 em 1995. Segundo dados recolhidos pelos «Repórteres sem Fronteiras», a falta de liberdade de imprensa mantém-se uma constante na maior parte do mundo, uma vez que esse direito formal só existe como tal em 30 países. «Isso significa que 4.000 milhões de pessoas das 6.000 milhões que habitam o mundo estão privadas do direito à informação», diz a associação de jornalistas.

Prisão perpétua para Andreotti

Depois de sete audiências e 40 horas de deliberações, a Procuradoria Geral de Perugia (Itália) pediu a prisão perpétua para Giulio Andreotti na sexta-feira, acusado de ter mandado assassinar o jornalista Mino Pecorelli, morto em 1979. Andreotti, sete vezes primeiro-ministro, 21 ministro e actualmente senador vitalício, não é o único arguido neste processo. Ao seu lado figuram Claudio Vitalone (a quem terá sido dada a ordem), Gaetano Badalamenti (conhecido chefe mafioso) Giuseppe Calo, Michelangelo la Barbera e Massimo Carminati. Para todos eles foi pedida prisão perpétua. O jornalista terá sido morto por se preparar para publicar documentos sobre a alegada relação ilegal de Andreotti com uma empresa de construção civil.

Muitos milhares de trabalhadores em dezenas de localidades

Maio chama para a luta

A CGTP apela à convergência das movimentações laborais para o período entre 17 e 26 de Maio, por forma a dar expressão pública às justas reivindicações dos trabalhadores.

Nas manifestações do 1.º de Maio, em mais de meia centena de localidades, tiveram realce as exigências de outra política, melhores salários, redução dos horários de trabalho, emprego seguro e digno, a par das palavras de ordem pela defesa dos direitos e contra o pacote laboral, pela paz na Jugoslávia e contra a Nato agressora, por Timor-Leste livre e independente, contra a chacina levada a cabo pela Indonésia.

As bodas de prata do 1.º de Maio em liberdade têm fortes motivos para ganhar lugar na história das manifestações de trabalhadores em Portugal. Para uns, será o forte temporal que encharcou todo o desfile em Lisboa e que obrigou a encurtar o programa de actividades na Alameda Afonso Henriques. Para outros, há-de ser o intenso tom internacionalista, à altura do momento que o Mundo vive. Para os que exercem a governação, depois de terem conquistado votos com muito desejadas promessas de mudança, devia ficar o aviso de que lhes vão ser pedidas contas, em Junho e em Outubro. Para todos, fica a afirmação da CGTP de, com a força das festas de Abril, dar continuação às lutas que vieram para a rua em Maio.

Lisboa

Quando começaram a chegar os carros alegóricos ao Martim Moniz, já o tempo chuvoso estava instalado de armas e bagagens. Uma ou outra aberta, contudo, iam alimentando a esperança de que o sol ainda acabaria por reinar, no que eram sonoramente contrariadas pelos trovões, que se sobrepunham às músicas de Zeca Afonso e Adriano Correia de Oliveira. Assim se foi formando a maior manifestação à chuva que já se terá visto em Lisboa.

Cerca das 15.30 começou a avançar pela Rua da Palma a «cabeça» do desfile, com alguns membros da Comissão Executiva da CGTP (boa parte fora mobilizada para intervir em iniciativas locais) e activistas das uniões de sindicatos de Lisboa e de Setúbal. Logo atrás, com muitas bandeiras da sua terra, vinham algumas dezenas de jovens timorenses.

Pelos passeios, abrigando-se da chuva, aguardando para se juntarem aos amigos ou simplesmente vendo a *manif* passar, centenas de pessoas ocupavam todos os espaços com alguma cobertura, propor-



Apesar da chuva intensa, milhares de trabalhadores dos concelhos da Grande Lisboa trouxeram para a rua os motivos dos seus protestos e a determinação de prosseguirem a luta



cionando uma boa oportunidade para a recolha de fundos para a compra da sede histórica da CGTP. Carvalho da Silva anunciaria, mais tarde, que já estão atingidos os 70 mil contos.

Foi também debaixo do toldo de uma pastelaria – para evitar que as notas de reportagem se molhassem ainda mais – que assistimos ao desfile de guarda-chuvas, faixas, carros, bandeiras, cartazes, cabeças molhadas, cravos vermelhos, palavras de ordem e folhetos diversos. À partida, gritou-se «Paz, sim! Guerra, não!» e «CGTP unidade sindical». O pacote laboral era o mais visado nos panos e nas decorações dos carros.

Durante mais de uma hora passaram, rumo à Alameda, trabalhadores e sindicalistas das maiores empresas da área metropolitana e daquelas onde decorrem processos de luta. Almada, com uma numerosa representação, onde se incluía a presidente da Câmara e outros autarcas, abriu o caminho aos trabalhadores da Festa do «Avante!», da Gás de Portugal e da Petrolgal, do Seixal, da Inter-

jovem, do Montijo, de Alcochete e da Moita, do Barreiro, de Loures... Sempre debaixo de chuva, passaram panos identificando concelhos da margem Norte, sindicatos e empresas, colectividades, organizações de reformados, o Bloco de Esquerda (em mais um despropositado exercício de aquecimento para a campanha eleitoral). Os trovões regressavam, a chuva insistia, passavam ainda funcionários públicos, bancários, trabalhadores dos seguros, professores, enfermeiros. Já quase às cinco horas, o pessoal das telecomunicações, da construção civil e dos transportes deixava atrás de si apenas o carro da polícia que assinalava o fim da manifestação. Estavam ainda nos Anjos. Já não ouviram a mensagem de Xanana Gusmão, lida por Roque Rodrigues, a afirmar a confiança em quem num futuro próximo, também em Timor será festejado o 1.º de Maio em liberdade.

O sabor da liberdade torna-se mais forte debaixo das intempéries. Esta chuva de Maio chama forte para as lutas que aí estão à nossa frente.

Porto

Apesar das ameaças, o tempo melhorou para o comício e o grande desfile de trabalhadores na *baixa* do Porto. João Torres, coordenador da USP/CGTP, exigiu o fim da ofensiva legislativa do Governo e do grande patronato, que «põe em causa a dignidade de quem trabalha e a própria solidariedade entre gerações», e apontou alguns graves problemas, como a ameaça de encerramento de mais uma grande empresa de material electrónico, em Penafiel (a Schupa). Referiu ainda a luta dos professores contratados e a greve dos pescadores do arrasto (representados no desfile com uma forte e ruidosa delegação).

Tal como em Lisboa e outras capitais de distrito (nomeadamente Santarém e Aveiro), o programa das iniciativas do 1.º de Maio no Porto incluiu, de manhã, uma prova de atletismo que percorreu as ruas da cidade. Ainda no distrito, o Dia do Trabalhador foi assinalado em Felgueiras e Santo Tirso.



No Porto (em cima) e em Lisboa, a causa do povo timorense marcou presença e recebeu um fraterno abraço de solidariedade



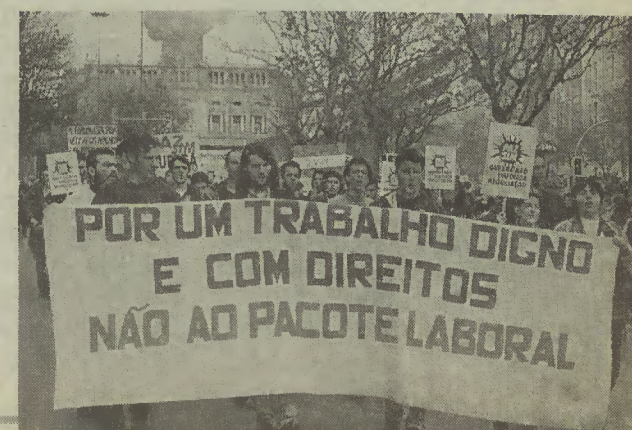
Um aspecto da manifestação em Santarém (foto de cima), considerada pela USS/CGTP como uma das maiores acções de massas dos últimos anos na cidade



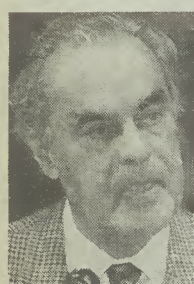
Atletas e sindicalistas estrangeiros integraram-se na frente da manifestação em Lisboa



Carlos Carvalhas e Ilda Figueiredo desfilaram até à Alameda Afonso Henriques, tal como milhares de outros militantes comunistas, alguns dos quais promoveram a venda do «Avante!» e a recolha de fundos para a campanha dos 200 mil contos



25 de Abril – Saudade



António Galhordas*

Imensa alegria

Naturalmente, a primeira sensação que se tem, quando se recordam os acontecimentos, as palavras, a música que a acompanharam o desencadeamento da madrugada do 25 de Abril de 1974, é a recordação muito forte de uma imensa alegria, a alegria de um momento esperado ansiosamente por anos e anos de luta, sofrimento e desespero. Naturalmente que nessa altura e por um momento há um misto de variados sentimentos, em que a saudade do que então e no preciso momento se viveu, também tem um lugar forte nos sentimentos e nas sensações. É a saudade de uma euforia vivida, num momento único e determinado da vida, que nos marca para todo o sempre.

Logo a seguir, de se avançar sempre no presente de cada dia e já não a resistência constante e dura contra uma sociedade que se pretendia destruir e modificar. Destroí-se, para se construir de novo. Construir uma sociedade mais justa, pacífica e democrática com novos valores culturais e sociais na relação entre os homens, que os tornam cada vez mais livres de toda a opressão.

O projecto de uma sociedade nova, há muito pensada e desejada, confunde-se com o início da euforia e do entusiasmo com que se começa a construir esse projecto do «homem novo da nova sociedade».

Foi o início e a concretização de uma luta árdua e dura, feita agora com a determinação e a alegria de se estar a construir o futuro, a saudade de cada dia e já não a resistência constante e dura contra uma sociedade que se pretendia destruir e modificar. Destroí-se, para se construir de novo. Construir uma sociedade mais justa, pacífica e democrática com novos valores culturais e sociais na relação entre os homens, que os tornam cada vez mais livres de toda a opressão.

Passado este quarto de século, rico de muitos e muitos acontecimentos e ambições, houve um longo e profundo caminho na direcção do futuro, mas não se negam entretanto de várias ordens e até recuos que é preciso neutralizar.

Feito o balanço, há muito para fazer, o projecto constrói-se todos os dias, encerra contradições e hesitações, mas o resultado é franca e indiscutivelmente positivo. Ele vai continuar, não voltaremos atrás, a determinação de todos e de cada um dos democratas assim o exige.

O projecto terá que florescer, crescer e continuar na direcção da justiça social cada vez maior, da paz, da liberdade e da democracia social, política e cultural, tal como era desejado no primeiro comunicado e no primeiro gesto e grito de liberdade na madrugada do 25 de Abril.

* Médico, Destacado dirigente do MDP/PCDE durante e após a Revolução de Abril, foi deputado à Assembleia da República



Manuel Duran Clemente*

A Primavera de um projecto: Revolução

Saudade ou projecto? O 25 de Abril é tanto... que na sua imensidão cabem saudade e projecto.

O fascismo até a saudade colonizou. Hoje, cidadãos livres, a saudade é a «portuguesa nostalgia» do que se deseja rever, tornar a sentir, reviver... e é nessa convicção que poderemos reflectir.

Se for a saudade da construção de uma luta. Se for a saudade da solidariedade para intervir.

Haverá ainda alguma dúvida que este programa e este projecto beberam nas fontes ideológicas para a construção duma sociedade mais participada e mais justa, mais consciente e por isso mais solidária? Mais solidária para acabar com as desigualdades e injustiças. Mais consciente para construirmos uma Democracia melhor: mais humana e à altura dos sonhos que nos apontaram a caminho da libertação e do erguer duma nova cidadania.

Porque se é sonhando que o caminho se vislumbra, é caminhando que o caminho se faz... consolidando as conquistas democráticas já alcançadas nomeadamente nos Direitos e Liberdades fundamentais, no Poder Local e nos Movimentos Sindical e Associativo.

E se para o caminho de Abril as lições do passado foram traçadas com a coragem, o sacrifício e o sangue dos Heróis (e deste Povo Herói), depois de Abril soltou-se a Liberdade, iluminou-se a Esperança, perscrutou-se o Futuro criando a Primavera dum projecto: Revolução. Projecto por cumprir, mas que realizaremos... honrando Abril e todos os que por ele lutaram e até morreram.

Nesse propósito continuaremos lutando. E porque a saudade também é memória, nunca se cumprirá um projecto, sem as memórias da experiência dos avanços e dos recuos. Venceremos.

O programa do MFA que traduzia no essencial os anseios do Povo Português, quis ser a coluna vertebral desse projecto, nas vertentes Democratizar, Descolonizar e Desenvolver.

* Capitão de Abril, Assessor Autárquico e Administrador da CDR/Agência de Desenvolvimento Regional de Setúbal



As nacionalizações dão novo rumo à economia do País, libertando-o do poder dos monopólios. Na foto, dirigentes políticos e sindicalistas com Vasco Gonçalves, por altura da manifestação de apoio às nacionalizações

Paulo Trindade*

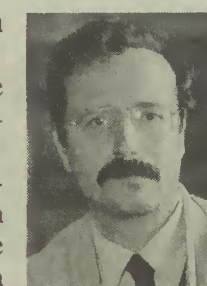
Tenho é saudade do futuro

Não sinto nem associo o 25 de Abril ao sentimento de saudade. É que saudade é uma recordação que se perde.

O 25 de Abril é, porém, um sentimento que está presente no dia-a-dia de quem vive e luta por mais justiça social, pela defesa dos serviços públicos, pelo trabalho com direitos, pela dignificação dos trabalhadores, contra a precarização das relações laborais.

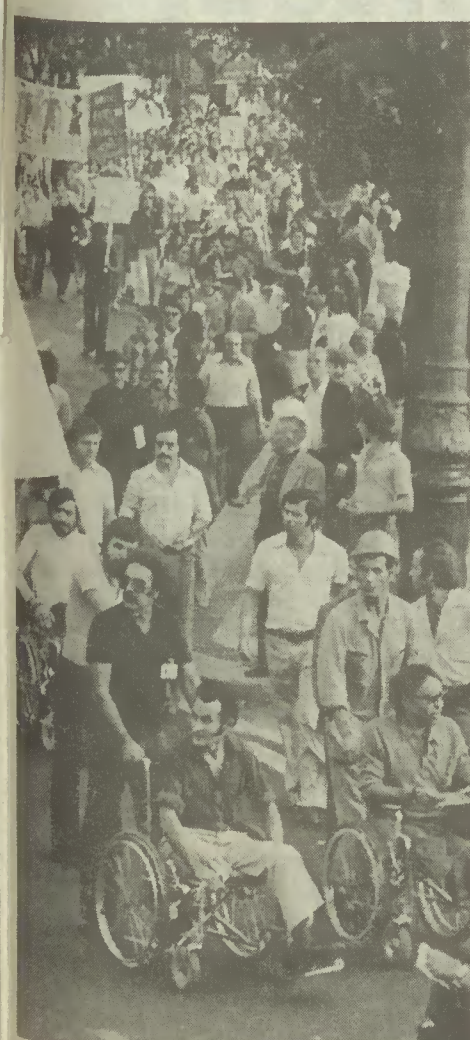
É evidente que o acto libertador do 25 de Abril e que não fico indiferente quando na minha memória, permanentemente, estão presentes os tempos em que os trabalhadores e as Forças Armadas deram passos significativos não só para o fim do regime fascista mas também para a consolidação de uma verdadeira democracia a caminho do socialismo. Os tempos em que os trabalhadores criaram os seus sindicatos, em que importantes conquistas foram alcançadas pelas classes trabalhadoras.

Porém, é o facto de essas emoções, de toda essa vivência permanecer viva no meu consciente, é o facto de nas lutas políticas e sindicais sentir as novas gerações a lutar pelos ideais de Abril, por uma democracia política, económica, social e cultural, numa perspectiva do socialismo, que nos momentos de algum desgast - quem os não tem? - me dá for-



* Coordenador da Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública e dirigente da Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública.

ou projecto?



A guerra colonial terminou, enfim. A 16 de Julho de 1975 chegam, no Niassa, os últimos soldados de Moçambique. Mas a guerra deixou marcas fundas. Os deficientes das Forças Armadas manifestam-se, vítimas da guerra injusta

João Isidro*

Hipóteses a considerar

Convida-me o Avante! para escrever umas 30 linhas sobre o 25 de Abril. Será recordação ou projecto? Respondo às duas questões: uma recordação, porque ter 24 anos sem barriga só mesmo naqueles tempos, mas sem dúvida quero um projecto para este 25 de Abril e anos próximos.

Para começar, a recordação. Tinha seis meses de jornalismo profissional no Expresso, tenho um filho nascido em 8 de Janeiro de 1974, andava suspenso preventivamente da Faculdade de Direito de Lisboa, só muito poucos sabiam que tinha trabalho num jornal porque, ao que se receava, era procurado por uns cavaleiros da corporação que contava, entre os seus mais distintos sobreviventes, com a actual estrela televisiva mais na moda, o inspector Abílio Pires, autor de umas carícias inesquecíveis nos meus queixos (27/28 de Maio de 1968), um humanista insigne da PIDE/DGS. Mais tarde, em 12 de Outubro de 1972, vi assassinar à minha frente, a menos de um metro, o meu amigo e camarada Ribeiro Santos, por outra estrela que espera TV a dar-lhe imagem, voz e destaque: o agente Gomes da Rocha.

Tiro o chapéu ao império: ganhou a guerra fria, impediu no Iraque a subida do preço do barril de petróleo, entregou o Leste às mafias, fez a cama aos «tigres» do Oriente, passou daí a meter na ordem o quintal das traseiras que acreditou no Mercosur, com a imposição da falência brasileira e, quando na Europa comunitária se decretou o Euro, arranjou-se uma guerra nos Balcãs, muito a propósito.

Não é como presidente do Sindicato dos Jornalistas que dou este depoimento. É como cidadão indignado. As recordações estão vivas, claro! A pena é que os novos projectos estejam ancorados a ideias antigas. Pode nem ser mau, afinal: que tal uma Europa «do Atlântico aos Urais», como propunha o general De Gaulle, que eu e os fulanos como eu tanto criticámos, aos 18 anos? E uma Europa dos trabalhadores, já agora, que dava tanto jeito? São hipóteses a considerar, presumo.

*Presidente do Sindicato dos Jornalistas

Manuel Dias*

Projecto mobilizador de um povo

Saudades?... Quem não tem saudades desse radioso Dia de Abril em que um povo, liberto de amarras, festejou poeticamente a queda do Estado Novo, do regime fascista, que durante quase meio século sujeitou os portugueses a um «quero, posso e mando» do salazarismo/marcelismo? Quem pode esquecer «o povo unido jamais será vencido» entoado, em coro, de Norte a Sul, pelas multidões que cantavam o renascer da esperança em, finalmente, usufruir de

condições de vida compatíveis com um país onde o desenvolvimento e o progresso a todos contemplasse num plano de igualdade sob o signo da solidariedade e da fraternidade? Mas, o «25 de Abril», para além de um Hino à Liberdade, foi um desafio à determinação, à vontade dos portugueses de se entregarem a tarefa de construir um país onde fossem banidas as assimetrias e eliminadas a marginalização e as exclusões sociais. Um projecto cuja

execução deve caber, por inteiro, a todos e a cada um de nós. Longo e difícil caminho haverá, ainda, a percorrer. É que não se afigura fácil recuperar do atraso de décadas durante as quais um alegado «a bem da Nação» teve como beneficiários exclusivos os oligarcas sentados à mesa ocupada pelos donos do Poder. E se, após Abril, deixamos de estar «orgulhosamente sós», daí resultou, também, o rasgar de amplos horizontes e a consequente abertura de

*Jornalista do Jornal de Notícias, Escritor.

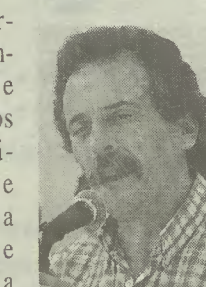
Manuel Brandão*

Arquitectos fomos todos

Abril é tempo de Primavera, promessa de flores e frutos, ninho de sonhos e voos para o futuro.

Abril foi partida, projecto de homens livres, caminho aberto para os que não desistem. Continuaremos.

País transformou-se numa grande assembleia e arquitectos fomos todos. Desenhámos com amor e com luta a casa comum de lume aceso e pão sobre a mesa, juntos fizemos os alicerces e hoje, determinados e resistentes, continuamos apostados em levantar as paredes de uma sociedade justa e fraterna.



*Presidente da Câmara de Coruche

Mas, às vezes, tenho saudades! Dos cravos, dos gritos, dos punhos erguidos... que não desistem. Continuaremos. Mas, às vezes, tenho saudades! Dos cravos, dos gritos, dos punhos erguidos... que não desistem. Continuaremos. Mas, às vezes, tenho saudades! Dos cravos, dos gritos, dos punhos erguidos... que não desistem. Continuaremos.

Orlando da Costa*

Lembrança e esperança

Eu diria antes saudade e projecto – palavras do cidadão-poeta e poeta-cidadão. Porque ter saudades de coisas boas é

fica e além nosso espaço e morada.

Para quem viveu o «25 de Abril» como coisa boa e desejável, tal como eu sonhar com coisas boas também o é. Lembro que pouco depois do início da Revolução dos Cravos escrevi com serenidade um poema com o título «Onde Fica Abril», que assim começava... e terminava:

Para quem viveu o «25 de Abril» como coisa boa e desejável, tal como eu vivi e, antes, por ele me bati, não é por acaso nem por facilidade que Lembrança e Esperança ainda hoje rimam, pois numa e noutra assentam o presente e o futuro - e o futuro de que falo é sempre um projecto. Um projecto realizável a pensar como eu penso no 25 de Abril.

Tempo e lugar de lembrança/Tempo recanto de esperança (...) Abril fica hoje nosso tempo dia a dia/Aqui

*Escritor

Rogério Rodrigues*

Menos saudade e mais memória

Abril tem passado e é projecto. E continua a ser um projecto, porque Abril ainda não está cumprido.

mento militar, em Maio um movimento popular, há ainda uma Revolução a haver.)

Em Abril, não há espaço para a saudade, mas para a memória. E um projecto e a sua assunção alimentam-se de memória e de futuro.

Porque não há projectos sem luta. E a luta pode não ser grandiloquente, mediativa, visível. A luta pode e deve ser quotidiana, permanente, discreta e mesmo anónima, se necessário for. Abril cumpre-se tanto mais quanto nós nos cumprimos como cidadãos, individual e colectivamente. Não há, pois, que ter saudades de Abril. Há que transformar Abril num projecto permanente.

Não se tem saudades do que já se conquistou e do que, estando conquistado, se perdeu depois. A memória não é imobilista. A saudade é ora revivista, ora conformista. Porque os tempos que se seguem, à semelhança dos tempos que se seguiram, é de luta. (Em Abril houve um movi-

Os tempos não são de felicidade, tão-somente de procura de justiça. Onde é que termina um projecto senão no futuro? E onde é que termina o futuro? Saudades? Só do futuro...

*Jornalista, Director do GrandAmadora.

Quotas, mulheres e listas

■ FERNANDA MATEUS
Membro da Comissão Política

Relembrar argumentos, é preciso!

A UM MÊS das eleições para o Parlamento Europeu e estando formalizadas as respectivas candidaturas, é importante proceder ao balanço da presença e posicionamento das mulheres nas respectivas listas.

Não é, contudo, suficiente a mera quantificação de resultados obtidos. É oportuno relacioná-los com as posições assumidas, os argumentos utilizados aquando da discussão e votação do diploma do Partido Socialista na Assembleia da República a 4 de Março, que pretendia estabelecer por lei a obrigatoriedade de inclusão de 25% de mulheres nas listas para o Parlamento Europeu e Assembleia em 1999 e 2003. Trata-se, agora, de testar o alcance e a seriedade das posições então assumidas.

O Partido Socialista fundamentou a sua proposta de lei como a única forma de dar continuidade aos objectivos expressos no Artigo 109 da Constituição que consagra "A participação directa e activa de homens e mulheres na vida política constitui condição e instrumento fundamental da consolidação do sistema democrático, devendo a lei promover a igualdade no exercício dos direitos cívicos e políticos e a não discriminação em função do sexo no acesso a cargos políticos".

O dirigente socialista, António Costa, na intervenção de abertura ao debate da sua proposta dirigiu fortes acusações à "oposição" acusando-a de utilizar dois argumentos opostos que convergiam no comum entendimento da inconveniência desta iniciativa legislativa. Segundo, este, "Uns sustentavam que a natural evolução da sociedade, haveria de mudar a situação e que outros (falava do PCP, claro!) consideravam ser necessário mudar as condições objectivas da vida das mulheres, das suas relações laborais e familiares". Concluindo, assim, que "Para uns e para outros tudo deveria ficar como está, à espera da evolução natural da sociedade ou do fruto da luta colectiva e por uma nova organização social. Estávamos perante uma visão de imobilismo e conservadora" afirmaria então António Costa.

O Partido Socialista procurou alimentar a ideia de que só a sua proposta de imposição de uma quota obrigatória na lei permitiria combater o défice de participação de mulheres nestes órgãos. Nenhuma outra medida foi considerada séria e susceptível de contribuir para este objectivo, sem correr o risco de ser silenciada ou caricaturada. Foi o que aconteceu à posição do PCP.

A evolução do número de mulheres eleitas pelo PS designadamente nas autarquias e na Assembleia da República não lhe permitiria fazer caricatura da posição do PCP, partido que detém o maior número de mulheres eleitas nestes órgãos.

A este propósito, é oportuno citar uma passagem de uma pesquisa encomendada pelo Governo, sobre as "Mulheres na política", editada em livro e de autoria de José Manuel Leite Viegas e Sérgio Faria que refere: "O PCP e as coligações eleitorais por ele integradas foram as forças políticas que desde sempre — leia-se 1976 — apresentaram as listas com maior taxa de feminização, pelo que também, desde sempre, lhe pertenceu o grupo parlamentar com maior proporção de mulheres. Aliás, na sequência das eleições legislativas de Outubro de 1995, o género feminino representa mais de um quarto (26,7%) dos eleitos nas listas da CDU, o que configura, se assim se pode dizer, recorde nacional..." (sic)

Foi de facto silenciada a posição pública do Secretário-Geral do PCP, Carlos Carvalhas, a 26 de Janeiro que não se limitou a estar contra diploma das quotas. O PCP assumiu o compromisso de continuar a assegurar um significativo reforço da participação de mulheres nas suas listas, desafiando os restantes partidos a seguir o seu exemplo, poupando-se assim ao desprestígio de só por imposição de uma lei serem capazes de fazer o que deveria estar ao seu alcance por decisão própria, voluntária e soberana.

Sem dúvida que devem ser tomadas medidas que visem garantir a participação das mulheres em igualdade nas instâncias do poder político a todos os níveis, reflectindo neles a composição sexual da sociedade e o papel que as mulheres devem, cada vez mais, desempenhar na sociedade actual.

São por isso injustas as posições que exigem às mulheres acrescidas provas de mérito e de capacidade para exercerem o direito de participar em Igualdade. É pois necessário que cada partido assuma as suas responsabilidades na necessária alteração de mentalidades e atitudes, e no reforço da participação das mulheres nos órgãos de poder.

Mas é importante registar que o PS, como resultado da iniciativa legislativa por si proposta, não conseguiu mais do que 20% de mulheres nos dez primeiros lugares na sua lista para o Parlamento Europeu e 28% no total dos candidatos efectivos, encontrando-se a primeira candidata em quarto lugar. Com o mesmo resultado eleitoral obtido nas últimas

eleições o número de mulheres eleitas pelo PS ficar-se-ia pelos 20%.

Final, após tão fervorosa defesa do seu diploma, tudo ficou na mesma. O saldo não é abonatório da seriedade de intenções que o fez intervir nesta causa. Confirma mais uma vez a postura política a que já nos habituou em diferentes áreas "Ouçam o que propomos, mas esqueçam o que fazemos...".

De facto a imagem pública que pretendeu dar foi de grande empenho nesta causa da participação política das mulheres e de estar em condições de dar lições aos restantes partidos e em especial ao PCP

nestas matérias. E, no entanto, é um Partido que apesar de ter estabelecido uma quota de participação de mulheres nos seus estatutos não a conseguiu cumprir. Não tem sequer dado sinais de garantir uma evolução significativa de mulheres nas suas listas. O reforço desta participação nos seus órgãos internos foi à custa do alargamento dos mesmos.

O PCP e os seus aliados na CDU apresentam uma mulher como cabeça de lista num total de 11 mulheres nos seus candidatos efectivos, ou seja 44%, ocupando os seguintes lugares: o 4.º, 6.º, o 8.º e 11.º. Nos dez primeiros lugares encontram-se 5 mulheres e 5 homens. De realçar que, entre efectivos e suplentes, as mulheres constituem 48% dos candidatos da CDU. Mantendo-se nas próximas eleições mesmo número de deputados eleitos pela CDU as mulheres corresponderiam a 33%. Se houver a eleição de quatro deputados, a CDU atingirá a paridade de lugares.

Pode agora ser confirmado que a rejeição do diploma do PS, por parte do PCP, não significou a sua demissão relativamente à necessidade de reforçar a presença de mulheres nas listas eleitorais. E o compromisso público que então fizemos não foi uma atitude de circunstância. Já no que se refere aos resultados obtidos pelo Partido Socialista, o debate de 4 de Março parece ter finalizado o seu empenho nesta matéria.

Há quem pretenda ignorar a necessidade de promover o reforço da participação das mulheres na vida social, nas diferentes expressões da vida associativa e sindical, incluindo nos respectivos centros de decisão.

O Partido Social-Democrata, depois de ter anunciado Leonor Beleza para cabeça de lista, (esta veio a desistir na sequência da dissolução da AD e da demissão de Marcelo Rebelo de Sousa), apresenta agora uma lista com 8 mulheres, 32% dos seus candidatos efectivos, encontrando-se a primeira em 3.º lugar e a segunda em 10.º. O Partido Popular ficou-se em 12% de mulheres nos seus candidatos efectivos, ou seja apenas 3 mulheres, em 10.º, 22.º e 24.º lugares.

O tratamento das questões da participação política das mulheres, que culminou a 4 de Março, caracterizou-se por alimentar vários défices: o défice de discussão dos vários aspectos que deveriam ter sido considerados na análise deste problema; o défice de avaliação das medidas de garantia de reforço da participação política das mulheres. E estas medidas não podem limitar-se nem esgotar-se à composição das listas para a Assembleia da República e Parlamento Europeu. O défice de participação política das mulheres é mais profundo. Ele tem expressão no modo como as mulheres portuguesas em geral intervêm na vida política: apenas nos actos eleitorais, com o seu voto ficando em seguida relegadas para o papel de "meras" espectadoras da acção dos órgãos de poder. É necessário que estas intervenham, que tomem posição, que confrontem as promessas com as práticas políticas dos partidos que ajudaram a eleger.

Esta é a vertente mais incómoda e menos interessante de abordagem deste problema para os partidos, como o PS, que defraudam as eleitoras e eleitores que neles votaram realizando uma política de direita que contraria as promessas eleitorais. Para estes, a sua sobrevivência política e eleitoral alicerça-se na política-espectáculo, na mediatização dos temas que lhes interessam a cada momento para em seguida serem votados ao esquecimento.

Há quem pretenda ignorar a necessidade de promover o reforço da participação das mulheres na vida social, nas diferentes expressões da vida associativa e sindical, incluindo nos respectivos centros de decisão. Esta componente de participação é em si geradora não só de novos hábitos de participação entre mulheres e homens como é susceptível de influenciar a sua intervenção na vida política. Ela é fortemente inibida no momento actual, pelas condições objectivas de vida das mulheres no trabalho, na sociedade e na família.

Por muito que alguns se aborrecem, a verdade é que o reforço da participação política e social das mulheres não é dissociável da criação das "condições objectivas" que permitam melhores condições de vida e de trabalho para as mulheres. Isto não significa "ficar-se à espera" de que essas condições existam. Mas minimizá-las é pretender manter tudo na mesma.

Mas é importante insistir na ideia de que a participação em igualdade das mulheres nos órgãos de poder não determina, nem determinará, em si, o êxito da luta contra as discriminações que atingem a grande maioria das mulheres portuguesas. São os conteúdos políticos e ideológicos e a correlação política e partidária nos órgãos que determinam os progressos ou a regressão nos direitos das mulheres.

Uma presença em igualdade de homens e mulheres nos grupos parlamentar do PS, ou do PSD, no Parlamento Europeu ou na Assembleia da República, não alterará o essencial das conteúdos das suas políticas. As opções neoliberais não são, nem serão, mais benévolos para as mulheres pelas suas executoras serem mulheres.

Entendamo-nos: o essencial das opções das mulheres, como dos homens, não é feito em função do género, mas em função das opções políticas e de classe em que se situam, sem prejuízo da especificidade e diversidade no modo de estar e de agir de cada um(a).

São precisas mais mulheres nos centros de decisão política. Mas é fundamental que não se gerem e alimentem novos e perigosos equívocos: continuar a pretender que a grande maioria das mulheres sejam espectadoras da vida política que outras mulheres e homens desenvolvem nos órgãos de poder ou fora deles.

O reforço da participação política das mulheres não pode excluir essa grande maioria de mulheres anónimas do seu papel insubstituível na defesa dos seus direitos e na construção de uma participação em igualdade em todas as esferas da vida nacional.



Portugal e a NATO

Adio por algumas semanas a conclusão da série de artigos sobre a VII Legislatura para poder registar de imediato algumas considerações sobre a posição de Portugal face ao novo conceito estratégico da NATO aprovado em 23 e 24 de Abril na Cimeira de Washington.



■ João Amaral

As ideias mais chocantes contidas nesse documento, com o qual a NATO "comemorou" o seu 50.º Aniversário, não caíram do céu de repente. Elas vêm sendo preparadas há muito tempo, não só em Washington e na sede da NATO em Bruxelas, mas também nos diferentes países membros, incluindo em Lisboa. De facto, muitos dos debates políticos e das decisões tomadas em Portugal na área da defesa nacional nos últimos anos ligam-se à preparação e implementação da nova estratégia da NATO. Foi o que sucedeu por exemplo com os debates e decisões sobre o reequipamento das Forças Armadas ou sobre a questão da profissionalização e abandono do Serviço Militar Obrigatório. Também algumas alterações constitucionais foram feitas com esse objectivo.

Todos esses debates e decisões têm subjacentes os aspectos que mais criticados estão a ser neste novo conceito estratégico da NATO, particularmente a assunção pela NATO, como doutrina ofi-

cial, da possibilidade de actuações militares ofensivas, contra terceiros países, fora dos limites da sua área de actuação e mesmo sem mandato da ONU, conferido nos termos da Carta pelo Conselho de Segurança. A linha de rumo traçada pelos Governos (quer o de Cavaco Silva, quer o de António Guterres) foi a de preparar as Forças Armadas portuguesas para participarem neste tipo de missões. Foi com esse pano de fundo que foram aprovadas as últimas leis de programação militar e que estão a ser tomadas as decisões sobre a profissionalização das Forças Armadas.

A guerra da Jugoslávia tem, aliás, entre muitas outras razões, também a razão de ser, para os Estados Unidos, de forçarem a aprovação deste novo conceito estratégico. De facto, contendo uma despidora violação dos princípios da Carta das Nações Unidas e do direito internacional em geral, o novo conceito suscitou reservas entre alguns membros da NATO. Para vencer as resistências, a solução radical foi pôr esse novo conceito em execução mesmo antes de ser aprovado. É o que está ser feito na Jugoslávia.

Numa análise feita à luz da posição de Portugal face a este novo conceito estratégico (que assume, com inteira propriedade etimológica e política, a face de uma estratégia imperialista), importa dar relevo a quatro aspectos. De um lado, a questão da hierarquia dos conceitos estratégicos (o da NATO e o de defesa nacional); por outro lado, a questão da legalidade do novo conceito, face à Constituição da República e aos Tratados aplicáveis; por outro lado ainda, o modelo de Forças Armadas; finalmente, as "facilidades" concedidas por Portugal aos Estados Unidos, designadamente nos Açores.

Quanto à questão da legalidade, a leitura da Constituição, da Carta das Nações Unidas e do Tratado constitutivo da NATO não deixam margem para especulações. A realidade é que o **novo conceito estratégico da Aliança Atlântica não pode vincular legalmente Portugal.**

A Constituição da República, no seu artigo 7.º, impõe ao País reger-se nas

relações internacionais pelos princípios do respeito da soberania, da não ingerência nos assuntos internos da solução pacífica dos conflitos. Estes princípios não são preteríveis nem excepcionáveis. Aliás, durante a última revisão constitucional chegou a ser proposto a adopção de um direito de ingerência em nome dos direitos humanos e dos direitos de minorias, mas tal princípio não teve consagração (se o tivesse, seria em violação do direito internacional).

Dir-se-á que o artigo 275.º n.º 5 prevê que as Forças Armadas possam participar em missões humanitárias e de paz assumidas pelas organizações internacionais de que Portugal faz parte. Só que essas missões têm que se conformar não só ao citado artigo 7.º da Constituição como às regras do direito internacional, particularmente à Carta das Nações Unidas.

Ora, a Carta não tem duas leituras. Ela considera ilegítimo o uso da força (artigo 2.º), postula o princípio da não ingerência (artigo 2.º, n.º 7), advoga a solução política dos conflitos (artigo 33.º) e só admite o uso da força nos estritos limites do Capítulo VII, com aprovação do Conselho de Segurança, executada por Força da ONU, depois do fracasso das medidas não militares e para repor o direito internacional e a paz, violada por uma parte. Quanto às organizações regionais (como a NATO), admite-as, mas desde que se **compatibilizem** com a Carta.

Conclusão: enquanto a nossa Constituição está de acordo com a Carta, o novo conceito estratégico da NATO viola-a. Mas não só: viola o próprio Tratado de 1949, que fundou a NATO e que nos artigos 5.º e 6.º circunscreveu o seu objecto à defesa dos seus membros contra ataques externos. Por outro lado, no artigo 7.º, afirma-se o princípio da prevalência da Carta das Nações Unidas, incluindo a responsabilidade primordial do Conselho de Segurança, que, no novo conceito, é afastada pelas decisões unilaterais da NATO.

Ainda no plano da legalidade, o novo conceito viola também a Acta Final de Helsínquia e a Carta de Paris, documen-

que não beneficia do regime previsto no Acordo das Lajes. Por outro lado, essas operações estão fora do quadro da Carta das Nações Unidas, e violam regras impostas ao Estado pelo já citado artigo 7.º da Constituição, pelo que a cedência das Lajes e outras "facilidades" aos Estados Unidos para as operações de guerra admitidas no novo conceito estratégico da NATO são ilegais.

Mas, pode este novo conceito estratégico ser oposto ao conceito estratégico de defesa nacional? O que tem dito o Governo, e particularmente o ministro da Defesa, sobre esta questão é uma inaceitável inversão de valores e uma vergonhosa capitulação perante interesses estrangeiros, particularmente dos Estados Unidos. A realidade conceptual é a de que a primeira estratégia que tem de ser definida é a estratégia do Estado para garantir a defesa nacional. Evidentemente que a estratégia do Estado é definida face às envolventes externa e interna, e nessas envolventes estão as organizações internacionais (mundiais e regionais) de que Portugal faça parte ou possa fazer parte. Mas não são estas organizações que determinam a estratégia nacional. Mesmo admitindo a presença de Portugal na NATO, não é a estratégia da NATO que deve determinar os conceitos estratégicos nacionais. Pelo contrário, o que deveria suceder era serem as estratégias nacionais dos países membros a determinarem a estratégia da Aliança que eles formam.

Esta inversão conceptual (que melhor se chamaria subversão da estratégia nacional) conduz a consequência não só no plano da política externa (por exemplo, hoje Portugal está em guerra com a Jugoslávia para proteger os interesses dos Estados Unidos e Alemanha na zona), mas também no plano da política militar. A discussão sobre o modelo de Forças Armadas não é uma discussão interna, fundada em critérios de participação e controlo democrático. O modelo de Forças Armadas decorre da submissão do País à estratégia global da NATO. Compram-se F16 e não aviões de patrulha oceânica porque na repartição de funções que a NATO impõe o papel reservado a Portugal é fazer escolta a operações aéreas agressivas. Equipa-se a Brigada Aero-transportada não por necessidade de defesa nacional mas para integrar um corpo do Exército de comando franco-italiano, por sua vez integrada numa qualquer Força de Reacção Rápida. Passa-se para o Exército profissional por este ser mais apto para missões externas e não por quaisquer considerações acerca da juventude. Vendem-se quartéis por se considerar desadequado, para o tipo de Exército que a NATO pretende, um Exército com um dispositivo amplo, "agarrado" ao terreno. E outros exemplos se poderiam dar.

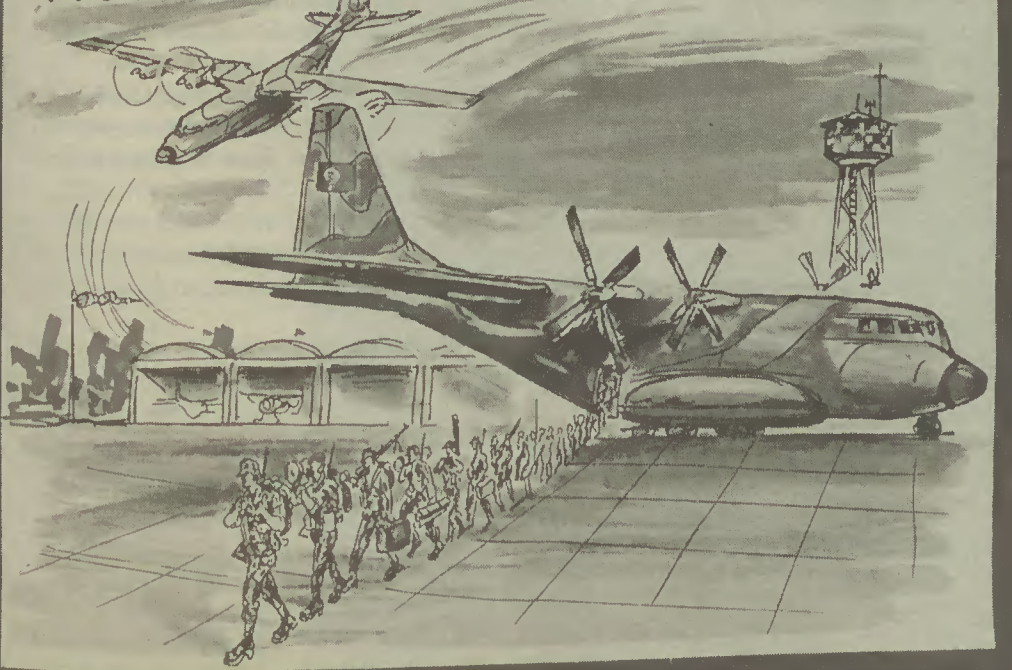
Por tudo isto, como há muito tempo venho insistindo, a discussão do modelo de Forças Armadas tem no seu bojo uma discussão de fundo sobre a estratégia de Portugal. As Forças Armadas estão a ser preparadas para integrarem forças agressivas, na lógica do novo conceito da NATO. Estão a ser preparadas para serem a componente armada de uma política externa de Portugal guiada em Washington e, subsidiariamente, em Bruxelas, Berlim, Londres e Paris.

É urgente retomar a discussão sobre o modelo das Forças Armadas, não para regressar às Forças Armadas de há dez anos, mas para que elas não se transformem na "secção de Lisboa" das Forças Armadas dos Estados Unidos/NATO.



NATO UNCLASSIFIED

ARRIVO BRIGATA PORTOGHESE
ARRIVAL OF THE PORTUGUESE BDE



tos-base da OSCE (Organização de Segurança e Cooperação Europeia), onde se postulam os princípios da Carta das Nações Unidas para a regulação de conflitos. Aliás, a OSCE é praticamente destruída, com este novo conceito.

Sendo ilegal no que respeita às operações sem cobertura no artigo 5.º do Tratado de Washington (o tratado constitutivo), também serão ilegais as utilizações do território nacional que os Estados Unidos queiram fazer para essas operações, mesmo que invocando o chamado Acordo das Lajes. De facto, este Acordo de Defesa só permite utilizações das bases nacionais nos termos do Tratado da NATO. Fora deste Tratado, as utilizações têm que ser autorizadas expressamente, caso a caso. Ora, as operações previstas na nova estratégia da NATO não se compaginam com o Tratado da NATO, pelo

NATO

– A polícia de choque do complexo militar-industrial dos EUA

Um mês antes do início da agressão à Jugoslávia, o presidente dos EUA explicou a um grupo seleccionado de dirigentes políticos e militares as linhas directoras da política externa norte-americana para os próximos 50 anos. Disse, com toda a clareza, que os EUA querem controlar o mundo e que a NATO deve ser transformada na polícia de choque do complexo militar-industrial.

Foi em 26 de Fevereiro, em S. Francisco, no Grand Hyatt Hotel. Num discurso de 50 minutos, Clinton fez um retrato do mundo, tipo Polaroid, afirmou que a economia americana deve defender-se fora das fronteiras dos EUA, que vai utilizar a NATO como força de intervenção ofensiva, que tudo isso custa dinheiro e que pediu ao Congresso para inverter o declínio nas despesas militares.

Pelo meio ainda teve tempo para dizer coisas como esta: «As mais sangrentas guerras do século começaram na Europa. Foi por isso que trabalhei duramente para construir uma Europa que finalmente está unida e em paz e democracia.»

Na opinião de Bill Clinton, os EUA devem «aceitar a inenarrável lógica da globalização - que tudo, da força da nossa economia à segurança das nossas cidades, ao bem-estar do nosso povo, depende de acontecimentos não só dentro das nossas fronteiras, como a meio mundo de distância».

«Não podemos, de facto, não devemos, fazer tudo ou estar em toda a parte. Mas onde há valores e os nossos interesses estão em causa, e onde podemos fazer a diferença, devemos estar preparados para a fazer. E devemos lembrar-nos de que o verdadeiro desafio da política externa é resolver os problemas antes que eles prejudiquem os nossos interesses nacionais.»

Para a «resolução» dos problemas que possam prejudicar o complexo militar-industrial dos EUA, Clinton conta com o modelo de NATO que proclamou, em Abril, na cimeira do 50.º aniversário, ou seja, uma tropa de choque para policiar o mundo.

«Falar é barato, tomar decisões não», disse o Presidente dos EUA, para acrescentar que foi por isso que pediu ao Congresso «para inverter o declínio das despesas com a Defesa que começou em 1985».

Reforço do orçamento da Defesa (despesas militares), inversão da tendência verificada depois de 1985, o que quer isto dizer?

As despesas com a Defesa representaram cerca de 6% do PNB durante toda a década de oitenta, diminuindo, na década de 90, até aos 3,2% de 1998. O que o complexo militar-industrial pretende é, pois, uma caminhada para a duplicação dos valores actuais.

Em 1998, o orçamento da Defesa cifrou-se em 260 mil milhões de dólares, estando orçamentada já uma subida para 289 mil milhões até 2003 (preços correntes). Isto representa um crescimento de 11 por cento em cinco anos, mesmo antes do reforço pedido ao Congresso.

Em 1998, as despesas com a Defesa representaram 15,4% do total do orçamento federal, percentagem que se mantém na previsão orçamental de 2002.

O apóstolo Clinton

O conceito estratégico definido por Clinton para a NATO, apelidado de «novo», já é velho.

Em Março de 1992, sublinhei, na *newsletter* «Análise», a necessidade de se saber se as mudanças verificadas na prática da NATO «correspondem ou não a uma filosofia de acção baseada no uso da força para garantir ou promover situações político-militares favoráveis à estratégia global da Aliança Atlântica».

«Embora não existam nos documentos oficiais da NATO», acrescentava, «referências explícitas a uma mudança dos conceitos estratégicos no sentido de operações ofensivas fora da área do tratado, muitos especialistas em assuntos de defesa têm defendido publicamente essa estratégia, com uma soma de pormenores que revela o grau de estruturação das ideias.»

Mas, se quisermos recuar um pouco mais no tempo, encontraremos um arquétipo desta filosofia na década de 50, quando John Foster Dulles pontificava no Departamento de Estado.

Dulles defendia a ocupação de posições militares um pouco por todo o mundo, sempre que isso contribuísse para reforçar «os interesses estratégicos dos EUA».

Para Foster Dulles, o inspirador da teoria da «retaliação massiva», qualquer conflito Leste-Oeste traduzia-se numa cruzada dos apóstolos do capitalismo, escolhidos por Deus, contra as hordas do comunismo ateu.

Os seus críticos, nos Estados Unidos, dizem que ele considerava a estratégia militar como uma subdivisão da teologia.

Um desses críticos, John Kennedy, em 1958, muito antes de ser presidente, já apelava aos americanos para renunciarem ao princípio de que deviam «encarar cada conflito militar como uma cruzada moral, requerendo a rendição incondicional do inimigo».

Se atentarmos na estratégia, na linguagem e nas exigências do complexo militar-industrial dos EUA em relação à Jugoslávia, facilmente concluiremos que Clinton está mais próximo de Dulles do que de Kennedy.

Limpeza ideológica

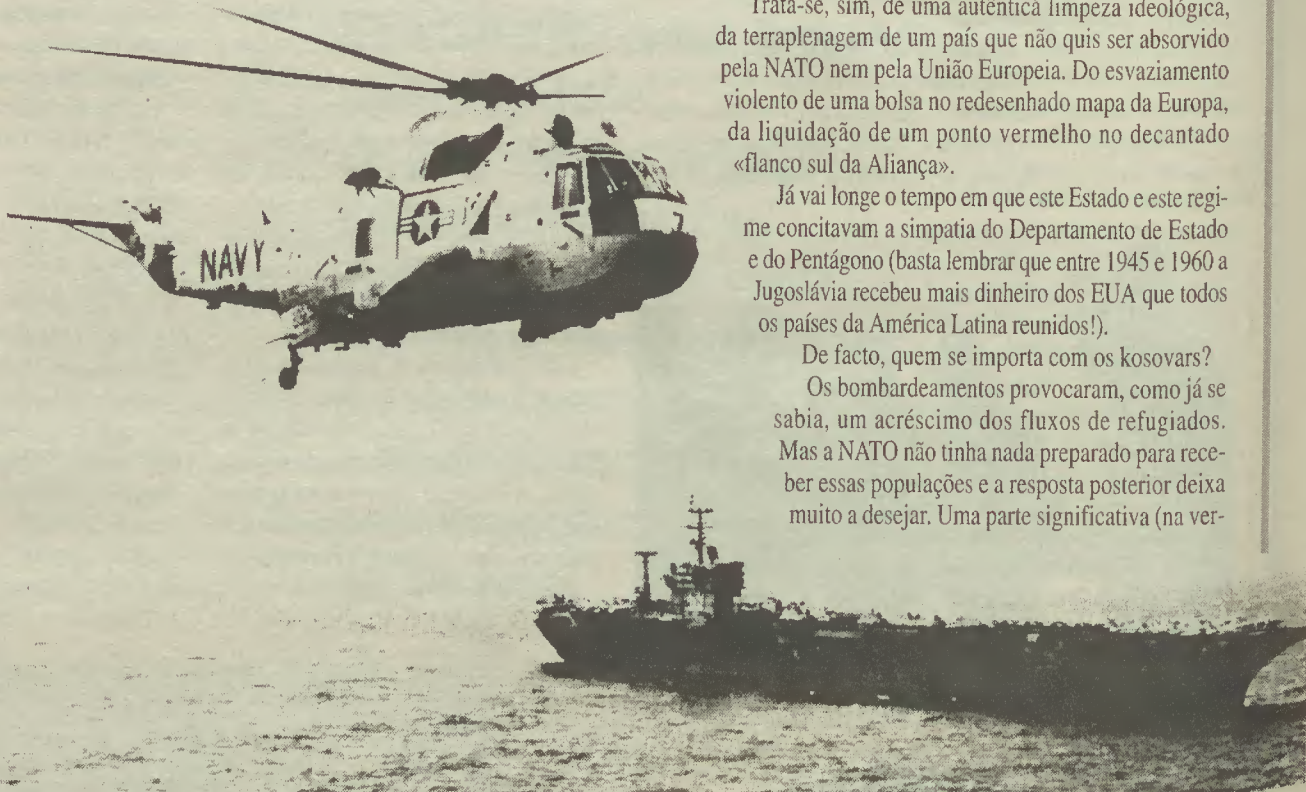
À luz do discurso de S. Francisco, só os distraídos irrecuperáveis e alguns jornalistas portugueses seduzidos pelos efeitos especiais e pela maravilha electrónica das bombas inteligentes é que não percebem que a agressão à Jugoslávia tem muito pouco a ver com a sorte dos kosovars.

Trata-se, sim, de uma autêntica limpeza ideológica, da terraplenagem de um país que não quis ser absorvido pela NATO nem pela União Europeia. Do esvaziamento violento de uma bolsa no redesenhado mapa da Europa, da liquidação de um ponto vermelho no decantado «flanco sul da Aliança».

Já vai longe o tempo em que este Estado e este regime concitavam a simpatia do Departamento de Estado e do Pentágono (basta lembrar que entre 1945 e 1960 a Jugoslávia recebeu mais dinheiro dos EUA que todos os países da América Latina reunidos!).

De facto, quem se importa com os kosovars?

Os bombardeamentos provocaram, como já se sabia, um acréscimo dos fluxos de refugiados. Mas a NATO não tinha nada preparado para receber essas populações e a resposta posterior deixa muito a desejar. Uma parte significativa (na ver-



A seis anos de distância...

A estratégia definida pela Administração Clinton na ex-Jugoslávia chama a atenção para o facto, já conhecido, de a situação no Kosovo poder ser o próximo foco de conflito a explodir.

Isso só acontecerá, no entanto, se a comunidade internacional repetir erros anteriores, isto é, se encorajar uma declaração de independência do território. Todas as principais correntes sérvias, e não apenas as que estão no poder, rejeitam essa possibilidade.

O problema é delicado. O Kosovo é uma província da Nova Jugoslávia, agregada administrativamente à Sérvia. Mas tem uma ampla maioria (cerca de 80%) de cidadãos de origem albanesa. No entanto, segundo a Sérvia, o Kosovo foi durante 300 anos um núcleo histórico, cultural e tradicional do Estado medieval sérvio, cuja memória perdura até hoje na consciência nacional.

Com a derrota sérvia perante os turcos - em 1389 -, os albaneses desceram

das montanhas à planície, expulsaram os sérvios e beneficiaram da protecção dos turcos, devido à aceitação da islamização. Na altura da criação da Jugoslávia, a maioria da população ainda era, contudo, sérvia.

Depois de estilhaçada a Grande Albânia (com Kosovo) criada pela Itália na Segunda Guerra Mundial, o Kosovo integrou a Jugoslávia de Tito, mas, segundo diplomatas de Belgrado, o criador do Estado jugoslavo não permitiu o regresso ao território dos sérvios que tinham fugido durante o conflito mundial.

Ao invés, favoreceu a imigração de albaneses, atraídos pelo melhor clima político, social e económico da província em relação à Albânia de Enver Hoxha. Segundo cálculos sérvios, 330 mil albaneses emigraram para o Kosovo durante esse período, alterando profundamente a estrutura étnica da província.

A Sérvia afirma que está na disposi-

ção de reconhecer a autonomia cultural, linguística e administrativa, a nível autárquico, do Kosovo. Mas combaterá a secessão ou a ligação à Albânia.

Correntes albanesas do Kosovo defendem um estatuto confederal, negado pela Sérvia, que o interpreta como um primeiro passo para maior ligação à Albânia.

Mas a Turquia e a Albânia, com outros apoios, estão a incentivar a secessão, por um lado para enfraquecer a Sérvia e, por outro, para reforçar a influência islâmica nos Balcãs. A Albânia já aderiu à Organização da Conferência Islâmica.

Milhares de jovens albaneses do Kosovo, desertores do exército da Nova Jugoslávia, estão a receber treino militar na Croácia. Fundos internacionais para essas actividades não escasseiam.

(in «Análise», Newsletter Internacional, Fevereiro de 1993)

dade, ninguém consegue quantificá-la) da ajuda é roubada no caminho e negociada pelas várias mafias.

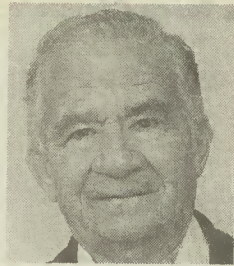
Quanto à ponte aérea anunciada com trombetas, apenas a Alemanha cumpriu o que prometera (recebeu 10 mil refugiados). A França e Inglaterra acolheram umas escassas centenas e os EUA... zero.

A agressão da NATO já matou mais de 500 civis jugoslavos e já provocou uma redução de 40 a 50% do PNB da Jugoslávia e não evitou (pelo contrário, agravou) danos aos kosovars.

Desde o início da agressão e até 30 de Abril, a NATO despejou mais de 11 mil toneladas de explosivos sobre a Jugoslávia, ou seja, um quilograma por habitante. Foram lançados mais de 600 mísseis de cruzeiro.

O plano de destruição da Jugoslávia continua a avançar, sem oposição real de quem quer que seja, designadamente das Nações Unidas, cuja credibilidade talvez esteja a sofrer o golpe de misericórdia.

Sobre o papel da Rússia, em especial de Ieltsine, limito-me a lembrar que, há cinco anos, aquando do ultimato da NATO na Bósnia, uma fonte próxima do Ministério da Defesa da Rússia comentou assim os protestos e esboços de resistência do Kremlin: «O governo de Ieltsine é um dos maiores fornecedores da NATO no que diz respeito a informações estratégicas sobre as forças armadas da Rússia. Aliás, não deixa de ser conveniente para a NATO uma atitude de aparente oposição da parte da Rússia: atenua o grau de arbitrariedade do ultimato, dando a ilusão que os EUA não fazem, hoje, o que querem e lhes apetece em todo o mundo.»



■ Miguel
Urbano
Rodrigues

NATO

Um novo Reich, os EUA, ameaça a Humanidade

Deutschland uber alles! A Alemanha acima de todos! A minha geração ano esqueceu o slogan que se popularizou no Reich hitleriano, berrado por turbas fanáticas. Expressava um desprezo absoluto pelos direitos dos outros povos. Utilizando outra linguagem, e invocando a democracia para melhor a calcar aos pés, o sistema de poder imperial que se instalou em Washington forjou uma doutrina segundo a qual os EUA, sendo supostamente uma nação predestinada pelas suas virtudes únicas, têm hoje a missão quase sagrada de impor aos povos da Terra uma Nova Ordem Mundial, e portanto a sua vontade onnipotente.

Não obstante as instituições da República norte-americana serem formalmente democráticas, essa doutrina, alicerçada na política externa de Washington, é pela teoria e práxis, de raiz fascista.

A Cimeira da NATO, comemorativa dos 50 anos da Organização, veio confirmar essa evidência. As decisões tomadas foram a culminação de um processo antigo. A chamada revisão do conceito estratégico, iniciada na cimeira de Bruxelas em 93 e estruturada na de Madrid em 97, foi concluída agora em Washington.

Na aparência formal das coisas, a NATO reforçou os seus vínculos com a União Europeia, guindada a «sujeito político» ao qual é atribuída uma capacidade decisória ampliada no terreno militar. Esse golpe de prestidigitação foi executado para, em desafio frontal ao sistema de relações internacionais existente, se proceder ao enterro das Nações Unidas. Doravante, a NATO, quando o seu Conselho assim o decidir, poderá levar a guerra a áreas cada vez mais amplas do planeta. Essa foi a única inovação da última Cimeira: o novo conceito estratégico desconhece na prática a existência das Nações Unidas, nomeadamente do Conselho de Segurança. Os EUA conseguiram finalmente institucionalizar, através da NATO, o corpo fascista das Doutrinas Lake e Huntington que visam, através de um direito unilateral de intervenção, garantir para a eternidade o poder imperial norte-americano.

Os discursos pronunciados omitiram evidências:

1 - A NATO é um instrumento do poder imperial dos EUA.

2 - A guerra contra o povo jugoslavo insere-se numa ambiciosa estratégia planetária do Reich norte-americano, caracterizada por contradições de interesses mal definidas que opõem Washington aos os seus parceiros europeus.

3 - A Jugoslávia é presentemente o campo de ensaio de novas armas proibidas, como as granadas de urânio 238, cujas radiações são cancerígenas e comprometem a gestação de crianças normais.

4 - O Kosovo, no monstruoso jogo em desenvolvimento, não passa de um acidente-pretexo, utilizado numa guerra mediática, paralela à dos bombardeamentos, indispensável para confundir a opinião pública mundial e impedi-la de compreender o significado real dos acontecimentos históricos em desenvolvimento. A satanização de Milosevic, no âmbito dessa campanha de desinformação, foi programada com muita antecedência.

5 - A guerra contra a Jugoslávia carrega uma advertência indirecta a todos os países do Terceiro Mundo que, em qualquer terreno – político, económico ou militar – pretendam, como estados soberanos, tomar decisões que desagradem a Washington. Num contexto mais amplo, o da defesa da globa-

lização neoliberal, os EUA e os seus aliados da União Europeia informam através do exemplo jugoslavo que na partilha das riquezas e privilégios a Nova Ordem dos ricos recorrerá à guerra sempre que necessário para perpetuar a desigualdade entre os povos.



Muito menos evidente para a maioria dos governantes europeus que participaram

na Cimeira da NATO é outro dos objectivos prioritários desta guerra norte-americana.

Na concepção estratégica elaborada pelo sistema de poder que impõe a Nova Ordem, a Jugoslávia não conta como interlocutor. O adversário potencial que estorva é, paradoxalmente, para Washington, a médio prazo, a Europa. Não apenas o conjunto dos aliados da União Europeia que colaboram na guerra. Refiro-me à Europa geográfica, do Atlântico aos Urales, tal como a definia o general De Gaulle. Cada bomba que explode em território jugoslavo, seja ela de fabrico norte-americano, britânico, francês ou alemão, é, afinal, uma agressão à Europa.

Desagregada a União Soviética, debilitado o Japão, afundados numa crise pantanosa os «tigres» e os «dragões» da Ásia Oriental, reduzido o Brasil à condição de satélite do FMI, a Europa dos 15 emerge no mundo da globalização neoliberal não propriamente como um obstáculo ao hegemonismo planetário norte-americano, mas como um concorrente por vezes incómodo com veleidades de autonomizar-se, não somente como gigante económico mas também no campo militar.

O envolvimento dos aliados da NATO nesta guerra criminosa foi uma pá de cal nas esperanças europeias de um regresso à multipolaridade.

Com a agravante de que países de velhas culturas, como a França, a Itália, a Grã-Bretanha, se apresentam, ao lado dos Estados Unidos, como coveiros das Nações Unidas. Estas recebem da NATO o tratamento que a Alemanha e a Itália fascistas deram nos anos 30 à Sociedade das Nações.

Levar às últimas consequências a humilhação e o isolamento da Rússia é na sua ofensiva anti-europeia o outro objectivo fundamental dos EUA. O jogo de Washington desenvolve-se com tal sinuosidade que poucos se apercebem de que a Casa Branca e o Pentágono, para além das estridência do diálogo diplomático, estão empenhados em apertar o cerco à Rússia, fechando o seu acesso natural ao mar Negro, e, através dele, ao Mediterrâneo. Com a independência da Ucrânia e da Geórgia, o Cáucaso Ocidental é o ultimo grande respiradouro

do país sobre as águas quentes do Sul. Promovendo conspirações, intrigando, financiando o nacionalismo de grupos extremistas, Washington tenta ampliar o isolamento da pátria de Lénine, criando rupturas e movimentos secessionistas em territórios que são russos há quase três séculos.

Os países da União Europeia caminham de olhos fechados para um desastre de consequências imprevisíveis ao deixarem-se arrastar para uma guerra americana monstruosa na qual são também um dos principais alvos. Dela sairão mais dependentes, mais débeis política e economicamente. A queda do euro é um primeiro aviso dos múltiplos efeitos da política suicida de capitulação perante o aliado norte-americano.



Em Washington existe a consciência de que assim como as bombas não vergaram o povo da Sérvia – que mais uma vez se comporta na história como um herói colectivo repetindo a gesta da sua resistência aos turcos, aos austríacos e aos alemães – as decisões tomadas pelo Conselho da NATO não mudaram a história de um dia para outro.

Em todo o Mundo, e particularmente na Europa, cresce o movimento de protesto contra uma guerra de agressão que envergonha a Humanidade.

O poder da mentira difundida por um sistema mediático perverso esgota-se a cada dia que passa. De Lisboa a Atenas, de Estocolmo a Roma, as pessoas começam a perceber quem é o agressor e quem é a vítima.

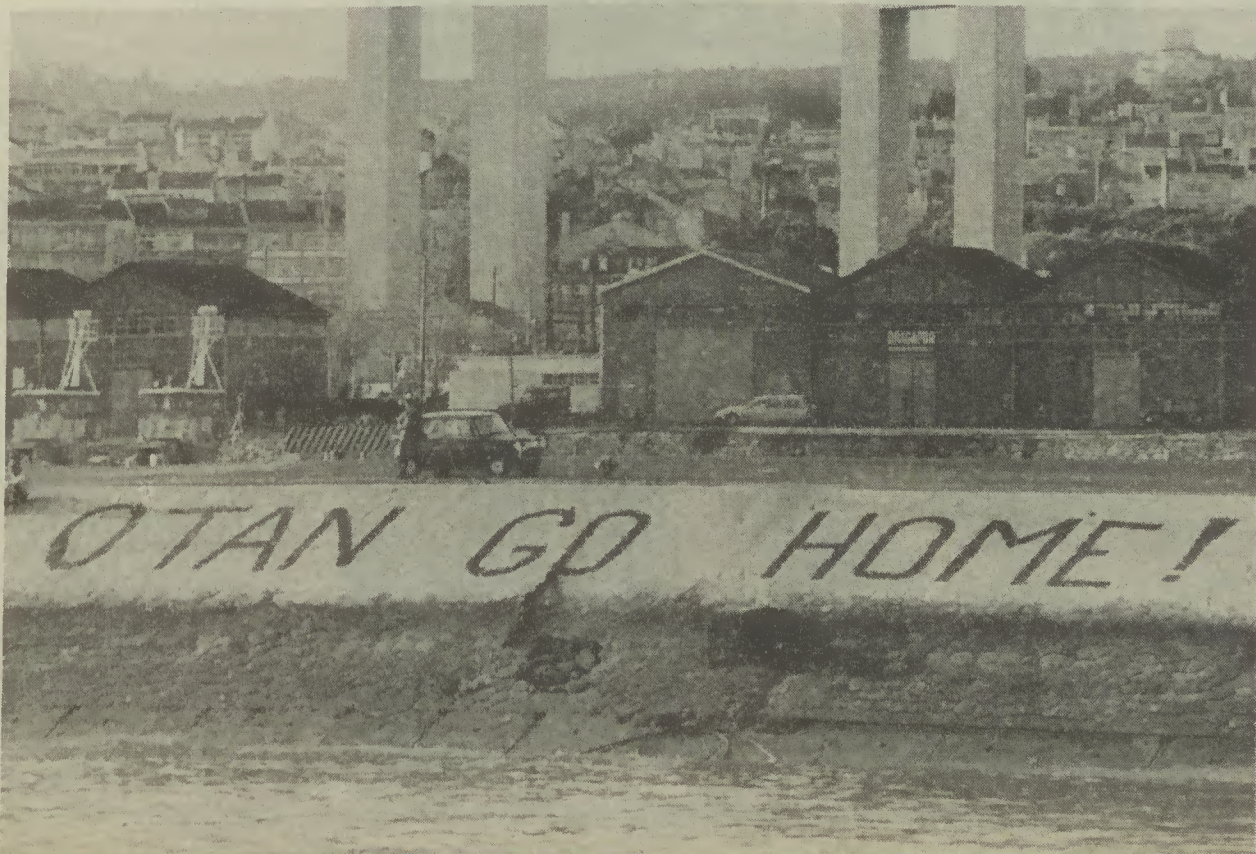
É significativo que o próprio secretário-geral da União da Europa Ocidental – UEO, o embaixador português José Cutileiro, tenha sentido a necessidade de se demarcar da diabolização da Sérvia. Publicou no *Herald Tribune* um artigo no qual afirma muito claramente que «o Kosovo é um problema político e não uma cruzada moral» (21/04/99), recordando a expulsão de centenas de milhares de sérvios da Croácia e da Bósnia.

As lágrimas do presidente Clinton ao comparecer na televisão para comentar a chacina dos estudantes do Colorado, abatidos por dois adolescentes norte-americanos – educados por uma sociedade que glorifica a violência – provocaram mais revolta do que piedade por coincidirem com apelos à intensificação de bombardeamentos assassinos contra o povo de um pequeno e pobre país.

Nada está decidido nas terras milenares da Sérvia. A decisão final será dos povos. Por isso mesmo, como portugueses, temos motivos para sentir satisfação pelos clamores contra a guerra que a nossa gente ergueu nas ruas no 25 de Abril e no 1.º de Maio, condenando-a.

Não estamos apenas perante o desenvolvimento de mais uma guerra imperial. Urge tomar consciência de que esta guerra configura uma ameaça a toda a Humanidade. O sistema de poder instalado nos EUA – repito – concebeu e desenvolve uma política de hegemonismo de contornos fascistas. O rol das intervenções e agressões militares prossegue em ritmo alarmante: Líbano, Granada, Líbia, Panamá, Haiti, Iraque, Somália, Bósnia.

O discurso farisaico da Casa Branca e dos generais e almirantes do Pentágono não esconde a realidade: os EUA, desconhecendo a ONU, comportam-se no final do milénio como um novo Reich que, nas suas relações com o mundo, imita os métodos do III Reich nazi.



Os Meninos da Capa Preta

■ Mário Maestri

A América procura explicação para o massacre do subúrbio de Denver, quando dois estudantes *teenagers*, brancos, de boa família, penetraram em sua escola secundária, com capas pretas e múltiplas armas, fuzilando colegas e professores.

A perplexidade nasce da dificuldade de explicar plausivelmente esse e outros sucessos, ocorridos nos últimos anos. Através dos *media*, educadores, psicólogos, pastores, polícias procuram restabelecer a confiança no *American way of living*.

As explicações são as mesmas dadas quando dos massacres de Edinboro, Jonesboro, Pear, Springfield, etc.: a televisão banaliza a violência, famílias conflituais ou desfeitas produzem filhos violentos. O país tornou-se um arsenal, de portas escancaradas.

Os estraga-festas de sempre lembram que a violência familiar é fenômeno mundial, que os enlatados norte-americanos monopolizam os ecrãs do mundo e que tais desastres são um semimonopólio da América. Quanto às armas, recordam que são meio, não causa.

Berço maldito

Quando algumas vozes isoladas recordam que as bases da civilização norte-americana se apoiam na violência, elas perdem rapidamente o direito ao microfone, apesar de ser quase óbvio o que dizem.

Nos USA, tudo é guerra. Mesmo que seja da *Coca-Cola* contra a *Pepsi*; da *Ford* contra a *General Motors*; da *IBM* contra a *Apple*; do *MacDonalds* contra a *Pizza Hutt*. E, na perseguição da vitória, é justo e moral absorver e destruir o concorrente, verdadeiro inimigo.

A linguagem militar invade o mundo dos negócios. As empresas definem táticas e

estratégias. Organizam campanhas. Lançam ofensivas. Espiam os concorrentes. O empregado ideal é um guerreiro: jovem, ágil, implacável, agressivo e, sobretudo, substituível.

Vencer e vencer

O bem está na vitória; o mal, em deixá-la escapar. Nesse universo que desconhece desdenhosamente as determinações sociais, se fortalece a ideia da luta eterna entre o *Império do Bem*, corporização do sonho americano, e o *Império do Mal*, sua antítese.

As crianças são treinadas para vencer a todo custo. Fazem pequenos trabalhos remunerados. Aprendem a economizar e investir. Devem vencer os coleguinhas na escola, no desporto, nas brincadeiras. Embebidos em uma versão monetarizada do determinismo luterano, nada aterroriza mais o jovem do que «*to be a born loser*». Ou seja, nascer perdedor. Todos pretendem ter sido paridos *winners* – vencedores.

Um mundo de conquistas ilimitadas encontra-se diante daqueles que souberem impor as suas razões nesse combate sem quartel. Na cultura norte-americana, a grande representação simbólica do papel do herói prometeico na eterna luta entre o bem e o mal é o confronto entre o *sheriff* e o pistoleiro, entre o *cowboy* e o índio, entre o policial e o *dealer*.

O meu negócio é matar

Os *comics* simplesmente potencializaram esse mito fundador. Criaram os super-heróis da modernidade, capazes de múltiplas proezas na luta pelo bem. Eles são belos, jovens, fortes, brancos, indivíduos quase comuns que vestem máscaras e capas exóticas. Seus antagonistas, ao contrário, são feios, não-brancos, monstruosos.

Para os senhores da América, a guerra apenas continua

os negócios, em forma algo mais violenta, quando não é simplesmente o negócio. Tudo que se opõe à vitória, é o mal; tudo que está a seu favor, o bem. Varrer da terra os inimigos, sem perder um homem, é a continuação do sonho de terminar com a concorrência, sem gastar um dólar.

Destruir o concorrente, para sempre; esmagar o inimigo, com as próprias mãos; sair do combate incólume; brilhar fulgurante entre os *winners*, são representações do mito das possibilidades ilimitadas do indivíduo que faz as forças do mercado e da produção capitalistas trabalharem em seu favor.

A morte é bela

Na última década, a mundialização dos meios de telecomunicação transformou a guerra em espectáculo pirotécnico, no qual o principal protagonista é o *mariner*, com seus equipamentos futuristas, e os pilotos de caça, cavalgando aparelhos estelares. Na televisão, a morte deixou de ser encenação do real, do imaginário ou do simbólico para assumir a dimensão de espectáculo em directo. Mais do que nunca, a morte tornou-se bela.

Altos e fortes como carvalhos, loiros e belos como espigas maduras de trigo, os guerreiros norte-americanos avançam entre os capinzais do Terceiro Mundo ou *surfam* pelas nuvens do Mediterrâneo ou do Médio Oriente. Como verdadeiros deuses modernos, distribuem a morte sem serem bafejados por ela. A guerra torna-se um jogo virtual.

Corporizações do mal absoluto, os inimigos são árabes medonhos, africanos brutais, eslavos bárbaros, latino-americanos barbudos. São os outros, os estrangeiros, os diferentes. E, como nos antigos filmes do *Far West*, apenas os heróis têm rosto.

Tristes heróis

A manipulação mediática da questão dos refugiados kosovares permitiu que a América se unisse nesse magnífico espectáculo da morte televisiva, feira milionária da indústria bélica, com bombas inteligentes e aviões invisíveis, ou quase. A vergonha nacional criada pela fixação presidencial por charutos e periféricos era superada pela demonstração de poder imperial absoluto.

Para participarem de um desses macabros *ballets* patrióticos, os dois estudantes de Littleton deveriam arrolar-se nas forças armadas e esperar uns dois ou três anos. Com um pouco de sorte, superariam substancialmente o macabro *score* que obtiveram. Porém, talvez por quererem participar do jogo, logo, e como protagonistas únicos, negaram-se a fazer parte da impessoal máquina de guerra norte-americana.

Espigas amarelas, imaturas e meio desajeitadas, preferiram ocupar a ribalta dos *media*, desfilando diante das câmaras com suas capas negras de super-heróis deslocados, ceifando a vida de colegas e professores antipáticos, sobretudo negros e desportistas, como pequenos demiurgos da morte, ao modo dos pilotos patrióticos que violam os céus da Jugoslávia e do mundo.

Justificando a inocência

Os negros foram mortos porque eram o mal, já que eram, cromaticamente, o contrário dos brancos, o bem. Os desportistas por serem guerreiros em tempos de paz, membros dessa elite estudantil norte-americana, senhora dos paradoxais prestígios e privilégios que os músculos asseguram num espaço construído para ser templo da inteligência.

A América jamais perdoará aos jovens da capa preta. Eles estragaram a grande festa nacional da Jugoslávia e, sobretudo, furtaram-se ao castigo, o que infringe outro tabu fundador da civilização norte-americana. Todo o acto contra o *Império do Bem* deve ser punido exemplarmente: a vingança é o único anestésico real à lancinante dor da derrota.

Ao juntarem-se num acto semi-simbólico às vítimas, os meninos da capa preta impediram que fosse praticada a catarse que neutralizou o trauma dos últimos *student's killers* norte-americanos – mandar para a prisão, e se for possível, para a morte, estudantes de 11 ou mais anos, dilacerados por uma civilização na qual a morte é um sonho para ser sonhado e vivido.



EM FOCO

Monumento a Bento Gonçalves

A memória de Bento Gonçalves fica perpetuada, desde o passado dia 25 de Abril, na sua terra natal, Fiães do Rio, concelho de Montalegre, com um monumento constituído por uma bonita pedra de granito, sobre a qual se apôs o nome de Bento Gonçalves e uma folha de carvalho onde se escreveu «A liberdade passou por aqui». Fica localizado à entrada da freguesia, na estrada entre Paradela do Rio e Montalegre, próximo da barragem do Alto Cávado.

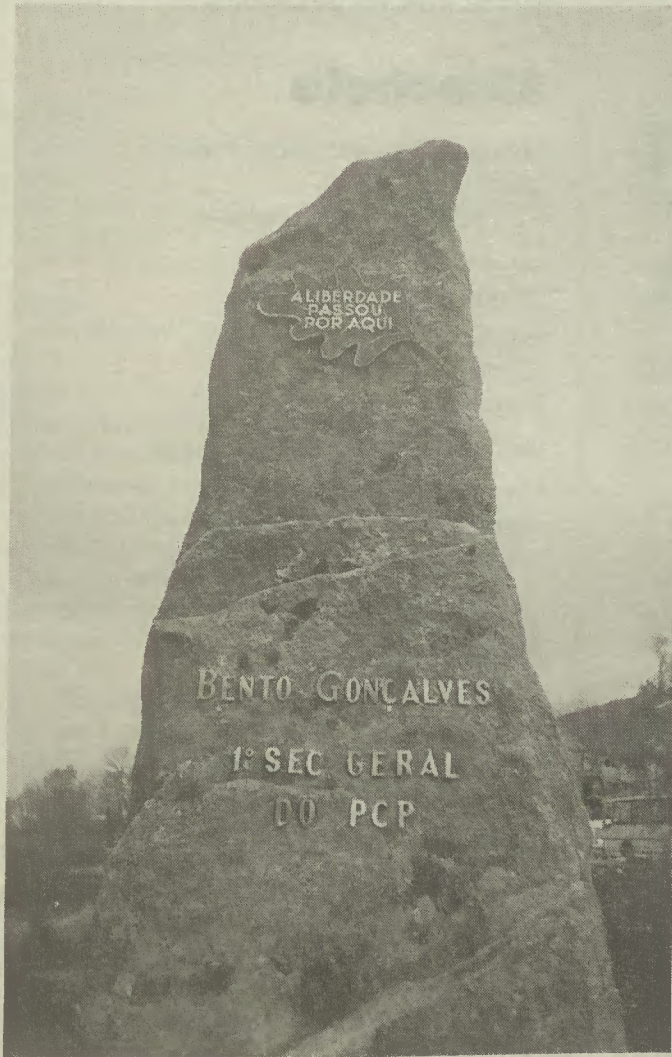
Foi solene e festivamente homenageado, com a presença do Presidente da Câmara de Montalegre, Dr. Fernando Rodrigues, do vereador do pelouro da Cultura, Dr. Orlando Alves, do Presidente da Junta de Freguesia de Fiães e familiares de Bento Gonçalves, e animado pela Banda de Parafita.

Esteve presente, em representação da direcção do PCP, Agostinho Lopes e António Lopes, da Comissão Política, bem como mui-

tos outros militantes comunistas do concelho de Montalegre e de outros concelhos de Trás-os-Montes.

A iniciativa integrou-se nas comemorações do 25 de Abril promovidas pela Câmara Municipal de Montalegre, sendo o monumento da responsabilidade do pelouro da Cultura.

Além da intervenção de Agostinho Lopes, foi dito um poema de Sidónio Muralha sobre Bento Gonçalves, e uma intervenção do Presidente da Câmara, que assinalou o estatuto moral, cívico e político de Bento Gonçalves, e a justeza da homenagem que era prestada, por barrosões, associada às comemorações dos 25 anos do 25 de Abril.



O monumento a Bento Gonçalves foi uma justa homenagem da terra que viu nascer este destacado comunista e combatente antifascista



Agostinho Lopes: Uma breve evocação

Falar de Bento Gonçalves no descerramento de uma lápide em sua memória, nesta sua terra natal, Santo André de Fiães do Rio, neste 25 de Abril, é uma grande honra para mim e para os homens e mulheres do Partido Comunista Português. O Partido a que Bento deu um impulso decisivo, e de que foi Secretário-geral. Gostaria também de dizer que é também com muita emoção que o faço. A muita emoção e as muitas palavras que seriam necessárias para vos falar do transmontano e barrosão, do operário e cidadão, do comunista e dirigente partidário, do resistente antifascista e patriota que foi Bento Gonçalves.

(As muitas palavras que estarão no livro biográfico de Bento Gonçalves, que será editado pela Câmara Municipal de Montalegre e foi organizado pelo também barrosão e nosso camarada Enes Gonçalves.) Aqui e agora, uma muito breve evocação.

«Corria o ano de 1902 quando, a 2 de Março, os caseiros da Morgada de Fiães viram acrescentada a sua prole com mais um rapaz que, volvida uma semana, baptizaram de Bento António Gonçalves.» Assim se iniciava uma vida e um percurso humano espantoso.

O percurso do operário que, aos 13 anos, entra no mundo do trabalho, numa oficina no Bairro da Sé, em Lisboa, passa pelo Arsenal da Marinha, trabalha dois anos nas Oficinas Gerais do Caminho de Ferro de Angola, para depois regressar novamente ao Arsenal.

O percurso do estudioso, que após fazer a escola primária frequenta um curso nocturno na Escola Industrial Afonso Domingues, e depois, durante a vida militar, a Escola Auxiliar da Marinha.

O percurso do sindicalista, que participa no movimento sindical angolano, que é eleito pelos seus companheiros do Arsenal, Secretário-geral da Comissão Administrativa do Sindicato do Pessoal do Arsenal da Marinha, e que, na qualidade de dirigente sindical, integra uma delegação de operários que se desloca à

URSS para as comemorações do X Aniversário da Revolução de Outubro.

O percurso do comunista, que adere ao PCP em 20 de Setembro de 1928 e que, em fins de Abril de 1929, era seu Secretário-geral, desempenhando um papel fundamental na sua reorganização e entrosamento na classe operária e nos trabalhadores portugueses, na sua ligação ao movimento comunista internacional, no lançamento da imprensa partidária.

O percurso do teórico político, com inúmeros artigos e textos dedicados aos problemas da organização partidária, da revolução, da formação ideológica dos militantes e operários comunistas, na divulgação de Marx, Engels e Lênine.

O percurso do dirigente político e resistente antifascista, que organiza, anima, participa nos primeiros combates contra o fascismo e a ditadura de Salazar, acabados de nascer do golpe do 28 de Maio de 1926.

O dirigente político, o revolucionário, o dirigente operário, que a ditadura do Estado Novo deporta por duas vezes, em 1931 e 1936. E é durante esta segunda deportação que Bento Gonçalves sucumbe à doença no Campo da Morte Lenta do Tarrafal, a 11 de Setembro de 1942. De facto, assassinado pelo fascismo. Por amor aos trabalhadores e ao povo português, Bento Gonçalves sacrificou a liberdade e a própria vida. Tinha 40 anos de idade.

Mas o torneiro mecânico, altamente qualificado e competente, o prestigiado dirigente operário e sindical, o lúcido teórico e publicista da revolução proletária, o destacado dirigente partidário e comunista, o homem e o cidadão Bento Gonçalves, de curta vida, fez uma grande e boa sementeira.

Há 25 anos, o povo português ceifou a luminosa seara de Bento Gonçalves e de muitos milhares de portugueses que, com ele e depois dele, tudo empenharam para libertar Portugal do fascismo. Por uma vida melhor para os trabalhadores e o povo português. Pelos generosos ideais de uma sociedade liberta dos grilhões da exploração e da opressão.

Lembrar Bento Gonçalves, quando o 25 de Abril faz 25 anos, é um acto de grande oportunidade, justeza e significado.

Porque o 25 de Abril tem o som e a cor da liberdade e da democracia, que o fascismo tinha esmagado na nossa pátria. Razão das lutas e combates de Bento Gonçalves.

Porque o 25 de Abril tem a cor da ganga dos explorados trabalhadores portugueses, a cor da terra dos humilhados e ofendidos camponeses dos campos de Portugal. Tem as marcas indeléveis das dores e lágrimas das famílias separadas pela emigração, das angústias e luto dos lares destróçados pela guerra colonial. Razão das lutas e combates de Bento Gonçalves.

Porque o 25 de Abril traz consigo a exigência de um país renovado, soberano e independente, uma mensagem de paz e de amizade com todos os povos. Razão das lutas e combates de Bento Gonçalves.

Homenagear hoje Bento Gonçalves, neste dia 25 de Abril, neste povo onde nasceu, neste chão do Barroso, nesta terra de Trás-os-Montes, tem ainda um vivo significado na difícil e complexa conjuntura histórica que atravessamos.

É um grito de indignação contra todas as tentativas de branqueamento do fascismo e da reescrita da história dos 50 anos da ditadura.

É um grito de protesto contra a política que desvaloriza o trabalho e os trabalhadores dos campos e das cidades.

É um grito de alerta contra o aviltamento da intervenção política e da cidadania, pela política-espectáculo, pela corrupção do poder, pelo desvirtuamento do serviço público.

Hoje, 25 de Abril de 1999, Bento Gonçalves fica bem homenageado. Os 25 anos do 25 de Abril bem comemorados.

Andou bem a Câmara Municipal de Montalegre quando o decidiu. E, em nome do PCP, quero valorizar este acto singelo de justiça histórica. Os transmontanos e, em particular, o povo do Barroso deviam-lhe esta homenagem. E, fazendo-a, podem dizer que o fazem em nome do povo de Abril, do País de Abril.

As crianças e a propaganda

Na escola primária 117 da Freguesia de Ramalde, Porto, funcionou há dias um parlamento especial: 33 alunos foram eleitos «deputados» entre as escolas da freguesia e actuaram numa «sessão parlamentar», onde as preocupações e os discursos convergiram rapidamente para dois temas: a guerra contra a Jugoslávia e os problemas da droga. No período dedicado à guerra contra a Jugoslávia um dos «deputados», uma criança da 4.ª classe, explicou que «a guerra entre a Nato e a Jugoslávia foi provocada por Milosevic» que «manda incendiar as aldeias para os kosovares fugirem». E a criança pormenorizou: «Dão-lhes apenas cinco minutos para fugirem do país, os homens que lá ficam são mortos por eles. Os aviões da NATO bombardeiam quartéis, defesas aéreas, tudo para matar Milosevic.» Todavia, apesar de tão pormenorizada «consciência» da maldade de Milosevic e da acção «justiceira» da NATO, a criança reivindicou igualmente o fim da guerra. O pormenor fantasioso dos

PONTOS CARDEAIS

«cinco minutos para fugirem do país», que os «maus» concedem aos kosovares para fugirem, é natural numa criança, quanto mais não seja pela necessidade de dar coerência a um quadro de selvajaria que brutalmente lhe impingem a toda a hora. O que arreia é o que está a montante: a ignomínia da desinformação maniqueísta, boçal e manipuladora que a NATO e todos os seus megafones servem maciçamente ao público, forçando as crianças a tingir o horror com pinceladas de imaginação para o tornar inteligível. E, mesmo assim, apesar de tanta manipulação, as crianças não deixam de exigir o fim da guerra. É claro que ninguém as ouve.

O concreto e o abstracto

O primeiro-ministro António Guterres afirmou no Porto que no Congresso do PSD «disse-se mal, em vez de se apresentar propostas concretas», acrescentando que «os problemas não se resolvem assim»,

os portugueses «querem é soluções concretas» e rematando: «É nisso que nós estamos a trabalhar, dando resposta aos problemas dos portugueses.» Pois estão. Dando respostas abstractas a problemas concretos...

A NATO e os crimes de guerra

A alta comissária da ONU para os Direitos Humanos, Mary Robinson, advertiu que a NATO poderá ter de comparecer perante o Tribunal Penal Internacional se os bombardeamentos que vitimaram civis forem considerados crimes de guerra. Robinson lançou a advertência na sessão de encerramento da 55.ª sessão da Comissão dos Direitos Humanos da ONU, em Genebra. Embora frisando que não colocava «em pé de igualdade a limpeza étnica perpetrada pelas forças sérvias no Kosovo e as mortes de civis nos bombardeamentos aliados», a alta comissária

chamou a atenção da NATO para o facto de esta não estar «acima do direito internacional». Pois não. O direito internacional é que ficou debaixo da NATO. À bomba.

EUA e as minas

Os EUA só deverão assinar a Convenção de Otava sobre a proibição de minas antipessoais no ano 2006, mas «apoiam fortemente os esforços internacionais para a eliminação da crise global» resultantes dos engenhos. Quem afirmou esta barbaridade foi o representante do presidente dos EUA para a Desminagem Humanitária Global, Donald Steinberg, numa deslocação a Maputo a convite do Governo moçambicano para participar numa conferência sobre esta matéria. A demagogia do representante de Clinton não se ficou por aqui, acrescentando – num país que é um dos mais minados do mundo, estimando-se que tenham ali sido implantados cerca de dois milhões de minas – que os EUA «acolhem o empenho da comunidade internacional em relação à Convenção de Otava», mas não estão em condições de assinar o protocolo por «razões de segurança». As célebres «razões de segurança» dos EUA que continuam a matar por todo o mundo, apesar de ninguém no mundo, até hoje, ter ameaçado a segurança dos EUA seja em que aspecto for...

O botão

Muito excitados, os porta-vozes da NATO explicaram que, a partir de agora, «são donos do botão que pode apagar a luz eléctrica à Jugoslávia sempre que quiserem». O segredo está numa tal «bomba de grafite», coisa moderna que nunca tinha sido experimentada mas provou ser muito eficaz, ao explodir pela primeira vez no massacrado território da Jugoslávia. O delírio belicista já vai neste ponto – festejar, em incontido gozo, as próprias performances da destruição. Quando os EUA inquinaram o Vietname com o sinistro «agente laranja» ou queimaram o país à força de napalm não se atreveram, apesar de tudo, a festejar o «sucesso» em público ou a gabar-se dos seus feitos tecnológicos. Agora estamos já nisto. Na barbárie à solta.

PONTOS NATURAIS

■ Mário Castrim

Diário de Abril

Lourinhã

Meninos da Lourinhã sábios meninos

Tão pobres ao pé deles estes versos! Por isso vão morrer logo depois de lidos.

Fica todo o amanhã para os meninos da Lourinhã.

Alcochete

«Há uma coisa que não entendo (disse ele) o 25 de Abril foi de repente?»

(um milagre varinha de condão...)

Viajámos depois ao longo de muitos, muitos anos.

Ele disse que sim, com a cabeça.

Mais tarde, reparei (ingrato) que me esquecera de Espártaco.

Bobadela

– Quem vê só desenhos animados? (Todos de mãos no ar)
– Quem vê os filmes de terror? (Todos de mãos no ar)
– Quem tem televisor em casa? (Todos)
– Quem tem dois? (Quase todos)
– E três? (Muitos)
Um menino: «Eu tenho seis»
Outro menino: «Pois, mas é porque o pai dele tem uma loja de electrodomésticos»

Torres Novas

Para chegar ao microfone em vez de se baixar e assim passar a vedação a Raquel preferiu saltar por cima dela. A malta em peso bateu palmas.

Entendera a metáfora.

Conclusão: a poesia precisa das palavras mas, que diabo, às vezes só lhe faz bem saltar por cima delas.

Lousã

«O que é 25 de Abril?»

Ela andaria pelos 16 anos. Tinha um olhar extremamente claro (ou traduzindo: estranhamente lúcido)

Faltava ali (reparem) o artigo definido. A ausência do artigo explodiu na vasta sala entrou em todas as consciências acordou toda a gente acordou tudo.

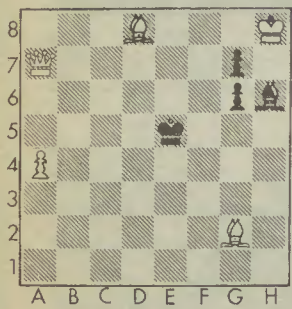
Acordou inclusive o 25 de Abril.

XADREZ

DCCVI – 6 DE MAIO DE 1999
PROPOSIÇÃO N.º 1999X17

Por: Erich Brunner
«Leipziger Tageblatt» – 1909

Pr.: [4]: Ps. g6, g7 - Bh6 - R65
Br.: [5]: Pa4 - Bs. d8, g2 - Da7 - Rh8



Mate em 3 [três] lances

SOLUÇÃO DO N.º 1999X17 [E. B.]

1. Bb7!, R66; 2. Dc5, Rd7; 3. Dd7 #
1. ... Bc1; 2. Dc5+, Rf4; 3. Dd5 #
1. ... Rf4; 2. Dd4+, Rg3; 3. Dh4 #
1. ... g5; 2. Dd3+, Rd6; 3. Dd7 #
1. ... Rf5; 2. Dd4, Bf4; 3. Bc8 #

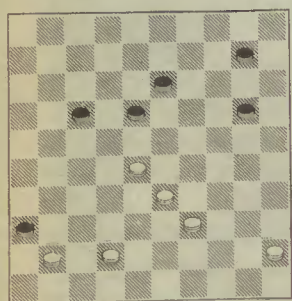
A. de M. M.

DAMAS

DCCVI – 6 DE MAIO DE 1999
PROPOSIÇÃO N.º 1999D17

Por: Henri Chiland – [F.]
In CHILAND, H. «Secrets et merveilles du jeu de Dames», Paris, Stock, 1968

Pr.: [6]: 10-13-17-18-20-36
Br.: [6]: 28-33-39-41-42-45



Branças jogam e ganham

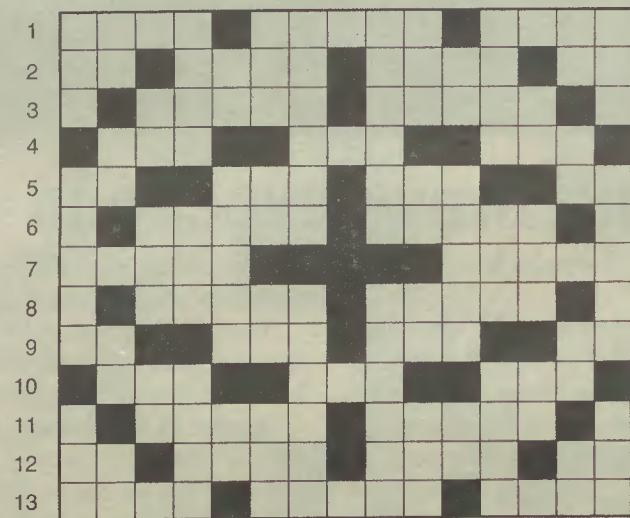
SOLUÇÃO DO N.º 1999D17 [H. Ch.]

1. 42-38!, (36x47)=D; 2. 28-23, (18x29);
3. 33x4-D, (47x50); 4. 4x6+
3. ... (47x44); 4. 4x50+

A. de M. M.

PALAVRAS CRUZADAS

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15



HORIZONTAIS: 1 – Canção lírica ou narrativa de origem celta; bailado popular, de origem africana; vinho, como excipiente medicinal. 2 – A carta mais alta do baralho; título dado aos chefes de certas tribos muçulmanas; cerfíleo; Cálculo (s.q.). 3 – Parte superior do capitel da coluna em todas as origens (arquit.); itinerários. 4 – Cem metros quadrados; gema (pop.); criatura. 5 – Artigo antigo; minha (ant.); semelhante; partícula afirmativa do dialecto provençal. 6 – Combinar; uso excessivo. 7 – Em menor quantidade; esmurrar. 8 – Espaço coberto de vegetação no meio de um deserto; a mais pequena partícula que se pode obter da divisão de um elemento. 9 – Sim (ant.); altar de sacrifícios; infames; flauta chinesa de bambu com doze orifícios. 10 – Rapar o sal na salina e juntá-lo com o rodo; conjunto das regras jurídicas estabelecidas pelo legislador; patrão. 11 – Doutrina ou sistema que se afasta da crença geral; desembaraçada. 12 – O seu valor é de 3,1416; lavram; estrondar; saudável. 13 – Matéria corante azul de origem vegetal; enxutos; substância gordurosa e inflamável, líquida à temperatura normal, solúvel num similar mas insolúvel na água.

VERTICAIS: 1 – Pequeno poema da Idade Média, narrativo ou lírico, em versos octossilábicos; antiga armadura para a cabeça (pl.); espécie de capa sem mangas usada por irmandades e confrarias, em actos solenes. 2 – Arsénio (s.q.); outra coisa (ant.); comparecer; Índio (s.q.). 3 – Atmosfera; espaço, de tempo que a Terra gasta numa translação completa em volta do Sol; existes. 4 – Vedação constituída por ramos ou varas entrelaçadas; discurso laudatório; verdadeiro. 5 – Cântamo da Índia; celebração da Eucaristia, na Igreja Católica e na Ortodoxa; Irídio (s.q.). 6 – Textualmente; dirigia-se (fig.); aparecer; bigorna de ourives. 7 – Perfumar; chouriço especial de carne do lombo. 8 – Insecto ortóptero da fam. dos blatídeos, muito veloz, de costumes nocturnos; começo a ver ao longe. 9 – Ensejo; prefixo que designa intensidade, separação, oposição, etc.; Titânio (s.q.); o sono infantil (pl.). 10 – Antiga nota dó; portugueses; nota musical. 11 – Pron. pess. feminino (pl.); emissão de voz; tenebroso. 12 – Selénio (s.q.); vazio; nociva. 13 – Língua falada outrora ao sul de Loire (França); letra grega; o m.q. porco; catedral. 14 – A família; enrubesci; o sustento.

correct. páo.

06s. 11 – Lit. lusos; lá. 12 – Elias; som; avro. 13 – Sec. oce. ma. 14 – Oc. rd; 16; 15 – Lar; 5 – Mat. missa; Ir. 6 – Sic; ha; ir. tas. 7 – Armat; salame. 9 – Barata; avisto. 10 – Azo; ab; Th. 11 – Lar; elms; opa. 2 – Ar; al; Ir. 3 – Ar; an; 6s. 4 – Seber; loa; real. 6 – Textualmente; dirigia-se (fig.); aparecer; bigorna de ourives. 7 – Perfumar; chouriço especial de carne do lombo. 8 – Insecto ortóptero da fam. dos blatídeos, muito veloz, de costumes nocturnos; começo a ver ao longe. 9 – Ensejo; prefixo que designa intensidade, separação, oposição, etc.; Titânio (s.q.); o sono infantil (pl.). 10 – Antiga nota dó; portugueses; nota musical. 11 – Pron. pess. feminino (pl.); emissão de voz; tenebroso. 12 – Selénio (s.q.); vazio; nociva. 13 – Língua falada outrora ao sul de Loire (França); letra grega; o m.q. porco; catedral. 14 – A família; enrubesci; o sustento.

SOLUÇÃO

AGENDA

Em 13. Junho

no Parlamento Europeu

Mais
CDU**Carlos Carvalhas em Coruche e com a Juventude CDU**

O Secretário-geral do PCP, acompanhado por Ilda Figueiredo e Sérgio Ribeiro, candidatos ao PE, e por Luísa Mesquita, deputada na AR, visita amanhã, sexta-feira, a partir das 12h, a Feira do Regadio e Agro-Industrial de Coruche.

Na próxima segunda-feira, na sede da JCP, participa numa iniciativa conjunta da Ecolo-Jovem e da JCP para divulgação de propostas, linhas programáticas e linha de campanha da Juventude CDU

Assembleia da Organização Concelhia de Cantanhede

Sexta, 7, 21h30

com a participação de Sérgio Teixeira

IV Assembleia da Organização do Partido na Carris

Sexta, 14, às 17h30, no CT Vitória,

com a participação de António Andrez

● AMADORA

Mina - Plenário de militantes da freguesia: quarta, 12, às 21h, no CT da Amadora

Brandoa - Plenário de militantes da freguesia: hoje, dia 6, às 21h, no CT da Brandoa

● CASCAIS

Carcavelos - Plenário de militantes e jantar-convívio: hoje, dia 6

● LISBOA

Benfica - Reunião de militantes e simpatizantes do Bairro da Boavista: nas instalações da GEBALIS, dia 7 às 21h.

Sector da Hotelaria - Plenário de militantes do Sector: quarta, dia 12, às 16h, no CT da Av. Duque de Loulé

Célula do Metro - Plenário mensal: segunda-feira, 12, às 18h, no CT Vitória, com a participação do camarada Francisco Lopes

Reunião alargada do O.D. da Função Pública sobre a situação internacional e a luta pela paz e sobre as lutas do Sector: dia 12 às 19h no CT Vitória

Marvila - Plenário da freguesia sobre as eleições para o PE e actividade partidária: sexta, 7, às 20h30, na Assoc. de Moradores da Zona I (Av. Dr. Augusto de Castro)

A Guerra nos Balcãs - Reunião do Sector Público sobre este tema, com Carlos Aboim Inglez: dia 13 às 18h30, no CT Vitória.

● OEIRAS

Porto Salvo - Encontro de militantes da freguesia, com a participação de Joaquim Dias: sábado, 8, às 15h, no CT local

● SINTRA

Reformados de Queluz - Plenário, com a participação de um candidato ao PE: dia 13 às 15h, no CT de Queluz

1.ª Assembleia da Organização do Litoral Alentejano plenários preparatórios

No próximo fim-de-semana realizam-se nos concelhos abrangidos pela nova Organização reuniões e plenários preparatórios da 1.ª Assembleia (a realizar em Sines no dia 15 de Maio), segundo o seguinte calendário:

- hoje, dia 6, em Barrancão, e dia 7 em Carrasqueira e S. Martinho (Alcácer), Vale de Santiago e Perciras Gare (Odemira), Melindes e Cadoços (Grândola), Organização de Mulheres de Grândola, Santiago do Cacém e Santo André (Santiago);

- dia 8 em Aldeia da Justa, Silha do Pascoal, Água Derramada, Barroa/Lousal, Vale Pereiro, C.L. Estação (Grândola), Comporta/Brejos e Torre, Montevil (Alcácer);

- dia 9 em Torrão (Alcácer), Ameiras (Grândola), S. Bartolomeu e S. Domingos (Santiago do Cacém);

- dia 10 em Sines (Trab. das Autarquias), Aldeia do Futuro e Canal Caveira (Grândola), Luzianes Gare (Odemira);

- dia 11 em Carvalhal (Grândola), Trab. Autarquias de Grândola, Relíquias (Odemira), Fonte Mouro/Pouca Farinha (Sines), Vale d'Água (Santiago);

- dia 12 em Campo Redondo (Odemira), Sines, Trab. Autarquias de Santiago do Cacém e Comerciantes de Grândola

A GUERRA NA JUGOSLÁVIA

Debate na Cova da Piedade

CT do PCP - 7 de Maio - 21 h

com Jorge Cadima

ENCONTRO DE TRABALHADORES METALÚRGICOS DO PORTO

Por uma Europa Social, Solidária e de Paz,
com mais Emprego e mais Direitos

Sábado, 8, 15h, Auditório do CT da Boavista

Casa do Alentejo

Terça, dia 11, às 18h

OS TRABALHADORES COM A CDU

Encontro com Carlos Carvalhas
e candidatos ao Parlamento Europeu

FARO

Encontro Regional de Quadros e Activistas da CDU
sobre as eleições para o PE e AR

Dia 8, às 15h, na Assembleia Distrital de Faro

BARREIRO

Dia 8 - 14h30 - Av. Bento Gonçalves

Encontro-Festa com Ilda Figueiredo

Debate

Bar - Animação musical com o Grupo 7 Estrelo

PORTO

Dia 12 às 18h

Restaurante do Palácio de Cristal

Encontro de Mulheres

com Ilda Figueiredo e outras candidatas ao PE

Momentos de música e poesia

Construir SOLUÇÕES À ESQUERDA

- Forum Distrital da CDU em Coimbra

Dia 8 - das 10h30 às 18h, no Instituto Port. da Juventude
com Sérgio Teixeira

ODIVELAS

Encontro concelhio da CDU: sábado, 8, às 15h, no CT do PCP de Odivelas, com a participação de António Andrez.

CASCAIS

Encontro concelhio da CDU: domingo, 9, às 14h30, no Auditório do Parque Palmela,

com a participação de Odete Santos

Visita do vereador da CM Cascais Carlos Rabaçal

e de Wanzeller, eleito na AM,

a Centros de Saúde do concelho: dia 12

LISBOA

Encontro CDU da Freguesia de Alcântara: sábado, 8, às 15h, na Junta de Freguesia de Alcântara

Debate sobre Cuba com Miguel Urbano Rodrigues

Assoc. de Amizade Portugal-Cuba

Rua Rodrigo da Fonseca, 107, r/c Esq.

Dia 12 às 21h30

Candidatos em campanha

Além das iniciativas em destaque nesta página, da agenda dos candidatos ao PE constam outros contactos com populações e sectores, de que destacamos:

Ilda Figueiredo visita hoje, quinta-feira, de manhã o Metro de Lisboa, e à tarde, na zona de Sacavém, manterá contactos com trabalhadoras da Triumph (às 16 e 45), fará uma volta pela zona comercial e janta com apoiantes da CDU. À noite, ainda em Sacavém, participa numa sessão pública.

Sexta-feira estará com Sérgio Ribeiro no sul do Distrito de Santarém para visitas com entidades e instituições do distrito e uma sessão pública a realizar a partir das 21h30 no Auditório da Escola Profissional de Salvaterra de Magos. No domingo participa num convívio a bordo de uma embarcação e contacta com pescadores no porto de Peniche.

Da actividade dos restantes candidatos assinalamos a participação de Joaquim Miranda no debate a realizar sexta-feira às 15h30 no Instituto da Juventude em Braga, e a sessão com Honório Novo a realizar no mesmo dia às 21h30 no Auditório Municipal do Bombarral sobre problemas da agricultura.

Sérgio Ribeiro estará durante todo o dia de segunda-feira no distrito de Setúbal, com encontros e contactos em Setúbal, Moita e Palmela.

O candidato João Silva participa amanhã em contactos com os trabalhadores de empresas de Vila Franca/Alverca

Almoço-convívio no CT de Carnaxide promovido pela Com. de Freguesia do PCP

Domingo, 9, às 13h no Centro de Trabalho

Almoço-convívio no CT de Algueirão

Domingo, 9, às 13h no CT, com António Andrez

Sectores de Empresas e de Serviços de Lisboa do PCP

25.º Aniversário do 25 de Abril

com Álvaro Cunhal

Dia 7 às 20.30 h no Adicense

Montemor-o-Novo

Almoço-convívio no Parque de Feiras e Merendas

promovido pela Célula dos Reformados

e comemorativo do 25 de Abril

Sábado, 13, com a participação de Raimundo Cabral

Jantar-convívio / Sessão de Fados

no CT do Seixal

integrado na Campanha Nacional de Fundos

Dia 14 - 20h

Matança do Porco na Quinta da Atalaia

Sábado, dia 15

(iniciativa do Sector Público da ORL)

Manhã desportiva - Almoço - Tarde Cultural

Com a presença de Joaquim Miranda

EXCURSÃO a BALEIZÃO

promovida pela Com. Concelhia da Amadora

Domingo, 23

(Inf.: tel. 4941162)

Debate público em Alverca com Álvaro Cunhal

O 25 de Abril - o 1.º de Maio - o PCP

nos Bombeiros Voluntários, dia 8 às 17h

Amadora

O estado dos direitos dos trabalhadores

- debate com Jerónimo de Sousa e Arménio Carlos

no Salão Polivalente da Brandoa - Dia 7, 21h

Lagos

Dia 7, 21h30, sede da CDU

(R. Dr. Francisco Sá Carneiro, lote 7, Ameijeira)

Colóquio sob o tema**"Instauração do Regime Democrático"**

com Luís Catarino e Carlos Brito

ÁLVARO CUNHAL

em MONTEMOR-O-NOVO

Sábado, 15, às 15 h, Teatro Curvo Semedo

TELEVISÃO

Quinta, 6

- RTP 1
08.00 Infantil
10.00 Praça da Alegria
11.40 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Consultório
14.45 Nas Asas do Destino
15.40 Malha de Intrigas
16.30 O Amigo Público
18.15 País País
19.00 País Regiões
19.15 Os Lobos
20.00 Telejornal
21.00 As Lições do Tóncas
21.40 Grande Entrevista - Convidado: Álvaro Cunhal
23.30 Miguel Ângelo ao Vivo
00.45 24 Horas
01.45 O Caso Cartier

- RTP 2
15.00 Informação Gestual
15.45 O Barba Azul
(de Charlie Chaplin, EUA/1947, com Charlie Chaplin, Martha Raye, Isobel Elsom, Marilyn Nash. Ver Destaque)
18.00 Informação Religiosa
18.30 Hugo

Sexta, 7

- RTP 1
08.00 Infantil
10.00 Praça da Alegria
11.40 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Consultório
14.45 Nas Asas do Destino
15.40 Malha de Intrigas
16.30 O Amigo Público
18.15 País País
19.00 País Regiões
19.15 Os Lobos
20.00 Telejornal
21.15 Uma Casa em Fancos
22.20 Principal Suspeito
00.15 24 Horas
01.15 NBA

- RTP 2
15.00 Informação Gestual
15.40 Bonanza
16.30 Encontros Imediatos
17.30 Euronews
18.00 Programa Religioso
18.30 Hugo
19.00 Um, Dó, Li, Tá
20.10 História da Terra
21.00 Portugalmente

Sábado, 8

- RTP 1
08.00 Infantil/Juvenil
12.20 Companhia dos Animais
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Top+
15.00 Amigos
15.55 Longa-metragem
18.45 Santa Casa
20.00 Telejornal
20.55 Futebol: Chaves-Porto
23.00 Já que Falamos em Sexo
00.40 24 Horas
01.20 Ciclismo
01.30 Dom Juan de Marco
(de Jeremy Leven, EUA/1995, com Marlon Brando, Johnny Depp, Faye Dunaway, Geraldine Pailhas. Ver Destaque)
03.25 O Dentista
(de Brian Yuzna, EUA/1996, com Corbin Bernsen, Linda Hoffman, Ken Foree, Tony Naukes, Molly Hagan. Terror)
04.00 O Tempo

- RTP 2
09.00 Universidade Aberta
12.00 Cidade Louca

Domingo, 9

- RTP 1
08.00 Infantil/Juvenil
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Made in Portugal
15.00 Longa-metragem
17.00 Ferro e Fogo
18.05 Anúncios de Graça
18.45 GLX
19.30 Domingo Desportivo I
20.00 Telejornal
21.15 Jet 7
21.50 Débora
22.30 Atlântico
23.30 Domingo Desportivo II
01.10 Perigo Iminente
02.05 24 Horas

- RTP 2
09.00 Programa Religioso
10.30 Missa
11.30 Infantil/Juvenil
13.10 Ekhaya
14.00 Rotações
14.30 Desporto 2
18.05 Ladrão que Rouba Ladrão
19.00 Jornal de África
19.40 Bom Bordo
20.05 Artes e Letras - «Carlos

Segunda, 10

- RTP 1
08.00 Infantil
10.00 Praça da Alegria
11.40 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Consultório
14.45 Nas Asas do Destino
15.40 Malha de Intrigas
16.30 O Amigo Público
18.00 País País
19.05 País Regiões
19.15 Os Lobos
20.00 Telejornal
21.15 Nós os Ricos
21.50 Canções da Nossa Vida
23.15 Guerra Fria
00.15 24 Horas

- RTP 2
15.00 Informação Gestual
15.40 Rumo ao Sul
16.35 O Nosso Charly
17.30 Madeira
18.00 Informação Religiosa
18.30 Universidade Aberta
19.00 Hugo
19.30 Um, Dó, Li, Tá
20.15 A Ponte de Brooklyn

Terça, 11

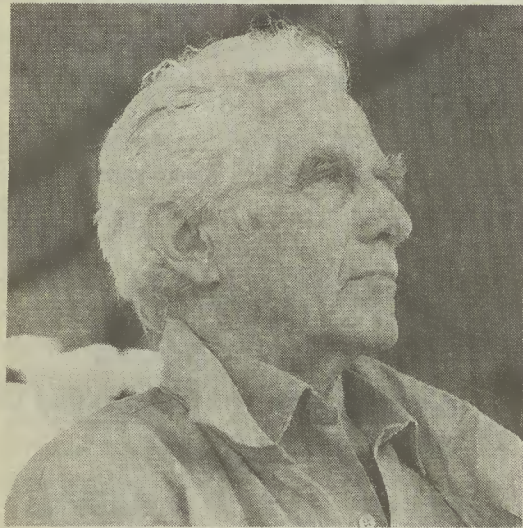
- RTP 1
08.00 Infantil
10.00 Praça da Alegria
11.40 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Consultório
14.45 Nas Asas do Destino
15.40 Malha de Intrigas
16.30 O Amigo Público
18.15 País País
19.05 País Regiões
19.15 Os Lobos
20.00 Telejornal
21.15 Cromos de Portugal
22.05 Herman 99
24.00 Liga dos Campeões
00.15 Dharma e Greg
00.40 24 Horas
01.30 Sequest, Brigada Submarina

- RTP 2
15.00 Informação Gestual
15.50 Herbie no Rally de Monte Carlo
(de Vincent McEveety, EUA/1977, com Dean Jones, Don Knotts. Comédia)
17.30 Euronews
18.00 Informação Religiosa

Quarta, 12

- RTP 1
08.00 Infantil
10.00 Praça da Alegria
11.40 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Consultório
14.45 Nas Asas do Destino
15.40 Malha de Intrigas
16.30 O Amigo Público
18.00 País País
18.35 País Regiões
18.55 Futebol: Final da Taça UEFA
21.00 Telejornal
22.10 Arma Mortífera
(de Richard Donner, EUA/1987, com Mel Gibson, Danny Glover, Gary Busey, Mitchell Ryan. Acção)
00.15 24 Horas
01.00 Corrupção e Morte

- RTP 2
15.00 Informação Gestual
16.50 O Homem Sombra
18.00 Informação Religiosa
18.30 Andebol: Portugal-Georgia
20.10 Transatlânticos
21.10 Portugalmente
22.00 Jornal 2

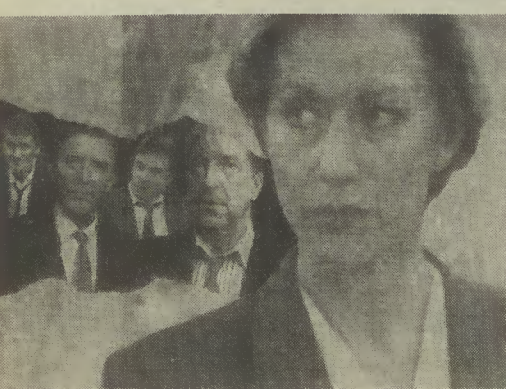


Álvaro Cunhal hoje à noite na "Grande Entrevista" da RTP1

- 19.00 Um, Dó, Li, Tá
20.05 O Antigo Egípcio
21.00 Portugalmente
21.30 Remate
22.00 Jornal 2
22.35 Acontece
22.50 Noites Brancas
(Longa-metragem: Bob Roberts, Candidato ao Poder, de Tim Robbins, EUA/1992, com Tim Robbins, Giancarlo Esposito, Ray Wise, Brian Murray. Ver Destaque.)

- SIC
08.00 Buééré
10.00 Sic 10 Horas
12.00 Zázá
13.00 Primeiro Jornal
14.00 Juiz Decide
15.00 Malucos do Riso
15.30 Fátima Lopes
17.55 Meu Bem Quer
19.00 Pecado Capital
20.00 Jornal da Noite
21.00 Malucos do Riso
21.30 Conversa da Treta
22.00 Suave Veneno
23.00 Esta Semana
00.45 Médicos sem Fronteiras
01.50 Último Jornal
02.55 Vibrações

- TVI
09.00 A Bela e o Monstro
09.45 TVI Jornal
10.00 Animação
12.30 Pérola Negra
13.30 TVI Jornal
14.00 Sangue do Meu Sangue
15.00 Samantha
16.00 Animação
18.00 Roar
19.00 As Novas Aventuras do Super-Homem
20.00 Marés Vivas
21.00 Directo XXI
22.00 Em Legítima Defesa
24.00 Mentecruzadas
(de Stephen Gillenhaal, EUA/1996, com Heather Locklear, Brett Cullen, Kevin Dunn. «Thriller»)
01.50 Terra, Conflito Final
02.45 Competente e Descarada
03.10 Desporto



O regresso de "Principal Suspeito", série policial premiada, com Helen Mirrer. Sexta à noite na RTP1



A civilização egípcia documentada hoje à hora da jantar na RTP2

- 12.25 Contos Assombrosos
13.25 Dinheiro Vivo
14.00 Parlamento
15.00 Desporto 2
19.10 2001
19.40 Onda Curta
(Curtas-metragens)
20.15 Horizonte
20.55 O Caminho das Estrelas
22.00 Jornal 2
22.35 O Lugar da História
23.35 Allô, Allô!
00.05 Big Train
00.35 Absolutamente Fabulosas
01.05 Restauração
(de Michael Hoffman, Gr.Br./EUA/1995, com Robert Downey Jr., Sam Neil, David Thewlis, Michael Madsen, Patricia Arquette, Polly Walker. Ver Destaque)

- SIC
08.00 Buééré
11.55 O Nosso Mundo
13.00 Primeiro Jornal
14.00 Homicídio na Casa Branca
(de Dwight Little, EUA/1997, com Wesley Snipes, Diane Lane, Alan Alda. Policial)
16.00 Big Show Sic
20.00 Jornal da Noite
21.00 Mundo VIP
22.00 Pequenos e Terríveis
23.10 Mulher
00.10 O Sexo e a Cidade
00.45 F.B.I., Bomba Humana
(de Mark Roper, EUA/1995, com Bryan Genesse, Cynthia Brooks, Joe Lara. «Thriller»)
02.45 Último Jornal

- TVI
09.00 A Bela e o Monstro
09.50 Animação
12.40 Top Rock
13.30 Contra-Ataque
14.55 Acção em Aca pulco
15.50 O Último Desejo
(de Jeff Blecker, EUA/1992, com Patty Duke, Maureen Stapleton, Dwight Schultz, Lee Wallace. Telefilme)
17.30 O Milagre da Vida
(EUA/1996, com Bess Armstrong, Scott Baio, Gabrielle Carteris, James Naughton. Drama)
19.15 O Cavaleiro de Camelot
(de Roger Young, EUA/1995, com Whoopy Goldberg, Michael York, Amanda Donohue. Comédia)
21.00 Directo XXI
22.00 Licença para Matar
(de Tom McLoughlin, EUA/1994, com Brian Dennehy, Jacqueline Bisset, Blythe Danner. Drama)
24.00 Caçador Infernal
(de Fred Williamson, EUA/1994, com Milles O' Keeffe, Peter Colvey, Lynne Adams, Jason Cavalier. Drama)
02.00 As Teias da Mafía

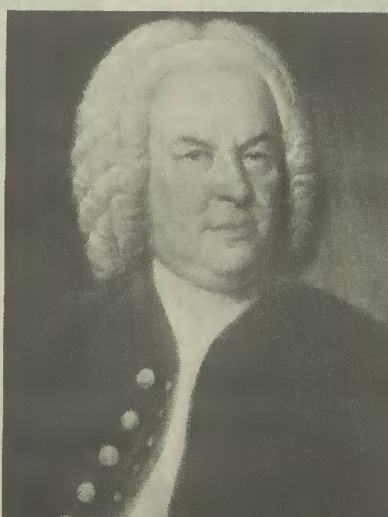
- Drummond de Andrade
21.00 Histórias do "Muro"
22.00 Jornal 2
22.35 Horizontes da Memória
23.05 Olhos nos Olhos

- SIC
08.00 Buééré
11.55 BBC - Vida Selvagem
13.00 Primeiro Jornal
14.00 Final de Chuva de Estrelas (Repetição)
16.30 Buffy, Caçadora de Vampiros
18.10 Hudson Hawk, O Falcão Ataca de Novo
(de Michael Lehman, EUA/1991, com Bruce Willis, Danny Aiello, Andie MacDowell. Comédia/Acção)
20.00 Jornal da Noite
21.00 Fura Vidas
21.30 Bravo Barvissimo
23.00 Hilda Furacão
24.00 Sarilhos no Descapotável
(de Jeffrey Reiner, EUA/1993, com Michael Madsen, Patricia Arquette, Florence Stanley. Policial)
02.00 Último Jornal

- TVI
09.00 Animação
11.00 Programa Religioso
11.10 Missa
13.05 Os Últimos Paraísos na Terra
14.00 A Lenda do Urso Polar
(de Ola Solum, EUA/1993, com Tobias Hoest, Maria Bonnevie, Anna-Lotta Larsson. Fantástico)
16.00 Prova de Amor
(de Jerry London, EUA/1993, com Ann Jillian, Bill Smirnovich, Tracy Gold. Melodrama)
17.40 Os Dólares e o Amor
(de Daniel Adams, EUA/1988, com Sandra Bullock, Jonathan Penner, Gerald Orange. Comédia)
19.30 Futebol (Campeonato de Itália)
21.15 Directo XXI
22.00 Culpado ou Inocente
23.00 Na Sombra de um Pai
(de Peter Levin, EUA/1998, com Peter Strauss, Henry Czerny, Lindsay Frost. Drama)
00.50 Viver e Morrer em Little Odessa
(de James Gray, EUA/1994, com Tim Roth, Edward Furlong, Moira Kelly. Drama)



Miguel Sousa Tavares (agora na TVI com "Em Legítima Defesa") assume-se finalmente como "a opinião", com Paula Cruz, na contradição. Pedro Rolo Duarte tentará moderar.



5ª Suite para Violoncelo de Bach - uma obra-prima para ouvir domingo à noite em "Olhos nos Olhos", num filme comentado por um conhecedor, Ruy Vieira Nery

- 21.00 Portugalmente
21.30 Remate
22.00 Jornal 2
22.35 Acontece
22.50 Jogo Falado
23.50 Novos Heróis

- SIC
08.00 Buééré
10.00 Sic 10 Horas
12.00 Zázá
13.00 Primeiro Jornal
14.00 Juiz Decide
15.00 Malucos do Riso
15.30 Fátima Lopes
17.55 Meu Bem Quer
19.00 Pecado Capital
20.00 Jornal da Noite
21.00 Suave Veneno
22.15 Roda dos Milhões
00.30 Duets Imprevistos
01.35 Último Jornal
02.10 Duelo ao Sol
(de King Vidor, EUA/1946, com Jennifer Jones, Gregory Peck, Joseph Cotten, Lillian Gish. Ver Destaque)
05.00 Vibrações

- TVI
09.00 A Bela e o Monstro
09.45 TVI Jornal
10.00 Animação
12.00 Pérola Negra
13.30 TVI Jornal
14.00 Sangue do Meu Sangue
15.00 Samantha
16.00 Animação
18.00 Roar
19.00 As Novas Aventuras do Super-Homem
20.00 Marés Vivas
21.00 Directo XXI
22.00 Pretender
23.00 Instintos Mortais
(de Paul Lynch, EUA/1997, com Lance Henriksen, Shamon Tweed, Bruce Payne. «Thriller»)
01.00 Competente e Descarada
01.30 As Teias da Mafía

- 18.30 Hugo
19.00 Um, Dó, Li, Tá
20.10 Um Berço do Mar
21.00 Portugalmente
21.30 Remate
22.00 Jornal 2
22.35 Acontece
22.55 A Coroa e o País
23.20 Ler para Crer
00.20 À Noite com Jools Holland

- SIC
08.00 Buééré
10.00 Sic 10 Horas
12.00 Zázá
13.00 Primeiro Jornal
14.00 Juiz Decide
15.00 Malucos do Riso
15.30 Fátima Lopes
17.55 Meu Bem Quer
19.00 Pecado Capital
20.00 Jornal da Noite
21.00 Médico de Família
22.10 Suave Veneno
23.30 Eleições Europeias (Especial Informação)
01.30 Toda a Verdade
02.35 Último Jornal

- TVI
09.00 A Bela e o Monstro
09.45 TVI Jornal
10.00 Animação
12.00 Pérola Negra
13.30 TVI Jornal
14.00 Sangue do Meu Sangue
15.00 Samantha
16.00 Animação
18.00 Roar
19.00 As Novas Aventuras do Super-Homem
20.00 Marés Vivas
21.00 Directo XXI
22.00 Crime a Duas Mãos
(de Andrew Lane, EUA/1995, com Alec Baldwin, Theresa Russell, Megan Gallagher. «Thriller»)
24.00 Vidas em Fuga
(de Eric Laneville, EUA/1997, com Mark-Paul Gosselaar, Gina Philips, Talia Shire. Drama)
02.00 Competente e Descarada
02.40 Desporto

- 22.35 Acontece
22.50 Zoom ou Sinais do Tempo
23.45 24 Horas para a Morte
00.15 Precissão das Velas (T.D.)

- SIC
08.00 Buééré
10.00 Sic 10 Horas
12.00 Zázá
13.00 Primeiro Jornal
14.00 Juiz Decide
15.00 Malucos do Riso
15.30 Fátima Lopes
17.55 Meu Bem Quer
19.00 Pecado Capital
20.00 Jornal da Noite
21.00 Jornalistas
22.10 Suave Veneno
23.20 Sommersby, O Regresso de Um Estranho
(de Jon Amiel, EUA/1993, com Richard Gere, Jodie Foster, Bill Pullman, James Earl Jones. Drama)
01.25 Último Jornal
02.00 Cidade Escaldante

- TVI
09.00 A Bela e o Monstro
09.45 TVI Jornal
10.00 Animação
12.00 Pérola Negra
13.30 TVI Jornal
14.00 Sangue do Meu Sangue
15.00 Samantha
16.00 Animação
18.30 As Novas Aventuras do Super-Homem
20.00 Marés Vivas
21.00 Directo XXI
21.35 Quero Justiça!
22.00 A Hora dos Heróis
(de Peter Hyams, EUA/1989, com Sean Connery, Mark Harmon, Meg Ryan, Jack Ward. «Thriller»)
00.10 Os Vigilantes
01.10 Competente e Descarada
01.40 As Teias da Mafía

Nota: A Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

TELEVISÃO

Por isto e por aquilo...

O Barba Azul (Quinta, 15.45, RTP2)

A conhecida história do senhor Verdoux, desempregado, que suporta uma vida de sacrifício para sustentar a mulher enferma e uma filha (ao mesmo tempo que, paralelamente, tenta casar com viúvas ricas que depois assassina para lhes sacar os rendimentos e, por isso, é preso e condenado à guilhotina) é encenada por **Charlie Chaplin** com os habituais momentos de genialidade a que sempre nos habituou. Um filme através do qual (e da personagem principal) **Chaplin** lança o dedo acusador aos belicistas e aos senhores do dinheiro - e que é um dos menos habitualmente projectados do grande realizador.

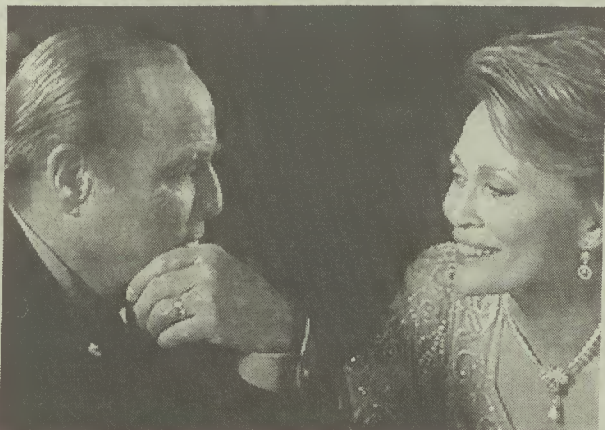
Nosferatu, o Vampiro (Quinta, 22.50, RTP2)

Para rodar esta célebre adaptação do romance de **Bram Stoker**, *Drácula*, o cineasta **Friedrich W. Murnau** decidiu escolher cenários naturais, utilizando com uma perfeição raramente igualada o estilo expressionista num filme considerado como um dos mais belos do cinema mudo alemão. Segundo **Jean Mitry**, «no plano técnico, a atmosfera do fantástico é criada - de maneira muito original - pela lentidão dos gestos, sendo a forma dos objectos modificada pela própria iluminação». O êxito deste filme, que encantou os surrealistas, foi enorme em todo o mundo e ninguém esquecerá jamais a famosa e sinistra silhueta de *Nosferatu*, verdadeiro esqueleto de andar sacudido, vestido de um manto negro, o crânio calvo, as orelhas pontiagudas e os dedos ossudos. Recheado de sequências inesquecíveis, um filme a não perder.

Bob Roberts, Candidato ao Poder

(Sexta, 22.50, RTP2)

Eis uma sátira política referente aos anos 80 norte-americanos, extremamente inteligente e encenada com desenvoltura por **Tim Robbins**. *Candidato ao Poder*, acompanha a trajetória política de um multimilionário *self-made man*, que utiliza o populismo mais reaccionário para convencer a opinião pública da bondade das suas propostas políticas e, ao mesmo tempo, significativamente, canta canções com títulos como «*The Times, They Are A-Changin' Back...*». Ou, em bom português, «*Ó tempo, volta p'ra trás!*».



Marlon Brando e Faye Dunaway, numa cena de «Don Juan DeMarco», estreia no cinema, como realizador, de Jeremy Leven

Restauração

(Sábado, 01.05, RTP2)

Aqui está um filme que apresenta a particularidade de ter conquistado em 95 dois Oscars - o dos figurinos e o da cenografia - circunstância que, não querendo necessariamente significar uma inequívoca garantia, pelo menos tem correspondido nestas áreas a factos que não é desprezível tratar-se de um filme de «reconstituição de época» - lá para os idos de 1660 - quando narra o percurso de um jovem médico que, a pretexto de tratar de uma cadela de Carlos II, é por este nomeado médico da corte e aproveita o ensejo para nela se inserir plenamente e fazer das suas em matéria amorosa. Mas, na vida, nem tudo são rosas e o drama baterá à porta do nosso *Merivel*, neste melodrama faustoso, com um naipe de intérpretes em que se destacam **Sam Neill**, **Meg Ryan**, **Robert Downey Jr.** ou **Hugh Grant**.

Don Juan DeMarco (Sábado, 01.30, RTP1)

«Uma noite um homem vestido como um fidalgo do século XVII está disposto a saltar para a morte no meio de Nova Iorque. Jack Mickler, um velho psiquiatra prestes a reformar-se, é convocado para evitar que o jovem se mate. Este julga ser D. Juan DeMarco, irresistível sedutor e aventureiro com mais de mil mulheres na sua "folha de serviços". Apenas uma mulher, a bela Doña Ana, resistiu aos encantos de D. Juan e provocou o seu desespero suicidário. Internado numa clínica psiquiátrica, D. Juan vai descrever a alucinante, aventureira e suposta vida de grande sedutor ao velho Mickler, que não só se deixa perturbar pelo seu jovem paciente como se sente contagiado por um súbito rejuvenescimento amoroso.» Assim resume a RTP este filme produzido por **Francis Ford Coppola** e realizado por quem está, aparentemente, talhado para a empresa: **Jeremy Leven**, professor, psicoterapeuta, romancista, autor de televisão, fundador de uma companhia de teatro e agora realizador cinematográfico (!), ao que parece minimamente talentoso, aqui na sua primeira fita de fundo e que é, também, uma estreia na nossa televisão. Com **Marlon Brando**, **Johnny Depp** e **Faye Dunaway**.

Duelo ao Sol (Segunda, 02.10, SIC)

Com tanta pobreza franciscana em matéria de cinema nos canais privados (tirando esta excepção, que confirma a regra),



Tim Robbins é o intérprete principal do seu próprio filme «Bob Roberts, Candidato ao Poder»

Duelo ao Sol é, evidentemente, o filme-chave de uma semana em que a qualidade da programação cinematográfica da RTP volta a subir alguns pontos, quase fazendo o pleno das nossas sugestões. **King Vidor** é o autor de um dos maiores clássicos



O fausto dos figurinos e dos cenários, em «Restauração», um filme de Michael Hoffman

CABO & SATÉLITE

50º Aniversário do Conselho da Europa

Numa altura em que, a propósito das próximas eleições para o Parlamento Europeu, se aproxima a grande discussão sobre a Europa que temos e a Europa que queremos, talvez faça algum sentido seguir a noite temática que o canal franco-alemão **Arte** hoje transmite e que é dedicada à comemoração dos 50 anos da criação do **Conselho da Europa**. Para tal, entre as 19.45 e as 23.30, serão transmitidos uma série de módulos que comecem com o documentário de **Robert Mugnerot** e **Michel Amould** (França, 1999, 52 minutos) intitulado «*Nous Voulons l'Europe - 50 ans*», que acompanha a saga de uma família francesa e de uma família alemã, unidas pelo casamento dos seus filhos, e ao mesmo tempo as transformações da vida na Europa no último meio século.

Depois, num documentário de **Amadou Saitz** (Alemanha, 1999, 30 minutos), seguiremos a discussão de três casos apresentados ao **Tribunal Europeu dos Direitos do Homem**, em Estrasburgo: o de uma professora alemã, militante do DKP (Partido Comunista Alemão) à qual é concedida razão na sua luta contra o despedimento por motivos políticos, sendo reintegrada; o de uma família curda, acusada de ter auxiliado o PKK, à qual havia sido negado o asilo político na Alemanha; e,



finalmente, a queixa apresentada contra o Estado Inglês por um transexual daquele país, impedido de casar. Em terceiro lugar, será projectado um outro documentário sobre três grandes Comissões do **Conselho de Europa**. Finalmente, depois de um debate com participantes no colóquio «*Frontières et altérité*», seguir-se-á um documentário de **Jutta Krug** (França, 1999, 20 minutos) intitulado «*O Filme Europeu - Expressão de uma Identidade Cultural*», cujo título diz tudo mas que tem a particularidade de documentar a rodagem em Portugal de um filme de ficção com **Marie Trintignant**, durante a **Revolução dos Cravos**, como ocasião para abordar a singularidade do cinema europeu. (Arte, Quinta-feira, entre as 19.45 e as 23.30)

Uma grande soprano canta R. Strauss

Numa semana em que o **Arte** se destaca nas nossas escolhas, é de não perder no próximo Domingo, às 18 horas, a homenagem que o canal presta ao grande compositor alemão **Richard Strauss** (1864-1949) com a transmissão de um programa em que acompanharemos a soprano **Kiri Te Kanawa** (na foto, numa récita da ópera «*Arabella*», do mesmo R. Strauss) num ensaio de uma das maiores obras do compositor - «*As Quatro Últimas Canções*» - com a **Orquestra Filarmónica da BBC**, sob a direcção de **Georg Solti**.



Por dentro de uma aversão

Foi, a abrir o "Maria Elisa" daquela noite, uma entrevista de rua onde se perguntava a jovens o que pensavam eles da política dos políticos. O resultado foi uma constelação de asneiras, ignorâncias e presunções. Não foi, contudo, nada de surpreendente: é sabido que os jovens portugueses pensam assim, sobretudo se abordados de improviso numa rua de Lisboa. Como disse Maria Elisa um pouco lá mais para diante, "os jovens têm uma má imagem dos políticos". Como, aliás, na mesma medida ou quase, os que já não são jovens. O que Maria Elisa não disse, porém, e talvez devesse tê-lo dito, é que essa designação globalizante, "os políticos", não apenas é inadequada e burra mas também é tudo menos inocente, estando contaminada por uma altíssima dose de pejoração e sendo utilizada como instrumento de ataque por muita gente. Por exemplo, pelos jornalistas.

Ao longo do programa, que exactamente tomava como tema "os jovens e a política", foi ficando apurado que os jovens se interessam por aquilo que Elisa, e não apenas ela, designou por "causas concretas": a luta do povo de Timor-Leste, o combate às propinas, a agressão à Jugoslávia a pretexto do Kosovo, algumas outras, tendo-se mesmo salientado que isso também é política. O que não se disse foi que a abordagem de cada uma dessas causas, cada uma por si, desligadas de uma visão conjunta da vida e do mundo que permita entender-lhe as raízes, enfraquece ou até impossibilita uma resistência também global que vise erradicar a semente comum às pragas diversas. O que, como bem se adivinha, convém aos que cobram dividendos dessas mesmas pragas ou, mais plausivelmente, por detrás delas. É que essa fragmentação é consequência da falta de uma visão integrada que é política, que conduz ao interesse pela política e à actividade política.

O caso é que essas causas susceptíveis de despertar e mobilizar os jovens distraídos ou, mais provavelmente, adormecidos por filtros e droga que lhes são ministrados, não são ilhas isoladas em oceano de acasos: bem pelo contrário, são os lugares mais visíveis de continentes inteiros que um olhar lúcido e informado descortina perfeitamente. É claro que não é por acaso que uma organização política como o Partido Comunista Português tem uma leitura conjunta e integrada do que ao cidadão isolado surge como desgraças avulsas e sem nexos entre si. É que a política é também essa leitura que, já se vê, não convém a todos que seja feita. Não é preciso ser um Sherlock para suspeitar de uma relação entre essa leitura que também é política ou que da política emerge e a aversão generalizada pela política da opinião pública

em geral e dos segmentos jovens em especial. A questão-chave é a habitual: a quem aproveitamos o crime?

Toxinas por conta alheia

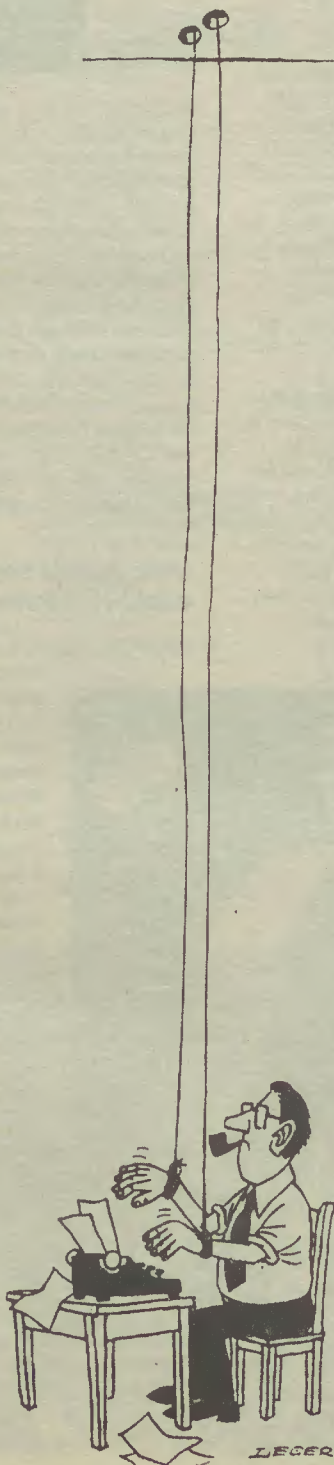
Contudo, é claro que essa visão inteligente do que vai acontecendo no mundo e no interior do País nem é património exclusivo das elites partidárias ou dos militantes comunistas ou, menos ainda, dos membros da Comissão Política do PCP: para esse entendimento bastará o acesso a formação e informação adequada, o que está ao alcance de muita gente e, designadamente, dos jornalistas. Sendo assim, como se entende que seja exactamente o constante bombardeamento dos (ou nos) órgãos de comunicação social que vai injectando nas gentes a espécie de politocofobia de que "Maria Elisa" deu testemunho? Na verdade, os jovens que ali vimos a dizerem disparates, mais os milhares ou milhões que não

vimos mas os dizem, não nasceram com um congénito horror à política e aos políticos: foram-no absorvendo ao longo da vida por inspiração dos fumos tóxicos que se desprendem da TV's, dos jornais, da rádio, às vezes por via indirecta. Escrevo isto e lembro-me da rubrica «Contra-Infomação», que há dias festejou os três anos de um grande êxito mediático e que fornece ao cidadão ampolas diárias de nojo pela política e de escárnio de "os políticos". Parece-me um bom exemplo.

Significa isto que quantos trabalham na comunicação social, ou a maioria deles, são feios, porcos e maus, que são quase todos patetas ou estão de má-fé? Nada disso, bem pelo contrário. A questão é outra e provavelmente é pior. Em primeiro lugar acontece que só é jornalista em exercício em *media* influentes não quem quer, mas quem é lá admitido, isto é, consentido. Depois, ocorre que um lugar de jornalista, mesmo de estagiário a "recibo verde", é um luxo que é preciso conservar. Aqui, surge a triste história a que o francês Gilles Balbastre chamou "A miséria dos jornalistas precários" no "Le Monde Diplomatique" de Abril e nela nasce boa parte da torrente que depois arrastará "os políticos", sem quaisquer distinções, pelas ruas da amargura. O capital financeiro que hoje domina os *media* gosta de manter a chamada classe política sob o fogo do descrédito (não vá ela julgar que tem poder efectivo e sentir-se segura) e gosta que nos seus jornais, TV's e Rádios se diga o que lhe convém. Quem lá ganha a vida e quer fazer carreira, acomoda-se, sujeita-se. E, nisto tudo, a liberdade de imprensa de que um dia destes se celebrou o Dia Mundial desce à condição de piada de mau gosto.

TVISTO

■ Correia da Fonseca



O Militante

Proletários de todos os países: UNI-VOS!



Já à venda o número de Maio/Junho



SUMÁRIO

- ABERTURA
2 Ganhar muitos votos para a CDU
- HOMENAGEM
4 Até sempre, camarada!
- ORGANIZAÇÃO
6 Duas importantes Assembleias
- LUTAS
10 1998, um ano de combate sindical com resultados positivos
- UE
13 Em Junho há eleições
- ASSEMBLEIA
19 PCP, indispensável a uma viragem à esquerda
- JUVENTUDE
22 Crescemos com o 6º Congresso
24 Foi a certeza de um grande Congresso
- 25 ABRIL - 25 ANOS
27 A revolução de Abril e o regime democrático
31 O associativismo e as lutas das praças da Armada
34 A última reunião da Comissão Executiva na clandestinidade
35 A abertura do primeiro Centro de Trabalho
36 A primeira reunião do Comité Central
37 "Olha o Avante! Compre o jornal dos comunistas portugueses!"
38 Os primeiros comícios do PCP
- CULTURA
39 O 25 de Abril e a música popular
- JUSTIÇA
43 Crise da Justiça? As soluções existem
- SOCIAL
45 A verdade e as mentiras sobre o desemprego
- OFERTA DE LIVROS
49 As acções da ARA e a sua repercussão política
- AFORISMOS
51 Máximas e reflexões
- INTERNACIONAL
52 Globalização A ditadura do dinheiro
- Notas e Comentários
56 A "diferença". Graves acusações. Inventar? . Governo e Estado. Vozes sem razão... Opiniões sobre os comunistas. Um grande oitavo de guerra. Contra a guerra. A democracia nos EUA... Os representantes da OML...
- DOCUMENTOS
62 Comunicado do Comité Central

O Militante

Ano 67 Série IV Nº 240

Publicação bimestral

Propriedade
Partido Comunista Português
Rua Soeiro Pereira Gomes, 3
1600 - 196 Lisboa
Telef: 793 62 72
Fax: 796 91 26

Nº Contribuinte 500940673

Director da publicação
Fernando Blanqui Teixeira

Administração
Editorial "Avante!", SA
Av. Almirante Reis, 90, 7ª-A
1150 Lisboa
Telef: 815 34 87/81 53 11

Redacção
Rua Soeiro Pereira Gomes
1600 - 196 Lisboa
Telef: 793 62 72

Internet
Web: <http://www.pcp.pt/>
e-mail: pcp@mail.telepac.pt

Distribuição
Editorial "Avante!", SA

Impressão
Heska Portuguesa
Parque Industrial
do Campo Raso - Sintra

Depósito Legal 1622/88

Tiragem: 10.000 exemplares

Capa: Cartaz de Maria Helena Vieira da Silva - Abril de 1974

ESCAPARATE

TEATRO



«Teatro Meridional» na Comuna

Numa co-produção conjunta com o serviço ACARTE da Fundação Calouste Gulbenkian, numa encenação de Miguel Seabra, com figurinos de Juan Soutullo e desenho de luzes de Miguel Seabra e Julio Salvatierra, o grupo «Teatro Meridional» vai levar à cena na Sala 1 da Comuna, a partir de hoje e até 29 de Maio, o espectáculo «Qfwfq, Uma História do Universo», adaptação de Julio Salvatierra a partir de seis dos doze contos de Italo Calvino intitulados «Cosmicómicas». Depois da estreia absoluta deste espectáculo na Sala Polivalente da Fundação Calouste Gulbenkian no passado mês de Março, eis outra oportunidade para o público amante do teatro assistir a um espectáculo no qual, nas palavras do seu texto de apresentação, «confluem vários caminhos: é uma experiência à volta das formas de narrar, é um conto sobre o tempo, sobre a evolução do indivíduo, mas é sobretudo uma forma séria de brincar, filosofando poeticamente, intuindo com inteligência, para tentar transmitir a mensagem de um narrador do nosso tempo que contemplava com esperança e com propostas concretas a chegada do próximo milénio».

A Malaposta leva Teatro à Amadora

Entretanto, é já amanhã (até 16 de Maio) que o CDIAC / Teatro da Malaposta estreará nos Recreios da Amadora o espectáculo «Se Perguntarem Por Mim Não Estou», da autoria de Mário de Carvalho, com encenação de José Peixoto, cenário de Rui Mendes, figurinos de Carmen Plou, música de Luís Cília e banda sonora de José Pedro Caiado. Trata-se da continuação do êxito da estreia desta peça no Teatro da Malaposta (Olival Basto), «uma parábola sobre o medo e sobre o que o medo determina nos humanos. Nomeadamente sobre a degradação moral que o medo provoca nos comportamentos das pessoas. É uma comédia perturbada por uma contaminação dramática. É um teatro de reflexão e de alerta».

FESTIVAL

O «Mundo do Espectáculo» em Almada

Ainda no campo do Teatro e à semelhança de anos anteriores, o projecto «O Mundo do Espectáculo» vai novamente ter lugar em Almada. Assim, em colaboração com a Câmara Municipal desta cidade, realiza-se a partir de hoje e até ao próximo sábado, o Festival de Interescolas de Expressão Dramática, Teatro e Movimento de Almada. Segundo o

programa, «esta iniciativa visa partilhar a mostra e a troca de experiências na área das expressões artísticas desenvolvidas em cada escola ao longo do ano lectivo. Interescolas é lugar de convívio, de festa, de expressão. É lugar de saber estar, de saber dar, de saber revelar, de saber partilhar». E o lugar é o Auditório do Fórum Municipal Romeu Correia.

CANÇÕES

Ainda Abril nas canções

No próximo domingo, pelas 16 horas, o Grupo «Sons da História» levará ao palco do Auditório Romeu Correia

(Almada) um espectáculo musical no qual de novo vão estar presentes as canções de Abril. É o próprio grupo que afirma: «"Sons da História" reuniu seis "homens dos sete instrumentos" para cantar Abril, esse tempo mágico de reinvenção da história que povoou as ruas da cidade com cantos de liberdade, reclamando igualdade e justiça, semeando sonhos e paixões em "terra de fraternidade",



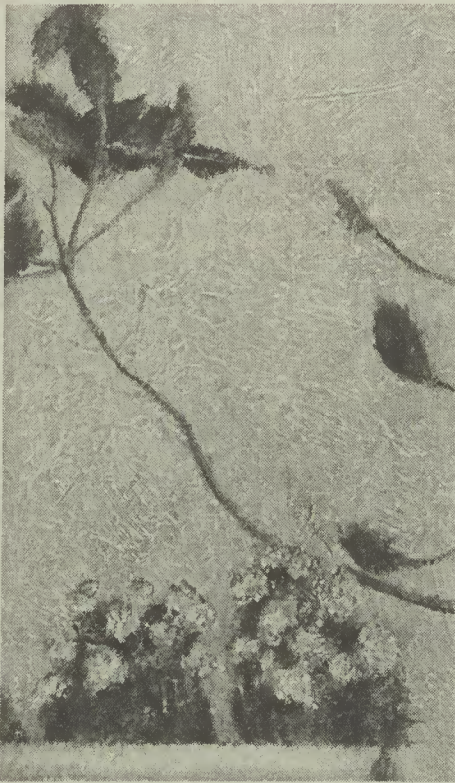
sem perder a memória de um tempo, neste país, que nos vestiu de luto. E nos roubou a alma e a palavra.» Assim, a voz e a palavra (e também a música), agora em Liberdade, estarão a cargo de Rui de Sá Sequeira (voz e guitarra), António da Silva (declamação e coros), Romeu Pires (guitarra portuguesa), Quim Correia (baixo), Rui Silva (teclas) e Nuno Rafael (bateria e percussão).

Exposições de Artes Plásticas

No âmbito do festival denominado AmericaLatinaAmerica, importante manifestação artística que está a realizar-se actualmente na Culturgest (Lisboa), assume lugar de relevo a exposição «Das Vanguardas ao Fim do Milénio». Organizada e comissariada por Jorge Glusberg, Director do Museu de Belas-Artes de Buenos Aires, a magnitude desta mostra obriga à ocupação das duas Galerias da Culturgest, já que estarão patentes ao público cerca de duas centenas de obras criadas por artistas da Amé-



«Vendedora de Frutas», 1925, Tarsila do Amaral (Brasil)



Pintura de Cisela Björk

rica Latina, naquela que é, aliás, a primeira grande exposição realizada no nosso país com uma tão ampla representação de linguagens e de estéticas, em criações datadas entre 1920 e 1977.

Segundo o texto de apresentação desta exposição, para o seu Comissário, «a data de 1920 é um marco na História das Artes Modernas da América Latina, correspondendo à irrupção das vanguardas em alguns dos seus países. Os processos de reivindicação de uma arte específica não foram iguais em todos os países, como não o foi o trajecto posterior que as artes fizeram nos últimos setenta anos».

Entretanto, na Galeria Triângulo 48 (à Av. D. Vasco da Gama), é inaugurada hoje e manter-se-á até 26 de Junho, uma exposição de pintura intitulada «No Correr do Tempo», da pintora Cisela Björk, natural da Finlândia, licenciada pela Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa e que frequentou o



Desenho de Jorge Vieira

atelier de pintura do AR.CO entre 1980 e 1988, tendo já realizado seis exposições individuais e 25 colectivas em Portugal e no estrangeiro.

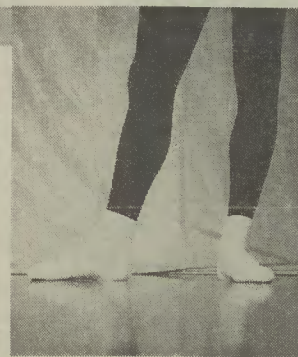
Por seu lado, em Almada, na Casa da Cerca, Centro de Arte Contemporânea, continua patente ao público uma exposição de desenho do pintor Jorge Vieira, cujo horário é o seguinte: de terça a sexta das 10 às 18 horas, aos sábados e domingos das 13 às 18 horas, encerrando às segundas-feiras e feriados.

Finalmente, destaque ainda para a exposição de pintura e escultura de Fernando Paulino que se está a realizar desde o passado dia 2 de Maio no Museu de Arte Sacra de Alcochete e permanecerá até Agosto. Fernando Paulino nasceu no Barreiro, possui os Cursos de Pintura e 2.º Ano complementar de atelier «Temas de Estética e Teorias da Arte Contemporânea» na S.N.B.A. (Lisboa) e de moldagem no barro.

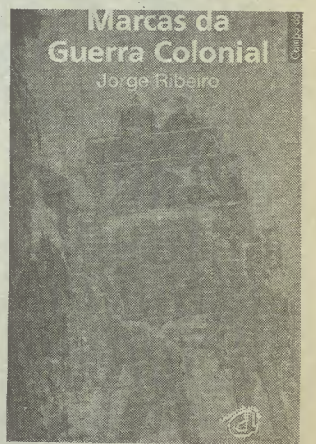
BAILADO

A CNB no Europarque (Santa Maria da Feira)

Integrada na temporada deste ano, a Companhia Nacional de Bailado vai apresentar, hoje e amanhã, no auditório do Europarque em Santa Maria da Feira, um espectáculo de ballet que será preenchido com os seguintes bailados: «Agon», com coreografia de George Balanchine para a música de Igor Stravinsky; «In The Middle Somewhat Elevated», com coreografia, figurinos e desenho de luzes de Williams Forsythe para a música de Thorn Willems; e, ainda, em estreia oficial, duas criações a seleccionar de entre as que estiveram presentes no Estúdio Coreográfico 99 no CCB (ver edição do «Avante!» de 29.04.99).



LIVROS



Marcas da Guerra Colonial

Sobre a guerra colonial se escreveu já muito e nunca se há-de escrever tudo. Este livro, da autoria de um jornalista, não vem, como muitos, dar o testemunho arredondado ou acutilante da ficção, continua a ser trabalho de jornalismo, embora sobre actualidades já passadas. Jorge Ribeiro, que já era dos jornais antes de ser mobilizado para Moçambique - donde regressou a 24 de Abril de 1974 (!) - fez a sua tropa como repórter de guerra, lugar privilegiado para saber muito e na altura para escrever muito pouco. Eis agora estas Marcas da Guerra Colonial, que a Campo das Letras edita, apresentando o livro como «trabalho jornalístico, datado, que aborda questões pouco discutidas, aprofunda outras com dados nunca revelados, e recolhe um vasto leque de opiniões, de figuras importantes da nossa história recente, capazes de facilitar um juízo mais claro e correcto do que foi a empresa de guerra que o colonialismo português produziu em África».

Daniel Sampaio A Arte da Fuga



A Arte da Fuga

De novo o convívio com um autor que será dos poucos, entre nós, a falar a todos sobre temas cuja especificidade e especialidade costumam arredar leitores. Daniel Sampaio é um caso. Psiquiatra, com vários livros publicados em que desvenda questões de pedagogia e revela o mundo dos problemas da adolescência e o desajeitado modo como as mais das vezes se abordam institucionalmente, este autor vem de novo ao nosso encontro, pela mão da Caminho. A Arte da Fuga, escreve, «é um livro sobre a intimidade, experiência emocional só possível com proximidade face a outro, partilha de sentimentos entre duas pessoas e maturidade construída ao longo de uma viagem». Façamos esta, que o livro nos propõe.

ATAQUE DE FOICE

Lógicas

Em 40 dias de ataques a NATO provocou mais prejuízos económicos à Jugoslávia do que os infligidos pela Alemanha nazi durante a II Guerra Mundial.

A informação foi divulgada esta semana pelo Grupo-17 de economistas independentes, jugoslavos, e dá a dimensão da deliberada destruição que está a ser conduzida contra os sérvios. Segundo o G-17, as estimativas dos danos variam entre os 10.000 e os 60.000 milhões de dólares, e o Produto Nacional Bruto do país deverá cair entre 25 a 50 por cento, dependendo da duração dos bombardeamentos. Em cada noite de ataques perde-se qualquer coisa como 500 a 1.000 milhões de dólares de infra-estruturas.

É verdade que a sofisticada tecnologia de guerra hoje ao dispor dos EUA - as chamadas "bombas inteligentes" - já não provoca a carnificina de há meio século: em quatro anos de combates morreu então um milhão de pessoas, enquanto nos primeiros 40 dias desta agressão unilateral as vítimas mortais ascendem a cerca de mil.

Haverá quem ache o saldo aceitável à luz da tese dos "lamentáveis erros" e dos inevitáveis "danos colaterais", mesmo quando não se percebe como é que se podem confundir autocarros com tanques, colunas de civis com tropas de combate, prédios de habitação com 'bunqueres'.

Haverá quem ache que a proximidade de hospitais e escolas com edifícios militares não é motivo bastante para evitar os ataques, não obstante o alto risco dos famigerados colaterais, como haverá quem tenha como legítimo o bombardeamento de estações de televisão e rádio, oficiais ou nem tanto, porque a sua programação não agrada aos grandes defensores da liberdade de imprensa.

Haverá mesmo quem ache que privar um país e a sua população, à bomba, dos mais elementares meios de sobrevivência - da água aos combustíveis, da alimentação às comunicações - é uma acção humanitária, um caminho para a democracia, uma forma de libertação.

É sempre possível, na verdade, arrolar argumentos para tentar justificar o injustificável, sobretudo quando se dispõe de uma máquina de propaganda à escala mundial para repetir à exaustão o que não faz sentido, e se dispõe dos meios e da vontade de destruir tudo o que contradiz a versão oficial.

As consequências dos "erros" da NATO chocam o mundo e fazem vacilar a opinião pública? Acabem-se então com as imagens do terror. Há jornalistas incómodos que fazem perguntas inadequadas? Silenciem-se os prevaricadores e coloque-se no seu lugar outros mais colaboradores para que prossiga o espectáculo da liberdade de expressão. Os militares norte-americanos afirmam, já depois de libertados, ter sido bem tratados pelos jugoslavos? Arranje-se um oficial de serviço para declarar exactamente o contrário. Há iniciativas diplomáticas para tentar pôr fim a uma agressão que mais não fez do que agravar todos os problemas dos Balcãs e ameaça tornar-se numa tragédia para toda a Europa? Pois assumam-se uma posição intransigente, intensifiquem-se os ataques e exija-se a capitulação incondicional do adversário.

Esta é a lógica do império americano armado em aprendiz de feiticeiro na luta contra o mal na versão de fim de século "quem não está connosco é contra nós". Uma lógica que só na forma se distingue do medieval costume de mandar para a fogueira, em nome da salvação das almas, os que ousavam pensar pela própria cabeça, deixando os algozes prosperar com o espólio das vítimas. A indústria bélica vive dias felizes com a tragédia de sérvios e kosovares; a sua congénere civil planifica já a futura intervenção na Jugoslávia, cujos destroços são a garantia do lucro no futuro próximo; os especuladores bolsistas engordam. Em que progrediu afinal a humanidade no que ao humanismo diz respeito?

■ Anabela Fino

Comunicado da Comissão Política PCP defende sanções contra a Indonésia

O PCP «tem acompanhado com crescente preocupação os mais recentes desenvolvimentos da situação em torno de Timor-Leste», traduzidos «em sucessivos massacres e na instauração de um clima de terror por parte das "milícias integracionistas" cobertas pelos militares indonésios», afirma uma nota da Comissão Política divulgada na terça-feira à comunicação social.

Para o PCP, «a conjugação da tenaz luta do povo timorense, da crescente solidariedade internacional que suscitou e da profunda crise da ditadura indonésia» criou perspectivas de «um salto qualitativo» no processo de autodeterminação e independência do povo maubere que hoje estão comprometidas com a «convivência da chamada "comunidade internacional"».

De facto, «a brutal intensificação da repressão do movimento de libertação timorense», combinada «com cínicas manobras no plano político e diplomático e com a passividade

de das potências imperialistas», torna real o perigo de o regime de Jacarta impor os seus planos de continuação da ocupação de Timor-Leste.

«É aliás evidente», diz o PCP, a pretensão por parte da Indonésia de ver «um tal desenlace» legitimado no seguimento do processo em curso, «com vista à realização de uma "consulta ao povo timorense", num quadro de intimidação da população», e escamoteadas as suas responsabilidades na condução do processo.

Neste quadro, o acordo entre o Governo português e a Indo-

nésia, cuja assinatura estava prevista para ontem - apesar de se desconhecer o seu conteúdo concreto -, deve assegurar, como condição prévia, «a tranquilidade e a segurança das populações, sem as quais não há nenhuma consulta verdadeira».

Assim, o PCP exige que o regime indonésio «ponha imediatamente fim à onda de repressão e de terror que desencadeou em Timor-Leste, com o assassinato de centenas de timorenses, ameaças e perseguições a quantos se opõem à ocupação indonésia, populações deslocadas, dirigentes da Resistência perseguidos e tornados reféns dos "integracionistas"». E, considerando que «a permanência das forças de ocupação indonésias em Timor põe em causa a auscultação livre e democrática do povo timorense», aponta como «condições mínimas e indispensá-

veis o desarmamento e a dissolução imediata das "milícias integracionistas"; a libertação de todos os presos políticos; o direito de regresso dos timorenses exilados».

Para o PCP é, ainda, necessário «confrontar o regime da Indonésia com as suas responsabilidades e impor-lhe firmes sanções, nomeadamente no plano político e militar, por parte da ONU».

Por fim, o PCP reafirma ao povo e à Resistência Timorense «a activa solidariedade dos comunistas portugueses», afirmando que «fará o que estiver ao seu alcance no plano institucional e pela sua intervenção junto dos trabalhadores, da juventude, do povo português para que prossigam e se intensifiquem as acções de apoio e solidariedade à luta pela autodeterminação e independência do povo de Timor-Leste».

Arranque em força da pré-campanha da CDU

Com uma acção nacional de contacto directo com os eleitores e de afixação e distribuição de materiais de esclarecimento que se prolongará até domingo, arranca hoje a pré-campanha da CDU para as eleições para o Parlamento Europeu, no

nadamente a afixação de um pendão e de um cartaz MUPI (dois elementos essenciais para projectar visualmente este novo impulso na intervenção eleitoral da CDU), com o lema «CDU - mais esquerda, melhor Portugal», e a ampla distribui-

nhecimento público existente sobre o valioso trabalho feito no PE pelos deputados do PCP.

No folheto, chama-se ainda a atenção dos eleitores para que, em 13 de Junho, «não vamos eleger nenhum Presidente do Parlamento Europeu»



Mais Esquerda melhor Portugal



quadro de uma jornada de informação para cujo êxito é essencial o envolvimento de todas as organizações do PCP e estruturas da CDU.

Esta jornada incluirá desig-

ção de um folheto (um duplo A4, a cores) onde se divulga a lista de candidatas, se enunciaram alguns pontos fundamentais da orientação programática da CDU, se valoriza o reco-

no Parlamento
Europeu

Mais CDU



mas sim «25 deputados portugueses» àquele órgão e que «todos os votos contam para eleger deputados da CDU».

De igual modo, no folheto chama-se também vivamente a atenção para que o Parlamento Europeu «funciona em Estrasburgo e em Bruxelas, mas as eleições são aqui em Portugal, os votos vão ser contados aqui

em Portugal e será aqui em Portugal que terão os maiores efeitos e repercussões, a quatro meses das eleições legislativas».

